



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
CRP 12ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

**AÇÕES REALIZADAS PELO CRP-12 RELACIONADAS
AO CONJUNTO DE DELIBERAÇÕES DO IX CONGRESSO
REGIONAL DE PSICOLOGIA E IX CONGRESSO NACIONAL DA
PSICOLOGIA**

Florianópolis, fevereiro de 2018.

Diretoria

Conselheiro Presidente: Fabricio Antônio Raupp
Conselheira Vice-Presidenta: Pâmela Silva dos Santos
Conselheira Tesoureira: Jaira Teresinha da Silva Rodrigues
Conselheiro Secretário: Ematuir Teles de Sousa

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Elisa Rita Ferreira de Andrade - CRP12/08076
Ematuir Teles de Sousa - CRP12/12502
Fabricio Antonio Raupp - CRP12/08012
Helena Berton Eidt - CRP12/04689
Jaira Teresinha da Silva Rodrigues - CRP12/01706
Joseane de Oliveira Luz - CRP12/10914
Juliana Lima Medeiros – CRP12/08651
Junior Cesar Goulart - CRP2/11136
Marcos Henrique Antunes - CRP12/11069
Nasser Haidar Barbosa |CRP12/06609
Pâmela Silva dos Santos - CRP12/09493
Rodrigo Gomes Ferreira - CRP12/14178
Simone Vieira de Souza - CRP12/01489

Conselheiras(os) Suplentes

Alexandre Donisete Aleixo - CRP12/13582
Gabriela Rabello - CRP12/120639
Joice Danusa Justo - CRP12/07017
Marivete Gesser - CRP12/05091
Paulo Roberto Wovst Leite - CRP12/13601
Tatiane Cristine da Silva - CRP12/08607

Conselheiras(os) Exoneradas(os)

Alessandra Guilherme Santos CRP12/03054
Anderson Luis Schuck – CRP12/10082
Roberta Forchesatto - CRP12/05724
Rosa Nadir Teixeira Jerônimo CRP12/02010
Suzileia Cechin - CRP12/08459
Thais Wachholz - CRP12/04705
Lisandra Antunes de Oliveira - CRP12/06199

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	8
1. ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA CONSELHOS E APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO COM A CATEGORIA E SOCIEDADE	9
1.1 CRP- 12 INVESTE EM POLÍTICAS DE INTERIORIZAÇÃO	9
1.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO DO CRP-12	10
1.3 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO	12
1.4 PRIMEIRA PLENÁRIA ITINERANTE DO CRP-SC ACONTECE EM LAGES	12
1.4.1 Roda de conversa sobre a redução da maioria penal é realizada em Lages/SC	14
1.5 PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL	14
1.5.1 1ª oficina regional de multiplicação: políticas públicas, garantia de direitos e controle social:	15
1.6 POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO - PPC	16
1.6.2 Das reuniões nos polos:	18
1.6.3 Reuniões regionais	19
1.6.4 Mapa dos Polos da Política de Participação e Colaboração	19
1.7 QUALIFICAÇÃO	22
1.8 CONCURSO PÚBLICO DO CRP-12 E ATUALIZAÇÃO DO PCS	23
1.9 REUNIÃO DA DIRETORIA COM FUNCIONÁRIAS/OS	23
1.10 CRP-12 PASSA UTILIZAR A ESCRITA GENDRADA	24
1.11 COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS	24
1.11.1 Contratação de Assessoria Externa e estruturação do setor de Comunicação do CRP-12	24
1.11.2 “Fala Psi”: campanha de vídeos mensais sobre temas atuais da Psicologia	25
2 CONTRIBUIÇÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E TÉCNICAS AO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DE GARANTIA DE DIREITOS	26
2.1. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)	26
2.1.1 II Encontro de Equipes Técnicas dos Conselhos do Sul (PR, SC e RS)	26
2.1.2 Capacitação COF Conselheiros Plenário	27
2.1.3 Atividade da Política de Participação e Colaboração: Os atravessamentos da religião na prática clínica em psicologia	28
2.1.4 Encontro de COE's e COF's	28
2.1.5 Contribuições Revisão Resolução CFP nº 003/2007	28
2.1.6 Encontros sobre Atendimento Online: Revisão Resolução CFP nº 011/2012	29
2.1.7 Rodas de Conversa sobre elaboração de documentos – Dia do/a Psicólogo/a	30
2.1.8 Grupo de Trabalho da Política de Orientação e Fiscalização	31
2.1.9. Contribuições revisão Resolução CFP nº 006/2007	32
2.1.10 Contribuições Revisão Resolução CFP nº 007/2003	32
2.1.11. Reunião Digital sobre Coaching	33
2.1.12. Participação equipe técnica atividades Plenária Itinerante Lages	33
2.1.13. Revisão da Resolução CFP nº 002/2003	34
2.1.14. Participação Grupo de Trabalho Psicologia nas Emergências e Desastres	34
2.1.15. Roda de conversa sobre com ênfase em concursos públicos	35

2.1.16. Produção de materiais: Folder Habilitação Profissional.....	35
2.1.17. Atendimentos de orientação e fiscalização do CRP-12 em 2017	36
2.2. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA – COE.....	39
2.2.1. Tramitação processual.....	39
2.2.2. Reunião Nacional de COEs e de COFs e COEs.....	40
2.2.3. Oficinas de Orientação e Ética.....	41
2.2.4. Fortalecer o diálogo com a COF;	41
2.2.5. Publicação da resolução sobre Mediação e instalação da CAM.....	42
2.3 COMISSÃO DE ANÁLISE DE TÍTULO DE ESPECIALISTA – CATE.....	43
2.4 CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS – CREPOP	44
2.4.1. CREPOP REGIONAL.....	44
Atividades Gerais.....	45
2.4.2. PESQUISAS ESTADUAIS	46
5.2.1 Mapeamento por Área de Atuação e participação em espaços de Controle Social e Espaços Coletivos que visem a Cidadania.....	46
2.4.2.1. Pesquisa Saúde Suplementar	47
2.4.2.2. Pesquisa: Atuação da Psicologia com Práticas Integrativas e Complementares (PICs).	48
2.4.2.3. Pesquisa Mídia e Psicologia: tecendo conexões.	50
2.4.3. PROJETOS ESTADUAIS.....	51
2.4.3.1. 1ª Oficina Regional de Multiplicação. Políticas Públicas, Garantia de Direitos e Controle Social: Formação Permanente de Psicólogos(os) para atuação em espaços de Controle Social	51
2.4.3.2. Cartilha Concursos.....	53
2.4.4. CREPOP NACIONAL	53
2.4.4.1. Revisão Referências Técnicas.....	54
2.4.4.2. Reunião Nacional CREPOP	54
2.4.4.3. Seminário Nacional Políticas Públicas	55
2.5. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS – CDH	56
2.5.1. Comissão Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura em SC.....	57
2.5.2. CRP-12 propõe atividade para articular rede de direitos humanos em SC.....	63
2.5.3. Seminário de Direitos Humanos: Retrocessos, Avanços e Desafios.....	63
2.5.4. CRP-12 realiza debate sobre redução da maioria penal no Oeste Catarinense.....	66
2.5.4.1. Documentário do CRP-12 é exposto no Cineclube da Fundação Cultural BADESC... ..	67
2.5.5. Visibilidade trans: provocações necessárias à psicologia	67
2.5.6. II Seminário Despatologização das Travestilidades e Transexualidades.....	69
2.5.7. Reuniões ampliadas para preparação de evento estadual sobre os direitos da população indígena	70
2.5.7.1. CRP-12 participa da plenária ordinária do CEPIN.....	71
2.5.7.2. Manifesto em defesa da luta do povo Laklãnõ/Xokleng contra os impactos da Barragem Norte	72
2.5.7.3. Workshop sobre Desafios da Educação Indígena na ALESC	73
2.5.8. Ações voltadas ao combate a LGBTFobia e em defesa da Resolução CFP 001/1999	73
2.5.8.1. Debate dia 17 de maio: “Cura ou não cura? Os reflexos da patologização da homossexualidade e das identidades trans”	73

2.5.8.2. Audiência Pública sobre o Dia Internacional Contra a LGBTFobia e em Defesa da Resolução CFP nº 001/99.....	74
2.5.8.3. CRP-SC participa da 3ª Semana de Combate às Fobias de Gênero na Saúde.....	74
2.5.8.4. Debate Online: quais os impactos da ameaça a Resolução 001/99.....	75
2.5.8.5. Aula Pública sobre a Resolução nº 001/99.....	76
2.5.8.6. CRP-SC participa de manifestação a favor da Resolução CFP 001/99 em Florianópolis.....	76
2.5.8.7. CRP-12 debate sobre Saúde mental LGBT", na IX Jornada Acadêmica de Psicologia da UNESC.....	77
2.5.9. CRP-12 participa de ação junto ao Ministério Público Federal e Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura para inspecionar comunidades terapêuticas.....	77
2.5.10. Audiência Pública debate sobre Pessoas em Situação de Rua.....	78
2.6. COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	79
2.6.1. EIXO SAÚDE.....	79
2.6.1.1. GT Interinstitucional sobre Saúde Suplementar.....	79
2.6.1.2. O movimento Recovery: reinserção social baseada em relatos e experiências dos próprios usuários.....	85
2.6.1.3. Audiência Pública sobre a luta antimanicomial e a necessidade de uma reforma psiquiátrica.....	85
2.6.1.4. 3º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental.....	86
2.6.1.4.1. Roda de Conversa com Psicólogas(os) e CRP-12.....	87
2.6.1.4.2. Exibição do Documentário "Redução é a Chibata: uma reflexão sobre a redução da maioria penal no Brasil".....	88
2.6.1.5. Suicídio na adolescência e juventude é debatido em Mesa Redonda realizada pelo CRP-12.....	89
2.6.1.6. Audiência Pública debate sobre os impactos da depressão e cobra investimento em políticas públicas para seu enfrentamento.....	89
2.6.1.7. Encontro de Saúde Mental e Resistência Antimanicomial.....	91
2.6.1.8. Delegação catarinense participa do Encontro de Bauru: 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios.....	92
2.6.2. NÚCLEO ESTADUAL DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL – NEPAS.....	94
2.6.2.1. CRP-12 e FECAM reafirmam termo de cooperação.....	94
2.6.2.2. Conselheiras(os) do CRP-12 participam do XV Congresso Catarinense de Municípios, em Joinville.....	94
2.6.2.3. CRP-12 compõe Fórum das(os) Trabalhadoras(es) do SUAS.....	95
2.6.2.4. Reuniões Executiva e Nacional e Seminário do FNTSUAS em Fortaleza.....	96
2.6.2.5. Reunião Descentralizada da Coordenação Nacional do FNTSUAS.....	96
2.6.2.6. Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS de Santa Catarina – FETSUAS/SC.....	97
2.6.2.7. IV Encontro do FORTSUAS em Porto Alegre.....	98
2.6.2.8. Representantes do CRP-SC participam da XI Conferência Estadual de Assistência Social.....	98
2.6.2.9. Núcleo de Assistência Social do CRP-SC participa da XI Conferência Nacional.....	99
2.6.2.10. Audiência Pública Debate Importância do Orçamento da Assistência Social.....	100

2.6.2.11. Reunião Ampliada Itinerante - A psicologia no SUAS.....	101
2.6.3. EDUCAÇÃO	103
2.6.3.1.III Encontro Catarinense de Ensino e Psicologia: Formação e Democracia: Críticas, Desafios e Possibilidades.	104
2.6.3.2. Seminário Catarinense de psicologia apresenta estudos sobre deficiência.....	105
2.6.4. PSICOLOGIA NA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA	105
2.6.4.1. III Encontro do Núcleo de Pesquisas de Psicologia Jurídica conta com participação do CRP-SC	105
2.6.4.2. CRP-SC contribui com debate sobre a atuação das(os) psicólogas(os) na interface com a Justiça	106
2.6.4.3. CRP-SC participa do Simpósio Sul-Brasileiro de Psicologia Jurídica.....	107
2.6.4.4. Movimento contra a terceirização de Psicólogos e Assistentes Sociais no Judiciário.	108
2.6.5. Psicologia Organizacional e do Trabalho – POT.....	109
2.6.5.1. Mobilização contra o PLS 439/15, projeto que visa retirar psicólogas/os da atuação em RH	109
2.7. AÇÕES CONJUNTAS.....	110
2.7.1. CRP-12 realiza rodas de conversas itinerantes com psicólogas(os) das regiões oeste e extremo oeste	110
2.7.2. Diálogos entre CRP-12 e psicólogas(os) do Extremo Oeste Catarinense	111
2.8. CRP-SC APOIA E PARTICIPA DO ENCONTRO CATARINENSE DE PSICOLOGIA DO ESPORTE E DO EXERCÍCIO	112
2.9. MOSTRA REGIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA.....	112
2.9.1. Mostra de práticas em psicologia reúne mais de 300 pessoas em Joinville	114
2.9.2. Evento alusivo ao Dia da(o) Psicóloga(o) reúne mais de 200 pessoas em Florianópolis... ..	115
2.9.3. Mostra Regional de Psicologia aproxima CRP-SC da categoria no Sul do Estado	115
2.9.4. Arte, cultura e debate sobre a profissão marcam a Mostra Regional de Psicologia em Chapecó	116
2.10. 25 ANOS DO CRP-12.....	1128
2.10.1. Concurso para seleção do Selo Comemorativo dos 25 anos do CRP-12.....	1168
2.10.2. Pesquisa historiográfica sobre os 25 anos do CRP-12 e Vídeo Institucional 25 anos do CRP-12	1169
3 AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DE GARANTIA DE DIREITOS	119
3.1. NOTAS	120
3.1.2. Nota do CRP-12 sobre as medidas governamentais que precarizam as condições de trabalho da/o Psicóloga/o.....	120
3.1.2. Nota do CRP-12 em Defesa das Políticas Públicas e do Estado Democrático de Direito	121
3.1.3. Nota técnica - Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e alerta para o risco de possível infração ética no contexto de Editais (Nº 01/2016 e Nº 02/2016) da Prefeitura Municipal de Lages.....	122
3.1.4. Nota De Posicionamento Sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) Nº 539/2016	124

3.1.5. Nota de posicionamento contrário ao Programa Criança Feliz.....	126
3.1.6. Nota de Esclarecimento Sobre o PLC 14.2/2016	128
3.1.7. CRP-12 em defesa dos direitos das(os) trabalhadoras(es) na Greve Geral de 28/04 ...	130
3.1.8. Sistema Conselhos de Psicologia defende eleições diretas para presidência da República	132
3.1.9. Nota de posicionamento contrário às mudanças na política nacional de saúde mental propostas pelo ministério da saúde	133

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP/12 apresenta o relatório anual de gestão de 2017. Nas páginas que seguem serão apresentadas as ações executadas no corrente ano, tendo como base o conjunto de propostas deliberadas no Congresso Regional de Psicologia de 2016, materializado e operacionalizado pelo planejamento estratégico do início de nossa gestão e as revisões anuais posteriores.

Nesse relatório, apresentamos ações que reafirmam o compromisso da autarquia com a gestão transparente e democrática, diretrizes que norteiam as ações deste conselho profissional há muitos anos e gestões. A gestão coletiva, que foi sempre um traço característico do Plenário. Assim se manteve a ciência de que coletivizar é uma grande estratégia em meio à exacerbação da individualidade e autopromoção que insistem em se reproduzir nos meios políticos e, também, na política da profissão. Ao falar da experiência, refiramo-nos à ação, ou melhor, dizendo, conjunto de ações vividas cotidianamente. Em nosso caso, alinhadas a um objetivo comum: a defesa dos direitos e das bases democráticas da sociedade por meio de nossa atuação profissional.

IX Plenário do CRP-12

1. ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA CONSELHOS E APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO COM A CATEGORIA E SOCIEDADE

A proposição deste Eixo abrange a formulação de contribuições e possibilidades de reformulação das formas democráticas de estrutura e funcionamento dos Conselhos Regionais e Conselho Federal, de modo a cumprir a função social de garantia do exercício ético e qualificado da Psicologia. Envolvem questões referentes ao controle social e mobilização da categoria, a gestão do sistema (comunicação, gestão financeira, orientação e fiscalização, projetos de regionalização e interiorização...), formulação de projetos de Lei e, as relações institucionais na Psicologia (FENPB, ABEP, Fenapsi...) e com a sociedade (espaços de participação social, movimentos sociais, gestores das políticas públicas...). Visam, sobretudo, posicionar o Sistema Conselhos na direção de um Projeto Ético-Político que legitime e amplie o diálogo participativo e democrático com a categoria e com a sociedade.

1.1 CRP- 12 investe em políticas de interiorização

Anualmente, em conjunto com as instituições catarinenses de Psicologia promovemos um grande encontro para celebrar o dia das Psicólogas e Psicólogos em todo o estado. Em 2017 não poderia ser diferente. O 55ª aniversário de regulamentação da profissão coincide com os 25 anos de criação do CRP-12. Durante este percurso histórico foram acumuladas muitas experiências as quais pretendemos colocar em evidência nas Mostras Regionais de Práticas em Psicologia. A ação alusiva ao dia da/o psicóloga/o também marcará a cerimônia de posse das Comissões Gestoras das Subsedes do CRP-12, importante passo para ampliação dos espaços de interlocuções com a categoria e as instituições, conforme os princípios do IX Plenário do CRP-12.

Uma das importantes ações para concretizar estes objetivos teve início na gestão anterior com a criação das Subsedes Oeste, em Chapecó; Norte, em Joinville; e Sul, em Criciúma. Para avançar e aprimorar o uso destes espaços, criamos a Comissão de Interiorização, conforme planejamento estratégico para o triênio 2016-2019, com base nas diretrizes da plataforma de gestão e das propostas do Congresso Regional de Nacional de Psicologia (COREP e CNP). A regionalização

proporcionou uma ampliação do atendimento dos serviços de secretaria e de orientação à categoria e ao público em geral relacionado ao exercício profissional. Além disso, colocamos à disposição das/os psicólogas/os o uso destes espaços para reuniões, eventos de caráter científico, profissionalizante, cultural, social e de política da profissão, desde que compatíveis com os fins e objetivos do CRP-12 e da Psicologia. Para saber mais sobre o uso destes espaços, confira o regimento em nosso site.

Além de ampliar os atendimentos, constituímos as Comissões Gestoras das Subsedes para viabilizar maior aproximação com psicólogas/os e a descentralização de grupos de trabalhos e atividades regionais. A constituição se deu conforme Resolução CFP Nº 03/2010 que designa ao Plenário do Conselho Regional de Psicologia nomear a Comissão Gestora que ale ficará subordinada, sendo vedada eleição direta. Além disso, o término do mandato deve coincidir com o término do mandato do Plenário. As Comissões Gestoras foram criadas pela Resolução CRP-12 Nº 03/2017. Elas são compostas por 03 (três) a quatro (04) psicólogos/as escolhidas/os pela gestão do CRP-12. Dentre os membros, ao menos um deverá ocupar o cargo de Conselheira/o, efetiva/o ou suplente do Plenário visando garantir uma constante articulação entre o Plenário e as Subsedes.

O mandato dos membros da Comissão Gestora é honorífico e tem atribuições, como: participar do planejamento estratégico da gestão; acompanhar e propor melhorias no funcionamento administrativo da Subsede; planejar e executar o plano de ação da Subsede; promover a mobilização e organização das/os psicólogas/os de forma regionalizada; representar o CRP-12 ética, técnica e politicamente perante a sociedade, de acordo com as políticas da gestão; promover e coordenar grupos de trabalho; propor e facilitar a integração e desenvolvimento das ações de orientação e fiscalização, em conjunto com a Comissão de Interiorização e comissão de orientação e fiscalização; e realizar diligências e entrega de carteiras profissionais, quando solicitado pelo CRP-12.

Este conjunto de ações proporcionará que o CRP-12 esteja mais perto de você. Psicólogas/os, esta conquista também é sua. Venha participar das ações integradas e conhecer um pouco mais do que o seu Conselho vem fazendo para você.

1.2 Planejamento estratégico da gestão do CRP-12



SEDE – Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros,
Florianópolis, CEP 88080-300 – (48) 3244-4826 –
crp12@crpsc.org.br|

SUBSEDE SUL – Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed.
João Benedet, Centro, Criciúma, CEP 88801-010 – (48)
2102-7091 – sul@crpsc.org.br|

SUBSEDE NORTE – Rua Blumenau, 64, Sala 1306, Ed.
Adville Business, America, Joinville, CEP 89204-248 –
(47) 3202-7421 – norte@crpsc.org.br|

SUBSEDE OESTE – Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Ed.
Lázio, Centro, Chapecó, CEP 89802-130 – (49) 3304-
0388 – oeste@crpsc.org.br|

O planejamento estratégico do CRP-12 foi realizado em etapas. Nos dias 19 e 20 de janeiro de 2017 o IX Plenário reuniu-se com Colaboradores e Assessorias do CRP-12 para pensar estratégias e planejar os próximos três anos desta gestão. O planejamento foi conduzido pelo Consultor em Planejamento Estratégico do Instituto de



Educação Permanente de Florianópolis, Nelson Brum Motta. Ele realizou a moderação dos debates e utilizou-se dos recursos e da metodologia para este tipo de planejamento. A segunda etapa da atividade ocorreu em fevereiro, onde foram definidas as diretrizes e estratégias do CRP-12 na atual conjuntura, além das questões centrais a serem alinhadas a longo prazo, levando-se em conta as contribuições da categoria no IX Congresso Nacional de Psicologia - CNP e IX Congresso Regional da Psicologia - COREP.

O Planejamento Estratégico definiu sete objetivos principais:

- I. Ampliar e aprimorar o diálogo com a categoria através de estratégias e ações de comunicação eficientes
- II. Garantir que o compromisso social, Direitos Humanos e Democracia sejam eixos transversais a quaisquer ações técnicas, éticas e políticas do CRP-12.
- III. Construir metodologias eficientes para as ações desenvolvidas integrando o trabalho das diferentes comissões, eixos, GT's e equipe técnica.
- IV. 4A. Criar espaços de formação permanente para os atores sociais e equipe funcional do CRP-12, visando a representação/ atendimento qualificado do exercício profissional. 4B. Desenvolver estratégias e processos de gestão que atendam os objetivos da autarquia. 4C. Incorporar no planejamento estratégico as demandas do COREP, CNP e Plataforma

- V. Criar e efetivar uma política de atenção integral à saúde dos trabalhadores no CRP-12
- VI. Construir relações de enfrentamento às desigualdades sociais e violações de direitos, articulado com os movimentos sociais, controle e participação social e grupo de psicólogas(os) existentes.
- VII. Potencializar o CRP-12 como espaço de referência técnica e ética para a categoria

Cada objetivo se desdobrou em ações estratégicas para serem realizadas durante a gestão. O CRP-12 disponibiliza na íntegra o relatório final no portal transparência. Você pode acessar e acompanhar o status de cada ação, fazendo o monitoramento e o controle social sobre o que a gestão vem fazendo por você.

1.3 Créditos orçamentários para aquisição de terreno

Em 31 de março, das 19h às 21h, na Sede do Conselho Regional de Psicologia - 12ª Região, em Florianópolis, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária. A categoria foi convocada para acompanhar a apresentação dos pontos de pauta “Apresentação do Site Transparência do CRP-12” e “Aprovação de créditos adicionais orçamentários para fins de aquisição de terreno”. O Site da Transparência está disponível, desde o dia três de abril, dentro do próprio site do CRP-12, no Menu “Institucional”, submenu “Transparência”: <http://transparencia.cfp.org.br/crp12/>. Neste *link* constam informações detalhadas acerca das ações desenvolvidas por este Conselho, em consonância com o propósito da ferramenta. Quanto à pauta de aprovação de créditos adicionais orçamentários para aquisição de terreno, o Conselheiro Tesoureiro, Anderson Luis Schuck; e a Conselheira Presidenta, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues apresentaram os impasses ocorridos no ano de 2016 que impossibilitaram a compra do terreno localizado ao lado da atual sede do CRP-12. Foi colocada em votação a liberação de créditos adicionais, do atual exercício, restando aprovados por unanimidade.

1.4 Primeira Plenária Itinerante do CRP-SC acontece em Lages

A cidade de Lages recebeu nos dias 20 e 21 de outubro a primeira Plenária Itinerante do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC). A reunião referente ao mês de outubro foi realizada no município serrano com o objetivo de descentralizar a gestão da autarquia, aproximar o Conselho das(os) profissionais e atender às demandas das regiões do estado.



As(os) profissionais que acompanharam a primeira Plenária Itinerante tiveram a oportunidade de conhecer mais detalhadamente a pauta abordada pelas(os) conselheiras(os), assim como assistir em primeira mão o vídeo que integra o Projeto Memórias da instituição e marca os 25 anos do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.

Na tarde de sexta-feira (20) Conselheiras(os), equipe técnica e a presidência do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) se dividiram para realizar visitas a diversas entidades ligadas à Psicologia do município de Lages, na Serra Catarinense. O objetivo dos encontros foi o de conhecer a realidade local, assim como as dificuldades enfrentadas pela categoria, promovendo uma aproximação entre Conselho e psicólogas(os).



A ação fez parte da primeira Plenária Itinerante do CRP-SC, realizada no sábado (21) no município. A recepção das instituições foi muito positiva. Dentre as instituições visitadas estiveram a assistência social e os departamentos de CAPS de Lages. A psicóloga e gerente de Saúde Mental da cidade, Janaína Schlickmann de Souza, que atua há quase 15 anos à frente do CAPS, parabenizou a



iniciativa do Conselho. A Secretaria de Educação e universidades com cursos de Psicologia também foram visitadas na cidade, ressaltando a preocupação do Conselho na educação catarinense. Foram debatidos temas como a importância da categoria neste momento de desmonte da educação do país, a inserção da(o) Psicóloga(o) na rede de atendimento e como a categoria está percebendo a demanda que existe na área de formação. Também visitou-se o Tribunal de Justiça, o CASE e a Polícia Civil para uma roda de conversa, assim como foi realizada uma ação de direitos humanos em uma comunidade terapêutica da região.

Esta é a primeira vez que estamos levando para o interior do estado o que acontece a cada mês na sede do Conselho, sendo uma oportunidade ímpar para profissionais e estudantes da região conhecerem os processos internos do CRP-SC e se aproximarem da categoria. O projeto das Plenárias itinerantes seguirá visitando todas as regiões do Estado durante a gestão do IX Plenário,

1.4.1 Roda de conversa sobre a redução da maioridade penal é realizada em Lages/SC

No dia 20 de outubro aconteceu uma roda de conversa após a exibição do documentário "Redução é a Chibata: Uma reflexão sobre a redução da maioridade penal no Brasil". O evento contou com



aproximadamente 50 pessoas tendo a presença de um advogado, 12 psicólogos(os) que atuam em políticas públicas, 18 psicólogos(os) de outras áreas, membros do conselho e estudantes. A atividade fez parte das ações da Plenária Itinerante do CRP-12. O evento foi encerrado com a gravação de um vídeo curto, para publicação nas redes sociais do CRP-SC e compartilhamento dos participantes com a hashtag: #reduçãoãóesolução. O vídeo faz parte de uma campanha lançada pelo Conselho Federal de Psicologia.

1.5 Psicologia, Políticas Públicas e Controle Social

O CRP-12 compreende a participação da psicologia em espaços de controle social como fundamental para a formulação, controle e desenvolvimento de políticas públicas pautadas na garantia dos direitos humanos. Frente a isso, a gestão tem dado continuidade na promoção de qualificação para participação nos espaços de controle social. Entre as atividades, foram realizadas as oficinas de qualificação para atuação no controle social e ampliação das representações do CRP-12 no âmbito dos conselhos municipais. A operacionalização da oficina segue descrita abaixo.

1.5.1 1ª oficina regional de multiplicação: políticas públicas, garantia de direitos e controle social:

Após a realização do Seminário sobre Participação e Controle Social em fevereiro de 2016 e da criação da Plataforma de Controle Social e Processos Participativos, a terceira ação do Projeto diz respeito à realização de Oficinas, em nível regional, a fim de identificar, compartilhar e fomentar as formas de participação encontradas no estado, bem como promover novas formas de inserção nos espaços participativos.

O objetivo das oficinas é formar e capacitar psicólogas(os) para a atuação nos espaços de controle social. O foco estratégico da atividade é refletir sobre a relação entre direitos humanos, políticas públicas e controle social; sobre o papel fundamental das(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas para garantia do Estado democrático de direito; trabalhar com as dimensões práticas que envolvem a participação em conselhos de políticas públicas; fomentar a participação de psicólogas(os) em espaços de controle social da gestão pública e espaços coletivos relacionados à cidadania; articular as(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas de cada região; fomentar a participação de psicólogas(os) no Fórum de Discussões disponível na Plataforma Participação e Controle Social do CRP-12.

As oficinas aconteceram nas seguintes regiões:

REGIÕES	CIDADES	DATAS	MEDIADORAS
Subsede Norte	Joinville	06 de outubro	Apoliana e Joice
Subsede Oeste	Chapecó	27 de outubro	Anderson e Roberta
Vale do Itajaí	Rio do Sul	27 de outubro	Ematuir e Yara
Sede	Florianópolis	10 de novembro	Yara e Apoliana

1.6. Política de Participação e Colaboração - PPC

A Política de Participação e Colaboração é uma ação baseada na gestão democrática e participativa com envolvimento político da categoria na construção da Psicologia. Visa constituir grupos em diferentes regiões do Estado de SC, que se reunirão de forma sistemática, conforme calendário prévio. Suas principais áreas de atuação é o controle social (Conferências, Conselhos, sociedade civil organizada), na política profissional (Associações, formação, gestão e sindicato) e na multiplicação dos debates e ações realizadas (com outros profissionais, instituições e sociedade civil). Tem como objetivo promover a operacionalização das políticas e ações do Sistema Conselhos de Psicologia sob a coordenação e diretrizes políticas do Plenário.

O projeto Política de Participação e Colaboração fundamenta-se em uma perspectiva de constituir uma política de base no Estado de Santa Catarina, considerando a proposta de Gestão estadualizada e democrática do IX Plenário. A Política de Participação e Colaboração tem legitimidade através das propostas advindas do IX COREP, amplo processo de define as diretrizes para a gestão no triênio:

Proposta 5: Consolidar o compromisso do CFP e CRs na articulação e mobilização de espaços políticos de participação social e diálogo, objetivando a ampliação dos canais de discussão e informação, bem como o fortalecimento da democracia e da sociedade civil.

Proposta 24: Utilizar os polos de Política de Participação e Colaboração para o esclarecimento aos grupos de psicólogas(os) sobre as fiscalizações efetuadas pelo CRP.

Proposta 30: Manter e consolidar a Política de Participação e Colaboração do CRP-12, buscando o envolvimento político da categoria na construção da Psicologia garantindo a continuidade da ampliação dos Polos para oportunizar espaços de diálogo com o CRP, como programa permanente de gestão e propor a difusão do projeto para o Sistema Conselhos.

A partir dessas deliberações, o CRP-12 entende que a Política de Participação e Colaboração é um dos princípios fundamentais básicos, conforme exposto no planejamento estratégico. Entendemos que este projeto é um recurso organizativo da gestão para ampliação da força de trabalho qualificada para atender demanda das diferentes áreas de atuação da Psicologia no Estado de SC. Estes fatores expostos justificam a necessidade do presente projeto, como ação central na gestão do IX Plenário.

Polos da Política de Participação e Colaboração	
Jaira Terezinha da Silva Rodrigues	Coordenador Geral
Alexandre D. Aleixo	Coord. Joinville
Débora	Coord. Caçador
Paulo R. W. Leite	Coord. Blumenau
Daiane Nardon	Coord. Chapecó
Pâmela Silva Santos	Coord. Lages
Ematuir Teles de Sousa	Coord. Florianópolis
Eliz Marine Wiggers	Coord. Bal. Camboriú
Mariana B. Jimenez	Coord. Itajaí
Elisandra Antunes Oliveira	Coord. São Miguel do Oeste
Joice	Coord. Rio do Sul
Clarívia	Coord. Criciúma
Junior Cesar Goulart	Coord. Tubarão
Rodrigo	Coord. Orleans

A PPC tem um calendário específico que consiste na intercalação de encontros bimestrais nos polos regionais e encontros somente de articuladores na sede do CRP-12. A programação proposta para o encontro regional é: 1) acolhimento e apresentação, 2) leitura da pauta é memória da reunião anterior, 3) debate temático escolhido pela região, 4) troca de experiências, 5) organização da agenda e escolha do próximo tema, 6) avaliação, 7) encerramento/confraternização com coffee break.

O projeto da política de participação e colaboração possui um método de operacionalização. Faz parte do método a realização de encontros intercalados entre articuladores e encontros regionais, duração de 3 horas, na mesma semana, mesmos horários, com um roteiro de pauta comum, lista de presença, relatórios e organização de material subsídio para a reunião.

Tendo como referência um calendário e formato de reunião padrão, cada grupo terá autogestão na organização da pauta e autogestão do grupo, podendo o Articulador coordenar o grupo de forma colegiada. Bimestralmente será realizada no CRP/12 reunião com Articuladores para qualificação e preparação do próximo encontro.

1.6.1 Polos de Articulação:

A Política de Participação e Colaboração é concretizada nos polos de articulação da profissão. Os polos consistem em locais estratégicos (concentração de psicólogos, recebimento de demandas, articulações políticas desenvolvidas etc.). A partir desses polos perspectiva-se o desenvolvimento de outros polos na medida das possibilidades de administração do trabalho e finanças do CRP.

1.6.2 Das reuniões nos polos:

As reuniões dos polos ocorrem de forma sistemática, segundo calendário anual de reuniões bimestrais, em locais a serem definidos. A pauta da reunião será dividida em dois momentos. Primeiramente, atendendo pauta previamente levantada junto aos psicólogos da região por meio de contato direto das(os) psicólogas(os) com a(o) psicóloga(o) articulador(a) ou em e-mail próprio criado para a região. O segundo momento será reservado para o desenvolvimento de pauta definida pelo CRP, relativa à profissão e sua dimensão nacional. Nessas reuniões, além de serem dimensionadas as possibilidades de criação de novos polos, poderão ser identificados psicólogos(os) de referências em temáticas específicas relativas à profissão, a serem desenvolvidas no próprio polo, atendendo sua pauta, ou ainda atendendo a demandas do CRP.

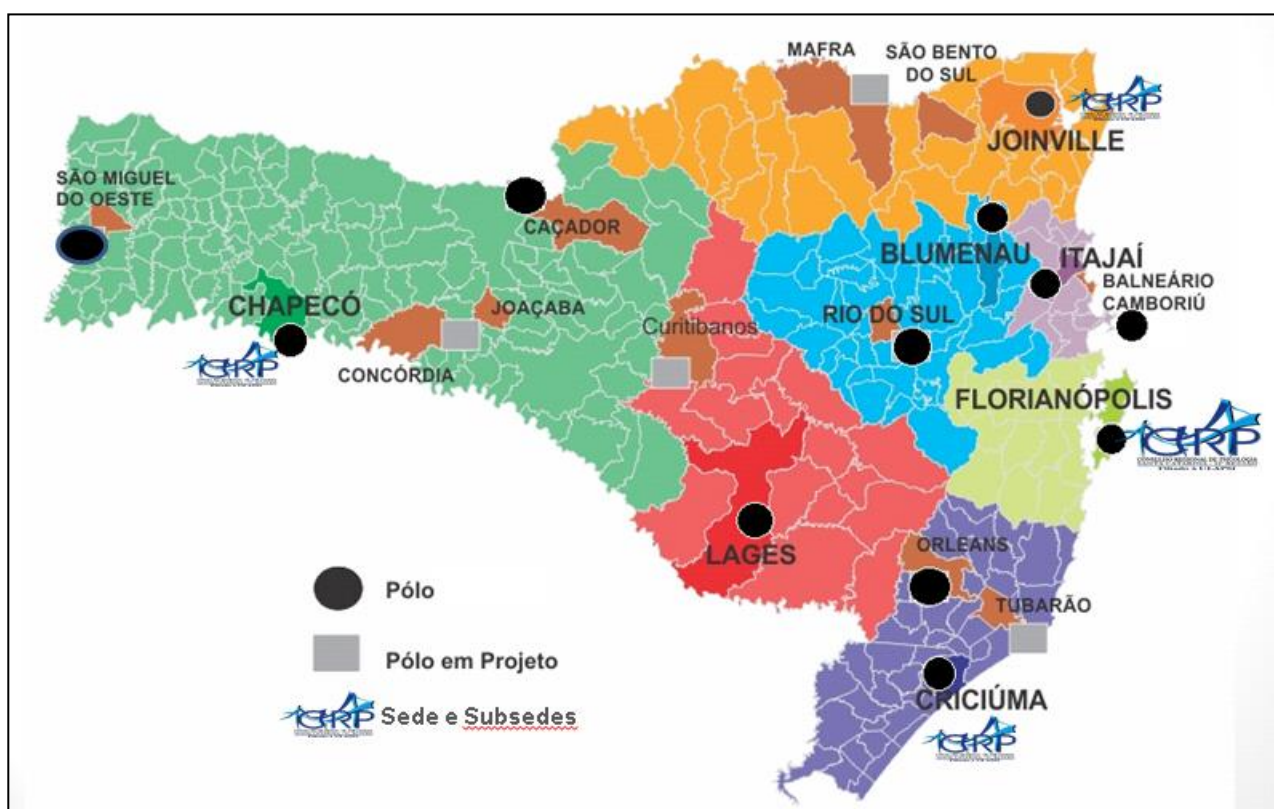
Tendo como referência um calendário e formato de reunião padrão, cada grupo terá autogestão na organização da pauta e autogestão do grupo, podendo o Articulador coordenar o grupo

de forma colegiada. Bimestralmente será realizada no CRP/12 reunião com Articuladores para qualificação e preparação do próximo encontro, conforme calendário de reuniões previamente estabelecido.

1.6.3 Reuniões regionais

Durante 2017 foram realizadas 5 encontros regionais da PPC em cada polo, somando aproximadamente 65 encontros no total, conforme tabela abaixo dos encontros:

1.6.4 Mapa dos Polos da Política de Participação e Colaboração



Encontros Regionais em Março:

Data	Horário	Cidade	Local / Instituição
10/03 – 6ª feira	18:30h - 21h	Baln. Camboriú	Apresentação do projeto e do CRP-12
08/03 – 4ª Feira	18:30h - 21h	Blumenau	Apresentação do projeto e do CRP-12
14/03 - 3ª feira	18:30h - 21h	Orleans	Apresentação do projeto e do CRP-12

09/03 – 5ª feira	18:30h - 21h	Rio do Sul	Apresentação do projeto e do CRP-12
07/03 – 3ª feira	18:30h - 21h	Caçador	Apresentação do projeto e do CRP-12
07/03 – 3ª feira	18:30h - 21h	Florianópolis	Apresentação do projeto e do CRP-12
09/03 – 5ª feira	18:30h - 21h	Lages	Apresentação do projeto e do CRP-12
09/03 – 5ª feira	18:30h - 21h	Chapecó	Apresentação do projeto e do CRP-12
07/03 – 3ª feira	18:30h - 21h	Criciúma	Apresentação do projeto e do CRP-12
09/03 – 5ª feira	18:30h - 21h	Joinville	Apresentação do projeto e do CRP-12
06/03 – 2ª feira	18:30h - 21h	São Miguel do Oeste	Apresentação do projeto e do CRP-12
07/03 – 3ª feira	18:30h - 21h	Itajaí	Apresentação do projeto e do CRP-12

Encontros Regionais em Maio:

Data	Horário	Cidade	Tema do Encontro
10/05 - 4ª feira	18:30h - 22h	São Miguel do Oeste	Efeitos Psicossociais do Preconceito.
10/05 - 4ª feira	18:30h - 22h	Itajaí	A Psicologia na Relação com o "Transborde da Justiça"
02/05 – 3ª feira	18:30h - 22h	Caçador	Empoderamento das(os) psicólogas(os) na atuação junto as políticas públicas
02/05 – 3ª feira	18:30h - 22h	Grande Florianópolis	os impactos da atual conjuntura política nas relações trabalhistas
02/05 – 3ª feira	18:30h - 22h	Criciúma	Os atravessamentos da religião na prática clínica em Psicologia
04/05 - 5ª feira	18:30h - 22h	Joinville	Saúde Suplementar
10/05 - 4ª feira	18:30h - 22h	Blumenau	Quem é a(o) Psicóloga(o) Catarinense?
04/05 - 5ª feira	18:30h - 22h	Rio do Sul	O exercício profissional da(o) psicóloga(o) na polícia e no judiciário
04/05 - 5ª feira	18:30h - 22h	Lages	A identidade da(o) Psicóloga(o) Lageano
04/05 - 5ª feira	18:30h - 22h	Chapecó	Avaliação Psicológica
05/05 – 6ª feira	18:30h - 22h	Baln. Camboriú	A Psicologia na Relação com o "Transborde da Justiça"
09/05 – 3ª feira	18:30h - 21h	Orleans	Atuação das(os) Psicólogas(os) nas políticas Públicas

Encontros Regionais em Julho:

Data	Horário	Cidade	Tema do Encontro
10/07 – 2ª feira	18:30h - 22h	Caçador	As diferentes áreas de atuação da Psicologia

04/07 - 3ª feira	18:30h - 22h	Grande Florianópolis	Venha conversar sobre o que está acontecendo
06/07 - 5ª feira	18:30h - 22h	Joinville	Venha conversar sobre o que está acontecendo
10/07 - 2ª feira	18:30h - 22h	Rio do Sul	Contextualização do ensino de Psicologia em Rio do Sul e no Alto Vale.
06/07 - 5ª feira	18:30h - 22h	Chapecó	Desafios da inserção do psicólogo na política de educação
07/07 - 6ª feira	18:30h - 22h	Baln. Camboriú	Avaliação Psicológica e a Produção de Documentos
04/07 - 3ª Feira	18:30h - 22h	Orleans	A psicologia e as relações de trabalho
06/07 - 5ª feira	18:30h - 22h	São Miguel do Oeste	Conduta da(o) Psicóloga(o): Ética em relação as questões da orientação sexual e identidade de gênero
03/07 - 2ª feira	18:30h - 22h	Itajaí	Limites éticos da atuação da(o) Psicóloga(o)
05/07 - 4ª feira	18:30h - 22h	Blumenau	Formação e Prática: O reconhecimento e a inserção no mercado de trabalho
05/07 - 4ª feira	18:30h - 22h	Lages	A Identidade da(o) Psicóloga(o) Lageana(o) - II parte
07/07 - 6ª feira	18:30h - 22h	Criciúma	Considerações sobre Psicologia e Religião

Encontros Regionais em outubro:

Data	Horário	Cidade	Tema do Encontro
10/10 - 3ª Feira	18:30h - 22h	Caçador	A Psicologia no Órgãos de Controle Social
04/10 - 4ª Feira	18:30h - 22h	Grande Florianópolis	Precarização do trabalho da psicóloga nas políticas públicas.
05/10 - 5ª feira	18:30h - 22h	Joinville	Desafios da inserção da(o) psicóloga(o) na política de educação
27/10 - 6ª feira	18:30h - 22h	Rio do Sul	Oficinas de Participação e Controle Social
29/09 - 6ª Feira	18:30h - 22h	Chapecó	Oficinas de Participação e Controle Social
11/10 - 4ª feira	18:30h - 22h	Baln. Camboriú	Parâmetros éticos e técnicos da atuação da(o) psicóloga(o) no transito.
03/10 - 3ª Feira	18:30h - 22h	Orleans	Suicídio
11/10 - 4ª Feira	18:30h - 22h	São Miguel do Oeste	Práticas multiprofissionais e interdisciplinares
10/10 - 3ª-Feira	18:30h - 22h	Itajaí	Lugar da psicoterapia nas políticas pública.

04/10 - 4ª Feira	18:30h - 22h	Blumenau	Vulnerabilidade e Violência no Vale do Itajaí: qual o papel da psicologia?
04/10 - 4ª Feira	18:30h - 22h	Lages	Trabalho Cooperativado
06/10 - 6ª Feira	18:30h - 22h	Criciúma	Suicídio
05/10 - 5ª Feira	18:30h - 22h	Tubarão	Apresentação do projeto da PPC e das atribuições do CRP-12.

Encontros Regionais em dezembro:

Data	Horário	Cidade	Tema do Encontro
04/12 - 2ª Feira	18:30h - 22h	Caçador	Psicologia e a Comunidade
30/nov	18:30h - 22h	Tubarão	Suicídio
12/dez	18:30h - 22h	Grande Florianópolis	Qual o projeto para a Psicologia você acredita?
07/dez	18:30h - 22h	Joinville	Psicologia e Empreendedorismo - Possíveis Diálogos
14/dez	18:30h - 22h	Rio do Sul	Precarização do trabalho da Psicóloga nas políticas públicas.
06/dez	18:30h - 22h	Chapecó	O papel do profissional de Psicologia frente às situações de violência contra a mulher
07/dez	18:30h - 22h	Baln. Camboriú	A atuação profissional de psicóloga(o)s recém formados
12/dez	18:30h - 22h	Orleans	Psicologia clínica e seus desafios
05/dez	18:30h - 22h	São Miguel do Oeste	Orientação Profissional e Elaboração de Documentos
11/dez	18:30h - 22h	Itajaí	Projeto de lei sobre a terceirização de Psis e assistentes sociais no TJ
29/nov	18:30h - 22h	Blumenau	Psicologia, Inovação e empreendedorismo
12/dez	18:30h - 22h	Lages	Avaliação de 2017, planejamento de 2018
05/dez	18:30h - 22h	Criciúma	As fronteiras entre a atuação da/o psicóloga/o, religião e laicidade

1.7. Qualificação

No sábado (16/09), a Plenária do CRP-12 foi marcada por um momento de qualificação em Políticas Públicas para conselheiras(os) e assessores do IX Plenário. O tema central foi sobre os cenários das políticas públicas nacional e os reflexos em SC. A convidada para a atividade foi a Janice Merigo, Assistente Social da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM).



SEDE – Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, CEP 88080-300 – (48) 3244-4826 – crp12@crpsc.org.br|

SUBSEDE SUL – Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed. João Benedet, Centro, Criciúma, CEP 88801-010 – (48) 2102-7091 – sul@crpsc.org.br|

SUBSEDE NORTE – Rua Blumenau, 64, Sala 1306, Ed. Adville Business, America, Joinville, CEP 89204-248 – (47) 3202-7421 – norte@crpsc.org.br|

SUBSEDE OESTE – Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Ed. Lázio, Centro, Chapecó, CEP 89802-130 – (49) 3304-0388 – oeste@crpsc.org.br|



A qualificação de aproximadamente duas horas debateu sobre as políticas de assistência social, saúde e educação em Santa Catarina. Entre os pontos abordados destaca-se a precarização da políticas públicas e do trabalho das(os) psicólogas(os), o investimento em programas de qualificação e de diálogo com

a categoria e com os gestores municipais, bem como possíveis parcerias em projetos institucionais. Ao finalizar a reunião foi abordada a possibilidade de renovação do termo de cooperação técnica entre as instituições. Por ora, será realizada uma análise das pautas comuns visando estabelecer futuras parcerias.

Desde o início da gestão do IX Plenário, tem se investido em momentos de qualificação. Além da capacitação institucional sobre os trabalhos da Comissão de Orientação e Fiscalização e Comissão de Orientação e Ética, já estiveram em outros momentos de capacitação a ex-presidenta do CRP-SP, Elisa Zaneratto Rosa e o atual presidente do CFP, Rogério Gianinni.

1.8. Concurso Público do CRP-12 e Atualização do PCS

Considerando a necessidade de ampliar a equipe funcional do CRP-12 para atender as demandas da categoria, que hoje aproxima-se dos 12 mil psicólogos/os, a Gestão vem trabalhando no novo concurso público para cargos de assistente técnico e auxiliares administrativos. Em dezembro de 2017, foi deflagrado a realização de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do CRP-12.

Outra ação estratégica foi a atualização do Plano de Cargos e Salários do CRP-12 com a readequação salarial, conforme valores atualizados com base em pesquisa nos demais conselhos regionais e DIEESE. Além disso, a Gestão vem trabalhando na estruturação do organograma do CRP-12, para melhor atender os fluxos internos.

1.9. Reunião da Diretoria com Funcionárias/os

Com objetivo de aproximar a Gestão da equipe de trabalhadores do CRP-12 para dialogar sobre as pautas comuns, um espaço de escuta qualificada que visa qualificar os processos de trabalho e tornar a comunicação mais fluída, desde o início da gestão, o CRP-12 realiza reuniões mensais com os trabalhadores. Entre os pontos abordados, destacam-se: Planejamentos para o CRP-12; discussão sobre melhorias institucionais; acordos institucionais; Avaliação Institucional; Retornos sobre PCS; Manual de Padronização de Procedimentos; entre outros pontos apresentados, tanto pelos trabalhadores, como pelos gestores.

1.10. CRP-12 passa utilizar a escrita gendrada

A escrita gendrada utiliza os artigos "a, o, as, os" em toda documentação ou texto escrito, como forma de contemplar os dois gêneros gramaticais. A forma como se convencionou a gramática é marcada por uma arbitrariedade, pois quando se utiliza o masculino das palavras para fazer referência a todos os gêneros, tem-se como consequências a invisibilidade do feminino, bem como a reiteração de práticas hierárquicas do masculino em relação ao feminino

Destaca-se que nossa categoria profissional é predominantemente constituída por mulheres, isso nos coloca diante da importância de constituir outros modos de reconhecimento da participação destas nos processos de decisões políticas, econômicas e sociais. Quando se adota este posicionamento estamos considerando a necessidade de problematizar a existência de um sistema hierárquico de gênero, tornando-se um ato político de transformação de nossa sociedade machista, misógina e sexista.

Informamos que o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) vem utilizando a escrita gendrada em seus materiais institucionais, desta forma reconhecendo a escrita como fonte de representação e de poder.

1.11. Comissão de comunicação social – CCS

1.11.1 Contratação de Assessoria Externa e estruturação do setor de Comunicação do CRP-12.



SEDE – Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, CEP 88080-300 – (48) 3244-4826 – crp12@crpsc.org.br|

SUBSEDE SUL – Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed. João Benedet, Centro, Criciúma, CEP 88801-010 – (48) 2102-7091 – sul@crpsc.org.br|

SUBSEDE NORTE – Rua Blumenau, 64, Sala 1306, Ed. Adville Business, America, Joinville, CEP 89204-248 – (47) 3202-7421 – norte@crpsc.org.br|

SUBSEDE OESTE – Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Ed. Lázio, Centro, Chapecó, CEP 89802-130 – (49) 3304-0388 – oeste@crpsc.org.br|

Entre os investimentos do CRP-12 em comunicação, destaca-se o processo de contratação da empresa de assessoria externa de comunicação. Amplo processo que levou em consideração pesos para preço de mercado e qualidade técnica. A empresa contratada foi Apex Comunicação Estratégica. A empresa disponibiliza ampla cobertura de serviços, como cobertura jornalística, produção de materiais gráficos, edição de vídeos entre outros.

Além do setor externo, o CRP-12 investiu na estruturação do setor interno de comunicação. Atualmente, conta com uma assessora de comunicação que realiza suporte para a Comissão de Comunicação, bem como faz o gerenciamento das mídias do CRP-12.

1.11.2 “Fala Psi”: campanha de vídeos mensais sobre temas atuais da Psicologia

O CRP-12 lançou um Projeto de aproximação com a categoria. O “Fala Psi” traz uma proposta de vídeos com profissionais da área que trabalham diretamente com os temas destacados nas campanhas mensais propostas por este Conselho. Entre os vídeos já lançados foi abordados as temáticas de saúde mental, população em situação de rua, imigrantes e refugiados e descolonização do pensamento na psicologia.

Confira todos os vídeos na nossa plataforma do Youtube, em <https://www.youtube.com/user/CRP12SC>.

2 CONTRIBUIÇÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E TÉCNICAS AO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DE GARANTIA DE DIREITOS

De forma a constituir diretrizes para os processos e condições de trabalho dos psicólogos, este Eixo acolhe propostas para a qualificação e construção de referências para a atuação das/os psicólogas/os. Possibilita agregar reflexões acerca das possibilidades, limites e efeitos das práticas profissionais para o cenário de garantia de direitos. Igualmente aponta e/ou reforça caminhos para a atuação em diferentes contextos e com diferentes populações.

2.1. Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

A Comissão de Orientação e Fiscalização – COF pauta-se considerando as funções precípua de orientar e fiscalizar o exercício profissional da(o) psicóloga(o), assegurando o cumprimento das leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão, resguardando junto à população bons serviços dentro de preceitos éticos e profissionais e garantindo autonomia e dignidade profissional à(o) psicóloga(o). De acordo com a Política de Orientação e Fiscalização (POF), Resolução CFP nº 010/2017, constitui-se como objetivo principal da COF: coordenar e executar em sua jurisdição as atividades de orientação e fiscalização, e assistir ao Plenário do CRP nos assuntos de sua competência.

Em 2017, a COF foi composta pela conselheira Helena Berton Eidt (Presidente), conselheira Juliana Lima Medeiros, Conselheiro Marcos Henrique Antunes e a colaboradora Ana Maria Pereira Lopes. Integram ainda a comissão as Psicólogas Técnicas Letícia Just Guerra (Coordenadora Técnica), Iramaia Ranai Gallerani, Lucila de Castro Neves, Pâmela Lunardelli Trindade e na Subsede Oeste Priscila de Abreu.

No decorrer de 2017, a comissão realizou um conjunto de ações que seguem descritos abaixo:

2.1.1 II Encontro de Equipes Técnicas dos Conselhos do Sul (PR, SC e RS)

Nos dias 13 e 14 de março de 2017, foi realizado o II Encontro de Equipes Técnicas dos Conselhos do Sul, na sede do CRP Paraná, em Curitiba.

Houve a participação de uma técnica da equipe do CRP-12 e de conselheira da COF durante os dois dias de atividade. Este encontro tem se



firmado com um importante espaço de qualificação para as/os técnicas/os que têm a oportunidade da troca de experiência nessa atividade que é tão peculiar e envolve a orientação e fiscalização profissional com o objetivo de que nossa profissão se fortaleça cada vez mais, sendo exercida dentro dos parâmetros éticos e técnicos e garantindo a oferta de um serviço de qualidade à sociedade. O próximo encontro está marcado para 2018 e será organizado pelo CRP-12. Nessa ocasião, toda a equipe técnica do CRP-12 terá a oportunidade de participar do treinamento.

2.1.2 Capacitação COF Conselheiros Plenário

Em abril de 2017, a Comissão de Orientação e Fiscalização e a equipe técnica que a assessora ministraram treinamento às/aos conselheiras/os do IX Plenário. O mesmo teve como tema central “as possibilidades e os limites da orientação e fiscalização”.

Foram apresentados os principais pontos da Resolução CFP nº 010/2017 - Institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia (nessa época a resolução ainda não havia sido publicada), processos de orientação e fiscalização e quais as peculiaridades de cada um deles, denúncia anônima x denúncia qualificada, atuação da equipe técnica e papel da COF, entre outras questões.

Como resultado dessa atividade, pode-se afirmar que houve maior compreensão dos conselheiros a respeito do papel desempenhado pela equipe técnica e pela COF e das especificidades dos processos de orientação e fiscalização realizados.

2.1.3 Atividade da Política de Participação e Colaboração: Os atravessamentos da religião na prática clínica em psicologia

Em 17/05/17, na cidade de Criciúma, foi realizada reunião da Política de Participação e Colaboração com o tema “Os atravessamentos da religião na prática clínica em psicologia”. O conselheiro da COF e uma técnica da equipe que assessora a comissão participaram da atividade abordando sobre as fronteiras da atuação da psicologia e práticas místicas, religiosas.

2.1.4 Encontro de COE's e COF's

Nos dias 20 e 21 de julho de 2017, a coordenadora técnica e a conselheira presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização participaram do Encontro de COE's (Comissões de Ética) e COF's (Comissões de Orientação e Fiscalização) no Conselho Federal de Psicologia (CFP). Estiveram presentes representantes das equipes técnicas e conselheiras/os de todas as jurisdições do país. O encontro foi coordenado pelo CFP e teve como pauta debates importantes sobre mediação, reestruturação e revisão da Resolução CFP nº 007/2003 (Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica) e da 006/2007 (Institui o Código de Processamento Disciplinar), as solicitações do poder judiciário aos psicólogos do CRAS, CREAS, NASF e CAPS, alinhamentos a respeito da Resolução CFP nº 010/2017 (Institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia), ensino à distância, práticas integrativas e as novas práticas, avaliação psicológica, revisão da Resolução CFP nº 011/2012 (Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental), entre outros temas relevantes sobre a orientação e fiscalização do exercício profissional.

Além dos debates, o encontro oportunizou a troca de experiências e aprendizados entre as/os técnicas/os e as/os conselheiras/os de todo o país, inclusive do CFP.

2.1.5 Contribuições Revisão Resolução CFP nº 003/2007

Em julho de 2017, o Conselheiro Marcos participou, como representante da COF, de reunião no CFP para revisão da Resolução CFP nº 003/2007 (Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Alterada pelas Resoluções CFP nº 008/08, 001/12 e 045/12). A equipe técnica organizou suas contribuições a respeito da resolução, as quais tiveram a revisão e análise da assessoria jurídica do CRP-12. Este material foi levado para a reunião pelo conselheiro e serviu de base para as discussões realizadas.

2.1.6 Encontros sobre Atendimento Online: Revisão Resolução CFP nº 011/2012

O CFP, através do Grupo de Trabalho (GT) constituído para revisão da Resolução CFP nº 011/2012, pautou os conselhos regionais demandando a realização de encontros com as/os psicólogas/os envolvidas/os com a temática, bem como o envio da sistematização de dados resultantes de tais ações, visando consolidar a construção coletiva deste campo de atuação. Para atender tal demanda, o CRP-12 realizou grupos de diálogo com profissionais, tendo como prerrogativa os aspectos éticos e técnicos concernentes ao Código de Ética Profissional e demais normativas que referenciam o exercício profissional, fundamentalmente a Resolução CFP nº 011/2012.

O encontro teve como objetivo apreender dados da relação das/os psicólogas/os catarinenses frente os serviços psicológicos na interface com os meios tecnológicos de comunicação à distância. Visou verificar a satisfação dos profissionais com os pressupostos da Resolução CFP nº 011/2012; Problematizar as implicações éticas e técnicas da atuação profissional considerando a definição dos serviços; entender a relação estabelecida entre psicólogas/os e clientes; colher informações sobre a organização da plataforma disposta no site do CFP (credenciamento e renovação); levantar dificuldades vivenciadas na atuação profissional; buscar informações sobre dúvidas técnicas relativas ao exercício profissional; explorar dados referentes à prestação do serviço online no exterior; compreender a necessidade de flexibilização de itens obrigatórios e recomendações previstas pela Resolução CFP nº 011/2012 (ampliação dos links que podem ser expostos no site, exposição de depoimentos, apresentação de artigos, vinculação a blog, exposição de redes sociais).

Considerando os objetivos elencados, foram realizados dois encontros, na abrangência da Sede, em Florianópolis, e da Subsele Oeste, em Chapecó. Os participantes foram pré-selecionados a

partir de listagem disponível na base de dados do CFP, sendo convidados a participar da atividade por meio de convite ofício encaminhado pelo regional. Os profissionais que não confirmaram participação via e-mail foram contatados por telefone. Além disso, foi encaminhado questionário online a todos que não participaram da atividade a fim de que pudessem contribuir a distância.

Também foi realizado contato, via e-mail, com as coordenações de curso de Psicologia das faculdades/universidades de todo o estado de Santa Catarina, com o objetivo de saber se havia alguma pesquisa em andamento sobre o tema em questão e, caso houvesse, convidando os envolvidos a participarem dos grupos focais.

Na atividade realizada na Sede tivemos a participação de cinco profissionais, sendo que quatro já possuíam site cadastrado e um profissional estava com o site em processo de cadastramento. Na Subsele Oeste, a discussão ocorreu entre a técnica que assessoria a COF, uma Conselheira da Região Oeste, um membro convidado da Comissão Gestora da Região e um membro convidado da Comissão de Orientação e Ética do CRP-12. Com o objetivo de atingir mais profissionais além dos que participaram presencialmente e também responderam ao questionário, foram enviados questionários via e-mail a todos os profissionais com site cadastrado e em processo de cadastramento, a fim de que pudessem contribuir à distância. Sendo que destes, somente dois retornaram.

Após as atividades, os indicativos apontados pelas/os profissionais como passíveis de análise, discussão e revisão foram encaminhados ao CFP para compilação dos mesmos pelo GT e contribuição para a revisão da resolução.

2.1.7 Rodas de Conversa sobre elaboração de documentos – Dia do/a Psicólogo/a

Nos dias 26 e 28 de agosto de 2017, ocorreram no Estado diversas atividades em comemoração ao Dia do/a Psicólogo/a. A COF, após apresentação dos dados de levantamento realizado pela COE, que mostraram que 23% dos processos éticos julgados versaram sobre infrações éticas cometidas pelo/a psicólogo/a clínico na relação com a justiça, enquanto 29,5% das denúncias em trâmite tratavam do mesmo tema, e considerando o processo de revisão da Resolução CFP nº 007/2003, planejou e estruturou uma Roda de Conversa sobre Elaboração de Documentos decorrentes de avaliação psicológica. Esta atividade foi realizada com apoio da COE nas cidades de Florianópolis,

Criciúma, Chapecó e Joinville, tendo a participação de conselheiros/as e equipe técnica que assessoram as comissões.

O objetivo da atividade foi o de promover discussão a respeito da Resolução CFP nº 007/2003 e coletar apontamentos gerais a respeito dos aspectos que necessitavam de revisão na mesma. Em parceria com a COE, foram apresentados os dados do levantamento realizado pela comissão que corroboram a importância do debate.

Além disso, foi oportunizado espaço de orientação para a categoria a respeito do tema. Após as atividades, as contribuições feitas pela categoria para revisão da resolução foram encaminhadas ao CFP juntamente com as contribuições da equipe técnica.

2.1.8 Grupo de Trabalho da Política de Orientação e Fiscalização

Grupo de trabalho vinculado ao CFP, com representação da COF do CRP-12. Este GT foi criado na APAF de dezembro de 2011 e reeditado ao longo dos demais encontros. Em reunião telefônica, de janeiro de 2013, um roteiro foi enviado aos Conselhos Regionais, a fim de que encaminhassem propostas para a Reestruturação das Políticas de Orientação e Fiscalização.

Em 2016, foram realizadas reuniões presenciais no dia 26 de fevereiro e 15 de abril para finalização da minuta de resolução de Reestruturação. A minuta foi aprovada na APAF de maio de 2016, porém não foi publicada devido Parecer da Assessoria Jurídica do CFP que informou sobre inconsistência nas atribuições informadas na minuta. A minuta não foi apreciada na APAF de dezembro de 2016.

Posteriormente, a ASJUR/CFP confeccionou novo Parecer, sem ressalvas ao texto da resolução, e em reunião telefônica do dia 08 de março de 2017 o GT, decidiu pela manutenção do texto original. Dessa forma, a Resolução foi apreciada na APAF de maio de 2017 e já publicada com o nome de Política de Orientação e Fiscalização- POF, resolução CFP n. 010/2017.

Diante das ações elencadas pela Apaf para o GT, diante de suas atribuições e conforme temas afetos foram surgindo na prática psicológica, a APAF decidiu por expandir suas atividades e ramificar seus temas de abrangência. Assim, o GT vem trabalhando sistematicamente com os seguintes temas ao GT: Coaching, Novas Práticas e Revisão das Resoluções CFP n. 003/2007 (Consolidação das Resoluções) e 006/2007 (CPD).

2.1.9. Contribuições revisão Resolução CFP nº 006/2007

Com o objetivo de contribuir com as atividades do Grupo de Trabalho (GT) Nacional que trata da revisão da Resolução CFP nº 006/2007, que institui o Código de Processamento Disciplinar (CPD), foi também constituído um GT no CRP-12.

O trabalho deste grupo, composto por conselheiros/as da COE e COF, assessor jurídico, coordenadora técnica e assistente técnica que assessora a COE, teve como finalidade levantar contribuições para formulação do novo CPD.

Foi realizada uma reunião inicial na qual debateu-se sobre a mediação nos processos éticos, conforme Resolução CFP nº 007/2016 (Institui e normatiza a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia, regulamentando a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Ética e alterando a Resolução CFP 006/2007) e o quanto esse processo impactará no trâmite processual.

Após a reunião, o assessor jurídico e a assistente técnica que assessora a COE construíram um documento com os indicativos para revisão da resolução e encaminharam para os demais integrantes do GT. Após as contribuições de todos/as, o material foi encaminhado ao GT Nacional.

2.1.10. Contribuições Revisão Resolução CFP nº 007/2003

Em setembro de 2017, o CFP encaminhou ofício aos conselhos regionais informando que havia sido criado um GT para revisão da Resolução CFP nº 007/2003 (Institui o Manual de Elaboração de Documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliação Psicológica e revoga a Resolução CFP Nº 01/02). Dessa forma, foram solicitadas as contribuições dos conselhos regionais sobre os pontos da resolução que necessitavam de revisão. A equipe técnica estudou a resolução, fez levantamento das demandas de orientação recebidas da categoria e reuniu-se para analisar estes materiais. Após isso, foi feita a compilação das contribuições feitas pela equipe técnica e pela categoria nas atividades realizadas no Estado em comemoração ao Dia da/o Psicóloga/o (maiores informações a respeito dessa atividade estão descritas na ação 7) e este material foi encaminhado ao CFP.

2.1.11. Reunião Digital sobre Coaching

Em outubro de 2017, a Conselheira Helena e duas técnicas do CRP-12 participaram de uma Reunião Digital sobre Coaching, convocada pelo CFP. Antes da reunião, as técnicas responderam questionário encaminhado com questões a respeito das demandas recebidas sobre a temática no regional. A reunião teve a participação do professor Antônio Isidro, formado em Psicologia e professor do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB), que trouxe um pouco da sua experiência de atuação na área organizacional. Além disso, Isidro fez uma contextualização de como o Coaching se desenvolveu no país e apresentou referências bibliográficas importantes sobre o tema. Problematicou-se, ainda, sobre a atuação dos/as psicólogos/as com o Coaching.

Os apontamentos e discussões realizados nessa reunião foram posteriormente levados para análise em reunião do Grupo de Trabalho da Política de Orientação e Fiscalização, que ocorreu em novembro no CFP.

2.1.12. Participação equipe técnica atividades Plenária Itinerante Lages

Conforme planejamento estratégico do CRP-12, em 21/10/2017 ocorreu a primeira plenária itinerante na cidade de Lages. Foram convidados a participar da plenária, como ouvintes, profissionais da Psicologia, acadêmicos, docentes e líderes de instituições e poder público que desejassem compreender o funcionamento do Conselho.

A Plenária, que comumente ocorre na sede do CRP-12 em Florianópolis, foi realizada pela primeira vez em outra cidade com o objetivo de conhecer a realidade local, assim como as dificuldades enfrentadas pela categoria, promovendo uma aproximação entre Conselho e psicólogos(os).

Para dar andamento ao objetivo acima, três técnicas que assessoram a COF estiveram na cidade de Lages, na véspera da Plenária, e realizaram visitas ao CAPS Ad (na reunião, além dos psicólogos/as do CAPS Ad houve a participação dos/as psicólogos/as do CAPSi, CAPS II e PAPS), comunidade terapêutica, presídio masculino, delegacia de polícia e tribunal de justiça. Nessa ocasião,

as técnicas reuniram-se com os profissionais para compreender melhor o trabalho realizado, prestar orientações técnicas e discutir sobre as principais dificuldades para a realização das atividades nesses espaços. As dúvidas que não foram elucidadas na ocasião, por demandarem estudo e aprofundamento maior no tema, foram explanadas após o retorno das técnicas para a sede, através de contatos telefônicos, e-mails e ofícios.

2.1.13. Revisão da Resolução CFP nº 002/2003

A revisão da Resolução CFP nº 002/2003 foi proposta pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP (Pautado pelo CFP na APAF de maio/2015), com vistas a torná-la mais adequada às necessidades de ordem ética, técnica e científica, e com a dinâmica da produção científica de instrumentos psicológicos e a celeridade do fluxo de trabalho do SATEPSI. Para tanto, e considerando a função social dos Conselhos de Psicologia em contribuir para o aprimoramento da qualidade técnico-científica dos recursos e procedimentos de avaliação psicológica e na utilização de instrumentos psicológicos no âmbito profissional.

O CRP-12, a convite da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP participou de reunião no dia 11 de novembro de 2017, na sede do CFP em Brasília/DF. Na oportunidade, foram discutidos aspectos relativos à normativa que substituirá a Resolução CFP nº 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001. Os resultados da sistematização das Consultas Públicas realizadas em 2016, das contribuições dos CRPs culminaram em uma minuta de resolução para apreciação e deliberação na APAF.

2.1.14. Participação Grupo de Trabalho Psicologia nas Emergências e Desastres

No segundo semestre de 2017, foi instituído o GT Psicologia nas Emergências e Desastres e houve a indicação de que a psicóloga assistente técnica da subsede oeste fizesse parte do mesmo com o objetivo de avaliar e contribuir com ações para o enfrentamento de situações emergenciais (registro documental, sigilo, etc).

Foram realizadas duas reuniões para alinhamentos sobre o funcionamento geral do GT (objetivos, metodologia, cronograma) e realizada análise de referencial teórico sobre a temática para publicação no *site* do CRP-12. No ano de 2018, as reuniões seguirão ocorrendo com frequência mensal.

2.1.15. Roda de conversa sobre com ênfase em concursos públicos

Após análise de levantamento das demandas de orientação na Região Serrana, a Comissão de Orientação e Fiscalização convidou o GT Concursos Públicos para realizarem, em conjunto, uma Roda de Conversa sobre elaboração de documentos com ênfase em concursos públicos.

A atividade ocorreu no dia 04/12/2017, na cidade de Lages, e contou com a participação da conselheira presidente da COF, da coordenadora técnica que assessora a comissão e de conselheira integrante do GT Concursos Públicos. Teve como objetivo principal discutir sobre o processo de avaliação psicológica em concursos públicos e a elaboração de documentos advindos da mesma, buscando esclarecer dúvidas dos participantes com foco nas Resoluções CFP nº 007/2003 (Institui o Manual de Elaboração de Documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliação Psicológica) e 002/2016 (Regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada).

A atividade propiciou a reflexão acerca do compromisso social da Psicologia no contexto de avaliação em concursos públicos e da responsabilidade da(o) psicóloga(o) nesse processo. Por fim, destacou-se a necessidade de a(o) profissional psicóloga(o) “assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente”, seguindo o que estabelece o Art. 1º, alínea “b” do Código de Ética Profissional do Psicólogo.



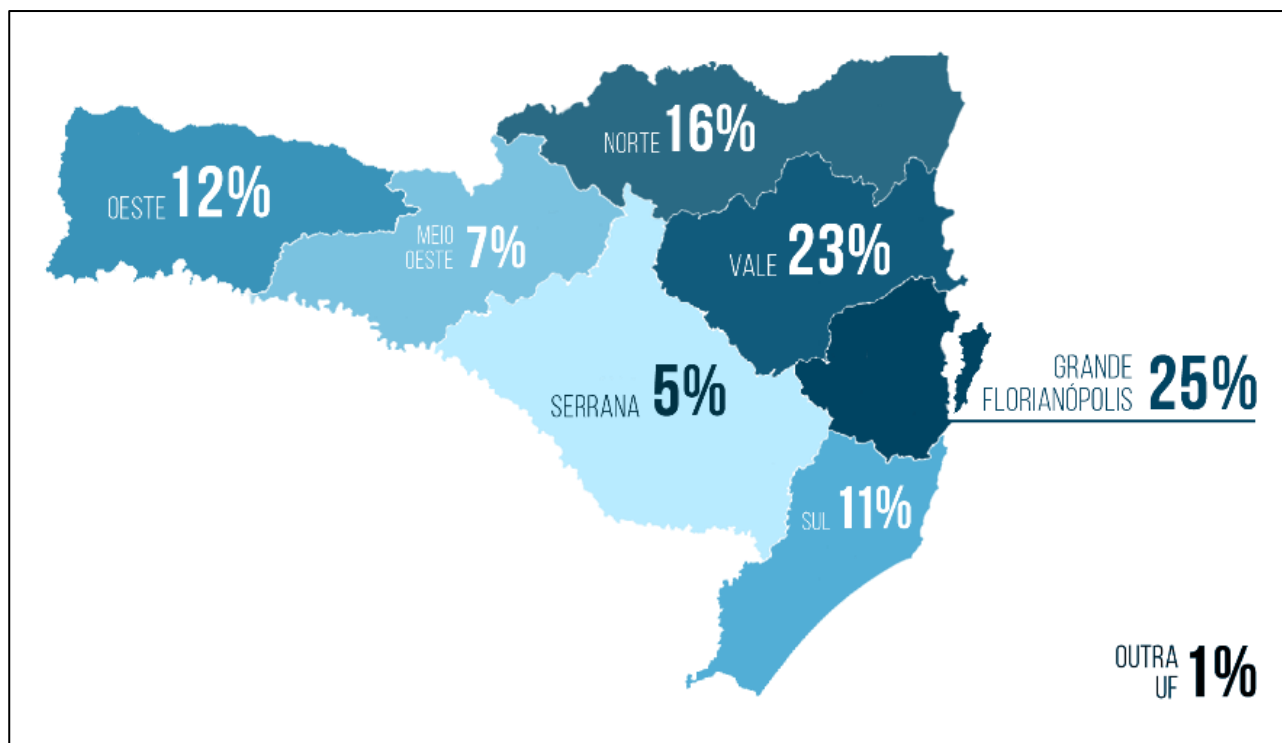
2.1.16. Produção de materiais: Folder Habilitação Profissional

Ao constatar a quantidade de demandas de orientação que a equipe técnica que assessorava a COF recebeu, tanto da categoria quanto da sociedade em geral, sobre a prática da psicoterapia por não psicólogos/as, decidiu-se elaborar um folder com orientações sobre a habilitação profissional (inscrição ativa no conselho regional de sua jurisdição) do/a psicólogo/a para ampla divulgação e distribuição.

Ao iniciar a elaboração do material, a equipe considerou importante trazer orientações também sobre o porte da Carteira de Identidade Profissional (CIP), as áreas de atuação possíveis às/aos psicólogos/as e o exercício ilegal da profissão. O material foi aprovado em Plenária e a impressão do mesmo ocorrerá em 2018.

2.1.17. Atendimentos de orientação e fiscalização do CRP-12 em 2017

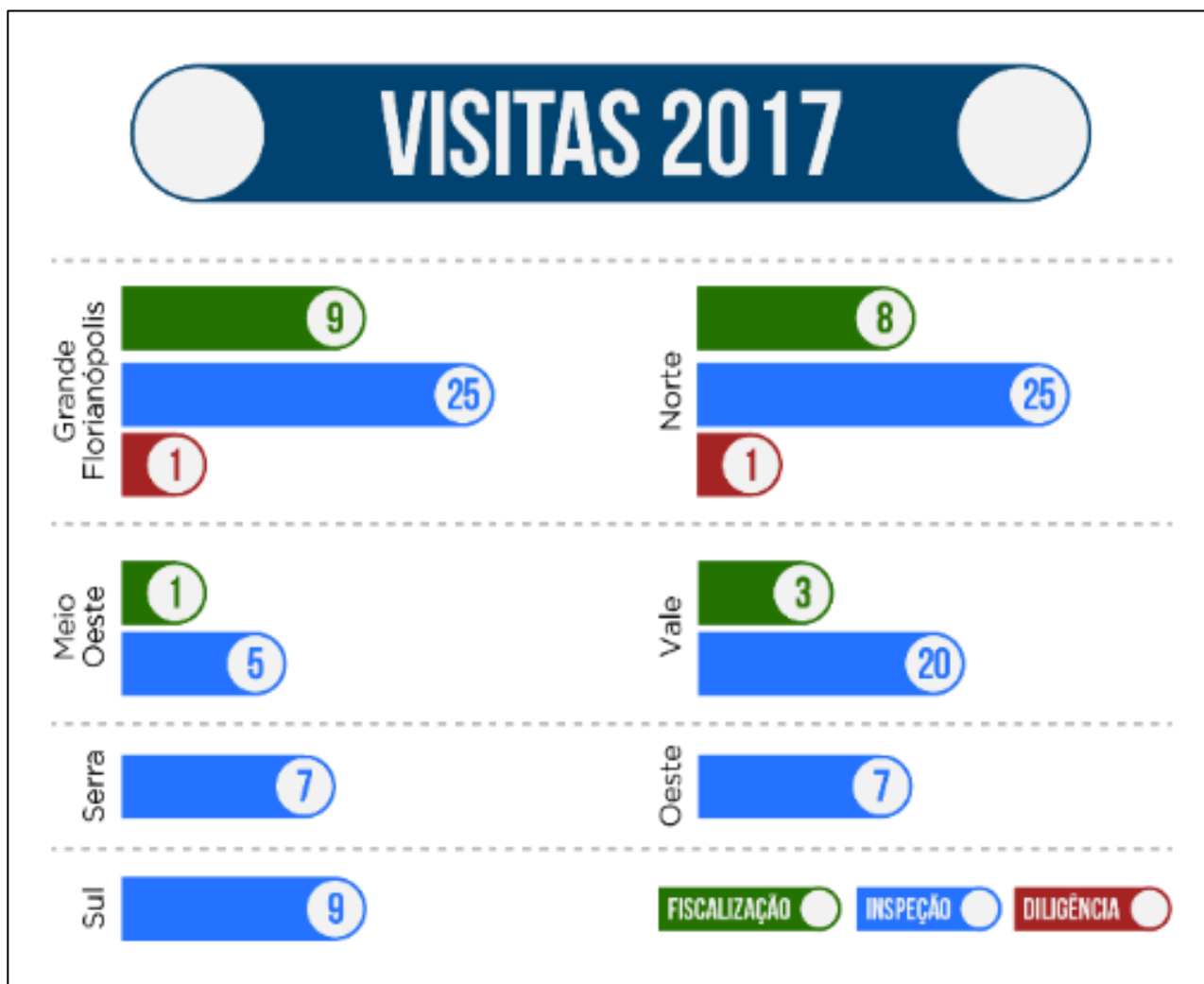
Em 2017, o CRP-12 prestou orientações para 1447 psicólogos/os de Santa Catarina. Ao todo, foram 894 ligações, 507 e-mails respondidos e 46 atendimentos presenciais. Veja a distribuição destes atendimentos no Estado:



A divisão do Estado, conforme mapa acima, foi feita com base na Resolução CRP-12 nº 01/16 que aprova o regimento interno das subseções do CRP-12, juntamente com as suas jurisdições. Para atendimento técnico das demandas de orientação e fiscalização do exercício profissional, além das/os conselheiras/os da COF, o CRP-12 conta, atualmente, com 5 psicólogas em sua equipe técnica, que atendem as diferentes regiões do Estado: Oeste e Meio Oeste, Norte e Sul, Vale, Serra e Grande Florianópolis, sendo que 4 estão lotadas na sede, em Florianópolis, e 1 na subseção de Chapecó.

Também foram prestadas orientações técnicas às usuárias/os, psicólogas/os de outros estados, estudantes e outras/os profissionais, totalizando 163 pessoas atendidas. Destas demandas, 50 exigiram acompanhamento contínuo e providências como: elaboração e envio de ofícios, orientações presenciais, visitas, notificações ao Ministério Público e encaminhamento de portarias para abertura de processos éticos; também foram realizadas 90 visitas em 39 cidades do Estado, nas seguintes modalidades: inspeção às pessoas jurídicas inscritas, fiscalização de rotina e diligências (procedimentos para atender solicitações da Comissão de Ética). Ainda foram analisadas 38 solicitações de cadastramento de *sites* para oferta de serviços psicológicos à distância e 107 pedidos

de entidades para divulgação de eventos (cursos, treinamentos, atividades, etc) nas mídias do CRP-12. Veja a distribuição abaixo:



2.2. Comissão de Orientação e Ética – COE

2.2.1. Tramitação processual

A COE realiza reuniões semanais para análise de processos e otimização do fluxo dos encaminhamentos. Também é objetivo das reuniões produzir celeridade e eficácia na tramitação dos processos e manter o diálogo estreito e necessário com o Plenário, COF e assessoria jurídica. Os resultados alcançados, decorrentes dos encontros semanais dos integrantes da comissão e da tramitação dos processos junto ao Plenário, está colocado na planilha a seguir. Importante destacar que neste ano de 2017 houve um aumento significativo no recebimento de denúncias, alcançando quase o dobro em relação aos anos anteriores.

Competência	Atividade	Total	Decisão do plenário	Parcial
COE	Novas Denúncias	29		
	Reuniões da Comissão	39		
	Encaminhamento de Parecer	26		
	Encaminhamento de Pedido de Reconsideração	15		
	Tomada de Esclarecimento (fase preliminar)	1		
	Tomada de Depoimento (processo instaurado)	7		
	Encaminhamento de Processos para Julgamento	9		
	Notificações expedidas	38		
	Citações expedidas	11		
	Intimações expedidas	93		
	Cartas expedidas	26		
	Editais publicados	3		

	Pedido de análise jurídica	5		
	Pedido de diligência à COF	7		
	Intimação/Notificação/Citação por cartório	4		
	Encaminhamento para a CAM	1		
COE/ PLENÁRIO	Apreciação do Parecer da COE	25	Instauração	17
			Arquivamento	8
	Apreciação do Relatório de Pedido de Reconsideração	7	Mantém instauração	7
	Carta Precatória	0		
	Nomeação de Defensor Dativo	4		
	Julgamento CRP-12	7	Advertência	6
			Censura	1
	Recurso enviado para CFP	0		
	Julgamento CFP	0		
	Intimações expedidas	15		
	Convocações expedidas	4		
	Editais publicados	1		
	Penalidade executada	2	Advertência	2
	Representações e Processos finalizados	9		
Reuniões Plenárias Extraordinárias	12			
Reuniões Plenárias de Julgamento	5			

A COE iniciou a gestão com uma demanda represada de Representações Éticas aguardando análise e elaboração de Pareceres e conseguiu, no primeiro ano de gestão, dar conta de apresentar ao Plenário 90% desses Pareceres. Este resultado foi obtido devido ao empenho dos membros da comissão e dos colaboradores da COE.

2.2.2. Reunião Nacional de COEs e de COFs e COEs.



SEDE – Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, CEP 88080-300 – (48) 3244-4826 – crp12@crpsc.org.br|

SUBSEDE SUL – Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed. João Benedet, Centro, Criciúma, CEP 88801-010 – (48) 2102-7091 – sul@crpsc.org.br|

SUBSEDE NORTE – Rua Blumenau, 64, Sala 1306, Ed. Adville Business, America, Joinville, CEP 89204-248 – (47) 3202-7421 – norte@crpsc.org.br|

SUBSEDE OESTE – Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Ed. Lázio, Centro, Chapecó, CEP 89802-130 – (49) 3304-0388 – oeste@crpsc.org.br|

Houve a participação de um conselheiro da COE e da coordenadora técnica na reunião nacional de COEs e COFs e COEs, realizada no CFP entre os dias 19 e 20 de julho de 2017, ocasião na qual foram realizados debates importantes sobre instrução processual, mediação, reestruturação e revisão da Resolução CFP nº 007/2003 e da 006/2007, as solicitações do poder judiciário aos psicólogos do CRAS, CREAS, NASFs e CAPS e outros assuntos de interesse das comissões.

2.2.3. *Oficinas de Orientação e Ética.*

Comissão de Orientação e Ética (COE), em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), realizam desde 2014 as Oficinas de Orientação e Ética, com objetivo de capacitar psicólogas(os) sobre a dimensão ética relacionada ao seu exercício profissional. Também visa promover o debate qualificado à formação da/o psicóloga/o e fortalecer o diálogo com as IES (discentes e docentes), subsidiando reflexões sobre o conceito de ética em sua relação com a formação profissional. Para promover esta atividade, os conselheiros têm se reunido em busca de qualificação para o debate com os acadêmicos de Psicologia e psicólogas (os). Os dados da atuação profissional em Santa Catarina estudados são resultantes do levantamento das denúncias recebidas pela COE nas gestões do CRP-12 e dos atendimentos realizados pelas psicólogas assistentes técnicas tanto da COE, como da COF.

Tabela das Oficinas de Orientação e Ética realizadas em 2017.

Local	Data
Oficina de Orientação e Ética – Balneário Camboriú, AVANTIS	25/ago
Oficina de Orientação e Ética - Concórdia, UnC	27/set
Oficina de Orientação e Ética – Sede do CRP-12	05/dez

2.2.4. *Fortalecer o diálogo com a COF;*

Durante o ano de 2017 objetivou fortalecer o diálogo com a COF através de reuniões juntamente com a assistente técnica e fiscais para produzir referências/encaminhamentos que

subsidiar a prática da(o) psicóloga(o) nas diversas áreas conforme a pauta de outras comissões. Esta aproximação possibilitou qualificar os procedimentos de interface das comissões; aperfeiçoar o fluxo dos encaminhamentos; produzir celeridade e eficácia na condução dos processos; subsidiar a prática das comissões. Além disso, a aproximação entre COE e COF proporcionou a realização das oficinas de Orientação e Ética possibilitando atender a uma demanda oriunda das universidades no diálogo com estudantes e profissionais da Psicologia. Este trabalho em parceria deve permanecer a fim de qualificar as orientações à categoria. Outra atividade originada destes encontros foram as Rodas de Conversas sobre a elaboração de documentos decorrentes de avaliação psicológica. Em decorrência de um levantamento de dados (maio/2017) realizado pela assistente técnica junto aos processos éticos já julgados procedentes, verificou-se que 23% destes versaram sobre infrações éticas cometidas pelo psicólogo clínico na relação com a justiça, enquanto que 29,5% das denúncias em trâmite tratam do mesmo tema. Observamos que mesmo após 16 anos, desde a normatização da produção de documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica (dada inicialmente pela Res. CFP nº 030/2001 e atualmente em vigor a Res. CFP nº 007/2003), há ainda muitos equívocos sendo cometidos por psicólogos ao elaborar seus documentos.

2.2.5. Publicação da resolução sobre Mediação e instalação da CAM.

Considerando a introdução da Mediação no Sistema Conselhos de Psicologia, como forma de solução consensual de conflitos, com a qual se deseja alcançar a justiça nos processos éticos, o CFP publicou a Resolução nº 007/2016, que institui e normatiza a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia, regulamentando a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Ética e alterando a Resolução CFP 006/2007, que institui o Código de Processamento Disciplinar. Assim sendo, e conforme estabelecido pela resolução supra, este CRP-12 também publicou sua Resolução nº 006/2017, em 29/06/2017, que institui a Câmara de Mediação e outras possibilidades de auto composição dos conflitos ético-disciplinares no âmbito do Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região. Já no dia 15/12/2017 restou concluída a etapa de seleção de mediadores para comporem a Câmara de Mediação desse regional, sendo aprovados cinco mediadores independentes.

2.3 Comissão de Análise de Título de Especialista – CATE

O registro profissional de especialista é fornecido pelo Conselho Regional no qual a(o) psicóloga(o) tem sua inscrição principal. Cabe à Comissão de Análise do Título de Especialista a análise preliminar dos documentos e seu parecer sobre a concessão ou não do título – com base nas Resoluções CFP nº 03/16 que altera a Resolução CFP 013/2007 que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Por conseguinte, o Plenário aprova ou não a concessão do título profissional de especialista.

Atualmente, são 12 as especialidades em Psicologia:

- I - Psicólogo especialista em Psicologia Escolar/Educacional
- II - Psicólogo especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho
- III - Psicólogo especialista em Psicologia de Trânsito
- IV - Psicólogo especialista em Psicologia Jurídica
- IX - Psicólogo especialista em Psicomotricidade
- V - Psicólogo especialista em Psicologia do Esporte
- VI - Psicólogo especialista em Psicologia Clínica
- VII - Psicólogo especialista em Psicologia Hospitalar
- VIII - Psicólogo especialista em Psicopedagogia
- X - Psicólogo especialista em Psicologia Social
- XI - Psicólogo especialista em Neuropsicologia
- XII - Psicologia em Saúde

Novas especialidades poderão ser regulamentadas pelo CFP, sempre que sua produção teórica, técnica e institucionalização social assim as justifiquem.

As reuniões da CATE se deram às vésperas das reuniões Plenárias Ordinárias realizadas ao longo do ano, sendo recebidos 80 requerimentos do título profissional de especialista. O resultado decorrente das análises da comissão e, conseqüentemente do Plenário, pode ser visualizado na planilha a seguir:

Decisão	Total	Especialidade	Parcial
Concessão	66	Psicologia Clínica	36
		Psicologia do Trânsito	7
		Psicologia em Saúde	9
		Psicologia Hospitalar	2
		Psicologia Jurídica	1
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	2
		Psicologia Social	1
		Psicologia do Esporte	1
		Psicopedagogia	4
		Neuropsicologia	3
Não concedido	5	Psicologia Clínica	3
		Neuropsicologia	1
		Psicologia em Saúde	1
Em análise	9	Psicologia Clínica	6
		Neuropsicologia	2
		Psicopedagogia	1

2.4 CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS – CREPOP

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP - é uma conquista de todos(as) os(as) psicólogos(as). Todas as ações do Centro caminham na direção da referenciação da prática profissional, definindo diretrizes para os(as) psicólogos(as) do Brasil. O CREPOP propõe que a Psicologia tenha um novo olhar em relação aos compromissos com os Direitos Humanos e com as Políticas Públicas. É tarefa também do CREPOP possibilitar um acesso maior da população à Psicologia. Atualmente, o CREPOP/SC tem a Conselheira Marivete Gesser como coordenadora e a Psicóloga Apoliana Regina Groff como Assessora de Pesquisa.

2.4.1. CREPOP Regional

O trabalho realizado pelo CREPOP traz em seu bojo o compromisso, junto à categoria, na construção de Referências Técnicas para o exercício profissional, servindo de aporte ético,

normativo e técnico à atuação, e ainda, pautando-se como subsídio à intervenção do Sistema Conselhos junto às políticas públicas e interlocução com os espaços de formação.

O CREPOP tem como objetivos identificar oportunidades estratégicas de participação da Psicologia nas políticas públicas; Fortalecer a presença da Psicologia nas políticas públicas utilizando ferramentas tecnológicas como forma de divulgação; Produção de referências para a atuação das (os) psicólogas (os), por meio da investigação de prática profissional em políticas públicas; Promover a articulação com gestoras (es) de políticas públicas, fortalecendo a compreensão da dimensão da atuação das (os) psicólogas (os) nessas políticas; Fortalecer os serviços de informação e comunicação, por meio do site do CRP-12, com intuito de privilegiar o processo de disseminação de informação sobre as políticas públicas e atuação da Psicologia; Fortalecer o CREPOP como Recurso de Gestão, seja na assessoria e no suporte de informações de como estão as políticas públicas locais, de localização da atuação de serviços com psicólogas (os), seja no subsídio às Plenárias dos Regionais que tem acessado o CREPOP sobre informações qualificadas a respeito da psicologia.

Atividades Gerais

Site CRP-12

- Atualização do conteúdo no espaço “CREPOP” no site.
- Criação do espaço “Políticas Públicas” dentro de “Publicações” no site.
- Organização e disponibilização de Livros, Cartilhas e Referências Técnicas no espaço “Publicações” no site.
- Produção de conteúdo para o espaço “Áreas de Atuação” e “Áreas de Atuação do CRP-12”.
- Produção de conteúdo para o espaço “Campanhas”.
- Produção de conteúdo de perguntas para o espaço “Publicações” e “Pesquisas” para o site Transparência.

Biblioteca

- Organização dos materiais recebidos na biblioteca.
- Envio de e-mails a Conselheiras(os) e Equipe Técnica sobre Referências Bibliográficas recebidas.
- Envio de materiais e Referências Técnicas para a biblioteca das subsedes.

E-mail e Correio

- Envio de Referências Técnicas, por e-mail, solicitadas por profissionais e estudantes de psicologia.
- Envio de Referências Técnicas, pelo correio, solicitadas por profissionais de psicologia.

Outras atividades

- Parceria com Disciplina Prática de Pesquisa Orientada, Curso de Psicologia – UFSC.
2017/1 duas estudantes, vincularam-se a pesquisa sobre PICs.
2017/2 um estudante, vinculou-se ao Projeto das Oficinas de Multiplicação sobre controle social.
- Participação como ouvinte III Seminário Saúde Mental e Direitos Humanos, 28-30 de junho de 2017, em Florianópolis.
- Participação da Técnica do CREPOP como medidora do debate a partir da exibição do Documentário Redução é a Chibata, no III Seminário Saúde Mental e Direitos Humanos, 28-30 de junho de 2017, em Florianópolis.

2.4.2. Pesquisas Estaduais

5.2.1 Mapeamento por Área de Atuação e participação em espaços de Controle Social e Espaços Coletivos que visem a Cidadania

Pesquisas de Mapeamento de psicólogos/os por área de atuação são desenvolvidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (CRP-12), desde 2014. Naquele ano, foi lançada uma pesquisa com foco no mapeamento da atuação de psicólogos/os em políticas públicas. Em setembro de 2015, teve início outra pesquisa de mapeamento com foco na área de atuação por especialidades da psicologia, bem como sobre a participação em espaços de controle social e que visem à cidadania. Considerando a participação das(os) psicólogas na pesquisa de mapeamento entre 2015 e março de 2017, verificou-se que a quantidade de psicólogas que iniciaram o preenchimento do questionário era pouco representativa, em números, da categoria em SC; a desistência no processo de preenchimento da parte 1 da pesquisa era de 39% (área de atuação); a desistência ao iniciar a parte 2 da pesquisa é de 43,4% (controle social e outros espaços coletivos); a parte 1 da pesquisa se limitava a oferecer as especialidades da psicologia como possibilidades de resposta, o que não permitia, por exemplo, a

identificação de áreas de atuação mais amplas como nas políticas públicas; a parte 1 não perguntava sobre a região do estado em que a psicóloga atua, dado este que facilitaria ações do CRP-12 com foco em cada região, bem como o cruzamento de dados da pesquisa com os dados/registros da COF e COE; a parte 1 não previa a produção de dados sobre o tipo e nível de formação das profissionais; a parte 2 não perguntava sobre o nível de participação em espaços de controle social e/ou espaços coletivos que visem a cidadania, se municipal, estadual, nacional - previa somente a descrição da cidade; não vinculava a participação a que tipo de garantia de direitos e/ou política pública.

O objetivo da reformulação do questionário ampliar a participação das(os) psicólogas(os) na pesquisa de mapeamento e diminuir as desistências no processo do preenchimento do questionário. Para esta ação foram realizadas as seguintes atividades: Análise Técnica do questionário *survey monkey* e de dados de desistência no preenchimento produzidos no período de 14/09/15 – 24/03/17; Produção do Relatório da Pesquisa de Mapeamento 2015 - março 2017. Reformulação do questionário visando, principalmente, adequar o instrumento as áreas da psicologia e diminuir as desistências no processo de preenchimento. Publicação e divulgação do novo formulário da pesquisa de mapeamento.

Como resultados, obtivemos um questionário adequado às áreas de atuação da psicologia. De maio a dezembro houve 298 participações, com uma porcentagem de conclusão de 72%. Como proposta de continuidade, o objetivo é ampliar a campanha/divulgação da Pesquisa de Mapeamento nos meios de comunicação do CRP-12.

A Pesquisa de Mapeamento é um importante instrumento do CRP-12 para a identificação das principais áreas de atuação das(os) psicólogas(os) catarinenses, bem como das lacunas de campos ainda não ocupados pela categoria. Os dados do mapeamento podem oferecer subsídios para ações regionalizadas do CRP-12.

2.4.2.1. Pesquisa Saúde Suplementar

A pesquisa com as operadoras de planos de saúde cumpre uma etapa posterior a pesquisa já realizada com a categoria sobre a atuação desta junto a saúde suplementar. O objetivo da pesquisa foi identificar quais operadoras de planos de saúde em Santa Catarina oferecem procedimentos de atendimento psicológico, os procedimentos oferecidos, os valores praticados, os procedimentos mais

solicitados pelos usuários e coletar sugestões para construção de um manual para profissionais da psicologia. Visa ampliar as informações produzidas a fim de qualificar o Manual de Orientação para atuação da psicologia na saúde suplementar. A pesquisa, mesmo com o investimento no contato com as operadoras, obteve baixa adesão. Por este motivo, optou-se pela pesquisa presencial. Contudo, os telefonemas e e-mails para agendamento de entrevista presencial, de outubro a dezembro de 2017, também não foi exitosa até o momento, sendo que foi possível apenas uma entrevista presencial com a Unimed Grande Florianópolis.

Para operacionalização da ação, foram realizadas as seguintes atividades: Construção de Manual de Orientação para atuação na Saúde Suplementar, Reuniões com o GT interinstitucional sobre Saúde Suplementar; Construção de questionário online para pesquisa com operadoras de planos de saúde; Mapeamento das operadoras em SC; Divulgação da pesquisa junto as operadoras de planos de saúde de SC por e-mail e por contato telefônico; Relatório da pesquisa online, Realização de pesquisa presencial com as operadoras (1 entrevista com a Unimed Grande Florianópolis).

Também foi realizado contatos por e-mail com aproximadamente 90 operadoras. Contatos por telefone com 45 operadoras, 03 reuniões com o GT Interinstitucional sobre Saúde Suplementar. No total, 4 operadoras responderam o questionário.

A produção do Manual de Orientação a atuação da psicologia na saúde suplementar mostra-se de extrema relevância para categoria, pois são recorrentes as dúvidas e reclamações de psicólogas(os) que prestam serviços às operadoras de planos de saúde. Entre as questões relatadas destacam-se: a falta de autonomia em relação ao agendamento das consultas; limite de número de sessões liberadas; excesso de burocracias; dificuldade para lidar com as faltas das (os) beneficiárias (os); demora no tempo de retorno financeiro; baixos valores pagos pelos procedimentos realizados. Assim, faz-se necessário dar continuidade a produção do Manual de Orientação, a fim de sanar dúvidas e orientar a categoria para que esta possa atuar com qualidade técnica e ética e ter seu trabalho valorizado no campo da saúde suplementar.

2.4.2.2. Pesquisa: Atuação da Psicologia com Práticas Integrativas e Complementares (PICs)

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) foi aprovada pela Portaria nº 971 de maio de 2006 e teve edição revisada e

ampliada em 2015. A PNPIC prevê as seguintes práticas: Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Medicina Antroposófica e Termalismo Social/Crenoterapia. O Ministério da Saúde, considerando que diversas categorias profissionais da área da saúde no país reconhecem as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) como abordagens de cuidado, lançou em março de 2017 a Portaria nº 849, que inclui 14 novas práticas à PNPIC, a saber: Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga. A Portaria nº 633 de 28 de março de 2017 atualiza a descrição dos serviços em PICs relacionando estes com as categorias profissionais. No caso da atuação das(os) profissionais da psicologia, de acordo com a Portaria nº 633, estas(es) podem atuar utilizando todas as PICs listadas acima, exceto a Homeopatia. Apesar de a PNPIC prever a atuação da(o) psicóloga(o) com práticas integrativas e complementares, estas não são práticas regulamentadas pela profissão. Assim, visando estudar e promover diálogos com a categoria sobre a relação entre as PICs e a Psicologia, o Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região (CRP-12), desde 2016, constituiu o GT Práticas Integrativas e Complementares (GTPICs) e que segue em andamento no IX Plenário, tendo o objetivo de discutir as possibilidades de atuação de psicólogas(os) com Práticas Integrativas e Complementares no contexto da política pública de saúde. Para tanto, o CREPOP inseriu-se nas discussões e ações do GT a partir da elaboração de uma Pesquisa online que visou identificar se e como a categoria tem atuado com PICs em SC. O Relatório da Pesquisa subsidiará uma roda de conversa com psicólogas(os) e a elaboração de uma Nota Técnica já em construção.

A pesquisa teve como objetivo identificar se e como as(os) psicólogas(os) tem atuado com as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) em Santa Catarina. Para sua realização, foram realizadas as seguintes atividades: Levantamento de marcos-lógicos e legais nacional/estadual; Estudo da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e das Portarias Nº 971/2006, Nº 853/2006, Nº 633/2017 e Nº 849/2017; Contato com a Área de PICs do Ministério da Saúde sobre a quantidade de psicólogas(os) que preencheram o cadastro nacional. Solicitamos os dados por telefone e por e-mail; Elaboração de questionário online *survey monkey*; Divulgação da Pesquisa nos meios de comunicação do CRP-12; Envio de e-mails para categoria a partir do levantamento da COF; Envio de e-mails as secretarias municipais de saúde de SC; Envio de e-mails

para respondentes da pesquisa que preencheram de forma incompleta e que se identificaram; Relatório da Pesquisa online.

No total, enviamos 60 e-mails para a categoria, realizamos contatos telefônicos e 3 reuniões presenciais com a coordenação GT PICs. A pesquisa teve 75 respondentes. Por se constituírem como práticas previstas em uma Política Nacional vinculada ao Sistema Único de Saúde, as PICs tem se tornado um recurso possível às(aos) profissionais da psicologia que atuam na área da saúde pública. Por outro lado, não são práticas regulamentadas pela psicologia e, deste modo, geram muitas dúvidas sobre sua utilização por parte da categoria. No sentido de construir o diálogo com psicólogas(os) é que o CREPOP insere-se nestas discussões junto com o GT PICS do CRP-12. A pesquisa obteve uma participação considerável de psicólogas(os) e o Relatório apresentou importantes informações sobre como as(os) profissionais tem atuado com as PICs, as quais darão subsídios para realização de uma roda de conversa com psicólogas(os) e para a elaboração de uma nota técnica.

2.4.2.3. Pesquisa Mídia e Psicologia: tecendo conexões.

Para compreender como profissionais da psicologia se relacionam com a mídia, tanto como fonte de informação quanto como objeto e ferramenta de trabalho, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) desenvolveu parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a realização da pesquisa “Mídia e Psicologia: tecendo conexões”. Por



meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do CRP-12, e do Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade (NUGEMS), da UFSC, organizou-se um Grupo de Pesquisa em Comunicação com vistas à construção/solidificação da mídia como tema relevante na psicologia, a partir da efetivação da pesquisa. Neste sentido, torna-se

importante entender como profissionais fazem uso das mídias em seu cotidiano e campo profissional, bem como verificar a presença de discussões sobre a mídia na graduação/formação de psicólogas(os). Além disso, importa-nos conhecer a relação das (os) profissionais com as mídias do CRP-12 e sua proximidade com a temática da democratização da comunicação.

O objetivo da pesquisa foi compreender como profissionais da psicologia se relacionam com a mídia, tanto como fonte de informação quanto como objeto e ferramenta de trabalho, a fim de contribuir para a construção/solidificação da mídia como tema relevante na psicologia. O CREPOP participou das etapas da pesquisa, na construção do formulário, no levantamento dos marcos legais, da bibliografia, do relatório síntese da pesquisa, do evento de apresentação realizado em 07/08/2017 com transmissão online e da análise do relatório final, entregue pelo NEGENS/UFSC. Ao total, foram 13 reuniões presenciais de planejamento e organização para divulgação.

As informações coletadas e analisadas a partir do instrumento coletivamente criado, forneceram um cenário a respeito de como profissionais da Psicologia do estado de Santa Catarina se relacionam com as mídias em geral e também com as mídias do CRP-12. Ter acesso a esse cenário permite não apenas visualizar questões pontuais, mas oferece a base para qualificação das mídias do CRP e abre a oportunidade para que novas pesquisas e intervenções sejam feitas junto a estes/as profissionais, seja em âmbito estadual ou nacional.

2.4.3. Projetos Estaduais

2.4.3.1. 1ª Oficina Regional de Multiplicação. Políticas Públicas, Garantia de Direitos e Controle Social: Formação Permanente de Psicólogas(os) para atuação em espaços de Controle Social

A 1ª Oficina Regional de Multiplicação insere-se no Projeto Participação e Controle Social do CRP-12. Após a realização do Seminário sobre Participação e Controle Social em fevereiro de 2016 e da criação da Plataforma de Controle Social e Processos Participativos, a terceira ação do Projeto diz respeito à realização de Oficinas, em nível regional, a fim de identificar, compartilhar e fomentar as formas de participação encontradas no Estado, bem como promover novas formas de inserção nos espaços participativos. Compreende-se a participação da psicologia em espaços de

controle social como fundamental para a formulação, controle e desenvolvimento de políticas públicas pautadas na garantia dos direitos humanos.

A oficina teve como objetivo formar e capacitar psicólogas(os) para a atuação nos espaços de controle social; Refletir sobre a relação entre direitos humanos, políticas públicas e controle social; Refletir sobre o papel fundamental das(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas para garantia do Estado democrático de direito; Trabalhar com as dimensões práticas que envolvem a participação em conselhos de políticas públicas; Fomentar a participação de psicólogas(os) em espaços de controle social da gestão pública e espaços coletivos relacionados à cidadania; Articular as(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas de cada região; Vincular psicólogas(os) à Política de Participação e Colaboração do CRP-12.

Integrou a atividades de planejamento, organização e operacionalização, as seguintes ações: planejamento do projeto da 1ª Oficina Regional de Multiplicação; Solicitação de materiais sobre controle social para CNS, CGU, TCU e TCU/SC; Reuniões com o GT Participação e Controle Social; Produção de materiais para a Oficina (apresentação tema 1 e tema 2); Produção de texto subsídio sobre Participação social e produção de subjetividades; Organização de kit de materiais para inscritas(os); Envio de carta convite para mediadoras(es) da Oficina nas regiões; Contato telefônico com psicólogas(os) que responderam a pesquisa de mapeamento por área e que atuam em espaços de controle social; Produção de formulário para interessadas(os) em representar o CRP-12; Envio de e-mail com materiais subsídios para inscritas(os) na Oficina; Realização da Oficina nas cinco regiões do estado (norte, sul, vale, grande Florianópolis e oeste); Atualização de conteúdo e materiais na Plataforma Participação e Controle Social; Participação técnica CREPOP como mediadora na 1ª Oficina na Região Norte.

Em números, foram enviados mais de 300 e-mails a categoria, cerca de 202 contatos telefônicos para convidar a participar da atividade. Tivemos Oficina nas cinco regiões do estado, com 249 inscritos e aproximadamente 100 participantes. A 1ª Oficina Regional de Multiplicação aconteceu em cinco regiões de Santa Catarina, nas cidades de Florianópolis, Joinville, Criciúma, Chapecó e Rio do Sul, sendo 400 o total de vagas disponibilizadas. As(Os) participantes avaliaram a atividade como ótima e boa, com indicativo de continuidade e de ampla divulgação, inclusive para estudantes de psicologia. Além disso, destacaram como positiva a aproximação do CRP-12 com a categoria e a importância das discussões sobre direitos humanos e políticas públicas no atual cenário

político. O GT participação e Controle Social e o CREPOP planejam o desenvolvimento de um material de referência sobre psicologia e participação social, a partir das reflexões propiciadas pela 1ª Oficina de Multiplicação.

2.4.3.2. Cartilha Concursos

Compreende-se que a elaboração de referências para a atuação profissional cria indicativos para que o gestor e as agências de concursos elaborem editais com clareza das atribuições profissionais e dos conteúdos programáticos necessários a cada área de atuação, principalmente naquilo que de alguma forma possa cooperar com a valorização da profissão. Estas referências também contribuirão para que os profissionais possam se preparar para o ingresso em cargos públicos com base na ética profissional da psicologia e assim se preparar para ofertar serviços públicos de qualidade. Considerando o dismantelamento das políticas públicas, em especial da saúde, educação e assistência social, áreas de atuação privilegiadas das(os) psicólogas(os); considerando a lei da terceirização das atividades fins, do incentivo a “pejotização” e o cenário de precarização das condições de trabalho da categoria, o projeto da Cartilha insere-se na Campanha em defesa das políticas públicas e dos concursos públicos. Visa, sobretudo, subsidiar, empresas e prefeituras, quanto à elaboração de editais de concursos públicos e processos seletivos que disponibilizem vagas para psicólogas(os).

O objetivos da cartilha é dar subsídios, principalmente, às empresas e às prefeituras, quanto à elaboração de editais de concursos públicos e processos seletivos que disponibilizem vagas para psicólogas/os. A Cartilha terá os seguintes conteúdos: Definição das áreas da psicologia e as principais atribuições da(o) psicóloga(o) em cada área de atuação; Sugestão de conteúdos programáticos para cada área, em especial as publicações do sistema conselhos, CREPOP e legislações; Lista de especialidades em psicologia (Resolução 003/2016); Referências sobre carga horária/salário; Item sobre políticas públicas e psicologia.

Após a finalização da primeira versão da Cartilha, esta será disponibilizada para consulta pública. Vislumbra-se que a Cartilha seja publicada e distribuída para prefeituras e empresas da área de concursos em 2018.

2.4.4. CREPOP Nacional



SEDE – Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, CEP 88080-300 – (48) 3244-4826 – crp12@crpsc.org.br|

SUBSEDE SUL – Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed. João Benedet, Centro, Criciúma, CEP 88801-010 – (48) 2102-7091 – sul@crpsc.org.br|

SUBSEDE NORTE – Rua Blumenau, 64, Sala 1306, Ed. Adville Business, America, Joinville, CEP 89204-248 – (47) 3202-7421 – norte@crpsc.org.br|

SUBSEDE OESTE – Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Ed. Lázio, Centro, Chapecó, CEP 89802-130 – (49) 3304-0388 – oeste@crpsc.org.br|

2.4.4.1. Revisão Referências Técnicas

O CRP-12 ficou responsável pela revisão das referências vinculadas ao Grupo D – Educação/Mobilidade/Esporte. A estratégia inicial foi a de avaliar a dimensão do trabalho a ser realizado a partir do envio dos documentos no *google drive*, considerando o cronograma previsto para as revisões. Priorizamos, primeiramente, a análise dos documentos da Educação Básica e Educação Inclusiva, pois tanto a técnica como a coordenadora do CREPOP são pesquisadoras destas áreas. Contamos também com uma colaboradora especialista em educação inclusiva para a revisão do documento com esta temática. O documento sobre atuação da psicologia na área do esporte foi encaminhado para o GT Psicologia do Esporte do CRP-12. Contudo, o mesmo não conseguiu seguir o cronograma previsto e optou por esperar a reunião nacional do GT desta área. O documento sobre mobilidade foi encaminhado para uma colaboradora realizar a revisão, porém, não obtivemos retorno.

A metodologia consistiu nas seguintes etapas: 1. Leitura dos relatórios; 2. Atualização dos marcos lógicos e legais; 3. Leitura dos documentos de referência com anotações nos mesmos; 4. Releitura dos documentos de referência tendo o crivo como parâmetro de análise; 5. Preenchimento do crivo; 6. No caso do documento analisado pela técnica, conselheira e colaboradora, optou-se por reunir os pontos destacados por cada uma em um parecer geral, além do preenchimento do crivo.

Ao total, realizou-se seis reuniões telefônicas do CREPOP e enviado ao CREPOP Nacional da análise das seguintes referências técnicas: Educação Básica (2013) e Educação Inclusiva (não publicada). Destaca-se como positiva a atividade de revisão dos documentos para retomada das publicações do CREPOP; o compartilhamento dos materiais via *google drive*; a multiplicidade de olhares sobre os documentos. O tempo das pessoas especialistas nas áreas temáticas dos documentos para realizar um trabalho técnico, sem remuneração e com um cronograma apertado, dificultou a execução da atividade. Assim, optou-se por aproveitar, principalmente, a coordenação e a técnica do CREPOP para realizarem a revisão dos documentos da área da educação. Esta atividade marca a retomada das ações da Rede CREPOP.

2.4.4.2. Reunião Nacional CREPOP

Outra ação importante foi a Reunião Nacional de Conselheiras(os) e Técnicas(os) do CREPOP, realizada no dia 29 de novembro em Brasília. A reunião teve como pauta o CREPOP: história e lugar político; Relatório CREPOP 2017; Discussão novos temas de pesquisa; Cronograma 2018.

Houve o entendimento da necessidade de retomar as atividades nacionais, principalmente no que tange a realização de novas pesquisas. Nesse sentido, muitas ideias foram discutidas de modo a potencializar o CREPOP tanto a nível local como nacional, como a necessidade de um maior contato com as COFs e COES; diálogo mais estreito com outras categorias profissionais, sindicatos e movimentos sociais/populares; maior envolvimento junto as conferências das políticas públicas.

A retomada das pesquisas para o ano de 2018 foi considerada como um importante ato político para o CREPOP. Sugestão à APAF: - realização das etapas regionais da pesquisa sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, absorvendo o tema da violência obstétrica no primeiro semestre de 2018; - escolha do tema de pesquisa da RAPS para o segundo ciclo de pesquisa de 2018; - absorção pelo CFP da pesquisa sobre povos tradicionais, indígenas e quilombolas para ser desenvolvida via comissão *ad-hoc*, gerando três documentos de referência distintos, considerando as especificidades de cada povo.

A APAF aprovou por unanimidade as sugestões da Rede CREPOP para agenda 2018. Deste modo, o planejamento do CREPOP do CRP-12 deverá considerar a agenda nacional de pesquisas.

2.4.4.3. Seminário Nacional Políticas Públicas

No dia 30 de novembro de 2017 ocorreu uma reunião para planejamento da ação. No momento de grupos para a discussão das etapas regionais dos Seminários de Psicologia e Políticas Públicas, cada região apresentou propostas de organização, detalhamento este colocado a seguir feito por cada grupo. Alguns pontos foram discutidos acerca da dimensão do evento, os desdobramentos do mesmo, o alinhamento com a proposta da CONPAS e a produção de um vídeo em alusão aos 10 anos do CREPOP, momento este perdido no ano passado e que poderia ser retomado em ocasião da realização dos seminários.

Seminário Regional Sul acontecerá no Rio Grande do Sul, nos dias 27 e 28 junho 2018, com o tema Psicologia, Educação e laicidade: enfrentamentos ao conservadorismo “Psicologia e defesa das Políticas Públicas”. O CREPOP do CRP-12 contribuirá com a organização do Seminário Regional sobre Políticas Públicas.

2.5. Comissão de Direitos Humanos – CDH

A Comissão de Direitos Humanos no Sistema Conselhos de Psicologia foi instituída em âmbito Federal desde a década de 1990, possui como grande atribuição atentar-se para as situações de violação aos direitos básicos que produzem sofrimentos, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidades sociais. Entre os princípios que consta no Código de Ética da Psicologia, o artigo 1º versa sobre a necessidade do respeito aos Direitos Humanos, sendo este princípio transversal a qualquer prática a ser realizada pelas/os psicólogas/os. Cabe a Comissão desenvolver reflexões e ações sobre as questões que envolvem a prática profissional e a garantia dos direitos da população em geral. Neste sentido, temos dedicado atenção às causas que envolvem situações de violação de Direitos de diversos grupos historicamente marcados por situações de vulnerabilidades, preconceituosas e por práticas excludentes. Para cumprir com seus objetivos, no ano de 2017 realizou-se as seguintes atividades:

A Comissão de Direitos Humanos no Sistema Conselhos de Psicologia foi instituída em âmbito Federal desde a década de 1990, possui como grande atribuição atentar-se para as situações de violação aos direitos básicos que produzem sofrimentos, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidades sociais. Entre os princípios que consta no Código de Ética da Psicologia, o artigo 1º versa sobre a necessidade do respeito aos Direitos Humanos, sendo este princípio transversal a qualquer prática a ser realizada pelas/os psicólogas/os. Cabe a Comissão desenvolver reflexões e ações sobre as questões que envolvem a prática profissional e a garantia dos direitos da população em geral. Neste sentido, temos dedicado atenção às causas que envolvem situações de violação de Direitos de diversos grupos historicamente marcados por situações de vulnerabilidades, preconceituosas e por práticas excludentes.

2.5.1. Comissão Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura em SC

Criar um sistema de prevenção e combate à tortura em Santa Catarina é o principal objetivo das entidades e movimentos ligados à defesa de direitos humanos, que estão identificando irregularidades em diversas ações e visitas às penitenciárias e presídios do Estado, bem como outras instituições que atendem populações vulneráveis e institucionalizadas.

A existência da tortura, tratamentos ou penas cruéis violam os direitos humanos e constitui um crime contra a humanidade. Para o enfrentamento e prevenção de torturas foi criado, por meio da Lei 12847/2013, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que objetiva a criação de Comitês e Mecanismos como dispositivos para coibir práticas que violam os direitos das pessoas privadas de liberdade. Para cumprir a Lei, cabe ao Poder Executivo e Legislativo de cada Estado implementar os Comitês e Mecanismos Estaduais.

Santa Catarina está entre os Estados que não possuem o Sistema em funcionamento. A ausência desses dispositivos reflete o histórico silenciamento que há frente às questões de violência e tortura nas instituições fechadas. O Estado ao não se posicionar perante a essa realidade, corrobora com a invisibilidade do fenômeno da tortura.

Esta luta vem desde 2015. No ano de 2017, o projeto foi para a assessoria jurídica da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Através da Diretoria de Direitos Humanos relataram que em 2017 assumiu um novo secretário, Valmir Francisco



Comin. Esta e outras pautas já foram apresentadas na secretaria. Enfatiza a necessidade de fazer ajustes ao anteprojeto de lei, conforme legislação estadual vigente. Aponta que é preciso deixar de forma clara quais as despesas com comitê e mecanismo. Fatores como periodicidade das reuniões, logística, periodicidade das inspeções, quantidade de entidades que fazem parte tanto do comitê, quanto do mecanismo são fundamentais para compor a dotação orçamentária da secretaria. Destaca

outros aspectos do projeto, como: definição do que é o comitê e do que é mecanismo, de onde sairá às despesas com cada um, quem contratará os peritos. Outro fator problemático é se for institucionalizar na forma de lei, não pode nomear em lei, elas precisam concorrer via edital. Outro ponto apresentado é sobre a questão orçamentária, pois, conforme parecer da Secretaria da Fazenda, não haverá recursos extras para esta finalidade. Por fim, faz um comparativo com os conselhos de direito e reitera a importância de olhar para o orçamento, pois, é dessa forma que o estado pensa, e que ela pode ser definidora para implementação. Relata que se tudo não estiver claro, não é possível operar.



Na ocasião, em reunião junto a Diretora de Direitos Humanos, foi informado que já havia sido realizado diversos ajustes, não só por orientação da SST, mas pelo próprio coordenação geral de prevenção e combate a tortura. Reforça que a comissão pró-sistema de prevenção e combate a tortura, que reúne diversas entidades, nenhum momento se objetivou criar uma lei de iniciativa popular. Desde o início da comissão, compreendemos que o Estado deveria “abraçar” a causa, e fazer os ajustes que precisam ser feitos, que fizesse o estudo de impacto financeiro, até por que a sociedade civil não tem como saber a estimativa financeira de cargos do governo. A sociedade civil não tem como saber quem são os peritos melhores para atender as demandas de violência. Esta omissão é um reflexo de como o governo catarinense trata as questões relacionadas aos direitos humanos. Tendo isso em vista, com intuito de agilizar a tramitação do anteprojeto, a Comissão montou um grupo de trabalho para trabalhar nesses pontos juntos com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Os ajustes e uma projeção de orçamento foram realizados e adicionados ao processo, via ofício a Secretaria de Assistência Social.

Nesse interim, a comissão continuou com suas reuniões mensais, conforme calendário anual (toda 1ª sexta-feira de cada mês). Uma importante ação realizada em meados de fevereiro foi à reunião com Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Daniel Ricken. Participou da reunião representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho Habitação; OAB/SC; GMF/TJSC; COREN/SC; CRP-12; CDH/ALESC; AACRIMESC; Coletivo Memória, Verdade,

Justiça; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, Perito Judicial. Foi um momento propício para apresentar as principais demandas levantadas pela comissão e definir estratégias junto à procuradoria para implementação da lei em nosso Estado.

Durante a reunião, foi abordada a possibilidade da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, através da Diretoria de Direitos Humanos, sediar o sistema estadual de prevenção e combate à tortura. A representante da secretaria presente na reunião, Karina Euzébio, informa que existe uma limitação de recursos e que hoje é o principal impeditivo de constituir o sistema no Estado.

A existência da tortura, tratamentos ou penas cruéis violam os direitos humanos e constitui um crime contra a humanidade. Para prevenir e combater estas práticas, o Brasil adotou em 2002 o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Fazer cumprir o protocolo é uma obrigação do governo brasileiro. Isso já seria motivo suficiente para a implementação do mecanismo e do comitê em todo território nacional, enfatiza a Coordenadora Adjunta do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT, Bárbara Suelen Coloniese, presente na reunião.

A Conselheira Jaira Rodrigues, presidente do CRP-12 enfatiza que a “ausência desses dispositivos reflète o histórico silenciamento que há frente às questões de violência e tortura nas instituições fechadas”. O Estado ao não se posicionar perante a essa realidade, corrobora com a invisibilidade do fenômeno da tortura. Em SC não há um órgão receptor de denúncias, repercutindo numa lacuna ou demora na investigação e intervenção sobre os fatos. É possível perceber que o governo atual não trata direitos humanos como prioridade, pois demorou mais de um ano para alugar a Diretoria de Direitos Humanos a uma secretaria de estado e três anos para instalar o conselho de direitos humanos, já com lei aprovada acrescenta Marcel Salomon, representante do Deputado Dirceu Dresch, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALESC.

Alexandre Nauber, presidente da Comissão de Assuntos Prisionais da OAB/SC ressalta a necessidade de criação do Mecanismo e Comitê não se restringe apenas ao sistema prisional. Irregularidades também são identificadas em instituições de longa permanência para idosos, no Sistema socioeducativo, na Rede de Atenção Psicossocial, comunidades terapêuticas e dispositivas de alta complexidade da Assistência Social e que atenda a população em vulnerabilidade social.



Esse cenário evidencia a urgente necessidade da implementação da Lei 12.847/2013 como uma política pública para intervir preventivamente diante de situações de tortura e violência como propõe a legislação. Diante do exposto, após ouvir as instituições, a procuradoria se dispôs a auxiliar definindo estratégias para diminuir as possibilidades de projeto de lei ser barrado pelo governo. A reunião apresenta-se como mais um

avanço das entidades e movimentos ligados à defesa de direitos humanos para criar um sistema de prevenção e combate à tortura em Santa Catarina.

Na mesma semana, destaca-se o agendamento de uma reunião entre Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, por meio da Coordenadora Adjunta Bárbara Suelen Coloniese, representante da Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate a Tortura, Jaira Rodrigues e Diretora de Direitos Humanos, Maria Elisa de Caro para fins de sanar dúvidas quanto a implementação do Comitê e do Mecanismo no Estado. Na ocasião, Barbara esclareceu as funções e atribuições dos órgãos do sistema e também foi entregue um dossiê com os principais documentos e relatórios produzidos, tanto pela comissão, quanto pelo mecanismo nacional.

Também se destaca entre as ações a realização do Seminário Estadual Direitos Humanos, violência e produção de subjetividade. O evento promovido pela Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate a Tortura, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da ALESC, via Deputado Dirceu Dresch, possibilitou discutir sobre os impactos da



Foto: Eduardo Guedes de Oliveira / Agência AL

violência na produção de subjetividade. Também foi marcado pela adesão a “Campanha Estadual de Direitos Humanos: Violência de Estado ontem e hoje, da Exclusão ao Extermínio”, promovida pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Os participantes do evento puderam acompanhar e discutir importantes debates sobre os marcadores que evidenciam as violações de direitos e as populações e segmentos diversos que tem sido vitimizados, desde a colonização, a exemplo dos indígenas, população negra, mulheres, jovens, entre outros são expostos a formas de violação contra a dignidade humana. As mesas redondas no período da tarde possibilitaram discutir, problematizar,

mapear e propor ações de enfrentamento a situações de violência, tortura entre outros tratamentos ou penas cruéis que violam os direitos humanos e constitui crimes contra a humanidade.

O Seminário foi composto por mesa de abertura, onde as instituições governamentais e não-governamentais expressaram seus posicionamentos em relação a defesa dos direitos humanos. Na sequência, a Conferência de Abertura “Direitos Humanos, violência e produção de subjetividade” foi apresentada por Pedro Paulo Bicalho, diretor do Conselho Federal de Psicologia – CFP e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Bicalho destacou que o Brasil tem a 4ª maior população carcerária do mundo. De acordo com os dados da *King's College London – International*, na América do Sul, a média é de 165,5 presos para cada 100.000 habitantes. A média no Brasil é de 227,63 para cada 100.000 habitantes. Também informa que 64% da população carcerária tem apenas o ensino fundamental completo, destes 58% tem entre 18 e 29 anos. Outro marcador está relacionado à etnia, mais de 60% são negros. Estes dados revelam a seletividade do sistema prisional, ou melhor, um instrumento de encarceramento da pobreza e da desigualdade.



Foto: Eduardo Guedes de Oliveira / Agência AL

No período da tarde, duas mesas seguiram com o debate. A primeira abordou a violência de Estado a partir de diferentes perspectivas e grupos em situação de vulnerabilidade, bem como as heranças da ditadura militar. Ao final, ficou marcado a adesão a campanha estadual sobre violência de estado: da exclusão ao extermínio. Na mesa subsequente, foi debatido sobre a realidade do sistema prisional catarinense. Esta mesa fez com que diversos atores, sejam eles do Estado ou do movimento social, fazer uma leitura sobre o sistema carcerário. Diversos aspectos foram abordados, a exemplo da saúde no sistema prisional, sobre a infraestrutura, medidas de desencarceramento, projetos em andamento como o fim da revista vexatória, entre outros. Ao final, foram realizados os encaminhamentos, em especial, pela continuidade dos trabalhos da comissão e do planejamento de ações para a campanha estadual lançada no evento. Como resultado do Seminário, foi construído um relatório com síntese de todas as falas abordadas no evento, o qual segue anexo a esse histórico de ações da comissão.

Entre a última reunião da comissão e a realização do Seminário, passados exatos um ano de tramitação, a SST emite um ofício informando a inviabilidade de implementar o sistema de prevenção e combate a tortura em SC. Mesmo após diversas reuniões com a secretaria, realização de adaptações do projeto, realização de estudo de impacto financeiro a pedido da Secretaria, a informação oficial foi não ser possível implantar o sistema no estado devido à falta de recursos. Também alega que o Estado e o Sistema de Justiça já dispõem de mecanismos para fiscalizar situações de tortura e violações de direitos, portanto não haveria omissão.

Nós, da comissão pró-sistema de prevenção e combate à tortura entendemos que o Secretário cometeu uma inverdade. Durante o primeiro evento sobre o tema no Estado, realizado em 2015, o próprio judiciário, na figura do Juiz Corregedor Dr. Alexandre Takashima, informou que hoje não existe uma porta de entrada no Estado para atender essas denúncias. Que em muitas ocasiões, as demandas que chegam do “disque 180” nem se quer são averiguadas por ausência do mecanismo e do comitê. Falou ainda que existe uma demanda reprimida bastante considerável no Tribunal de Justiça às quais precisam ser investigadas. Sabemos da existência de relatórios, a exemplo do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, dos Conselhos da Comunidade, da Vigilância Sanitária, entre outros que evidenciam práticas de violência e tortura. Além desses, existem ações públicas movidas contra o Estado que demonstram um apanhado de irregularidades, demandando a necessidade de ser fiscalizado e resolvido. Entendemos que ao emitir parecer contrário a criação do sistema no Estado, o Secretário está descumprindo a Lei nº 12.847/2013. Também está descumprindo o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgado pelo Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007.

Este foi o desfecho até o momento. Diante da resposta negativa da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, novos documentos foram juntados para somar ao processo e dar ciência ao Estado do descumprimento da Lei. Entendemos que este parecer negativo da Secretaria de Estado não desmobilizará quase três anos de ações pró-sistema de prevenção e combate à tortura. Tendo em vista o cenário nacional e internacional e os protocolos assinados pelo Brasil, tanto o mecanismo, quanto o comitê serão realidades um dia. O que nos cabe é continuar articulados e cobrando uma postura do estado e ao final saber como nossos governantes atuais gostam de ser lembrados: o governo que fechou os olhos para não ver os problemas de tortura e violência no seu

território ou o governo que ouviu as reivindicações de sua população e foi um dos estados pioneiros no combate e prevenção a tortura. As ações da comissão continuam em 2018, com reuniões mensais, toda primeira sexta-feira do mês, na sede do CRP-12.

2.5.2. CRP-12 propõe atividade para articular rede de direitos humanos em SC

A ação “Café com Direitos Humanos”, proposta pela Comissão de Direitos Humanos do CRP-12, promoveu rodas de conversas regionalizadas junto a psicólogas/os e representantes de movimentos sociais para fazer um mapeamento da rede de proteção em SC.



Além disso, a atividade buscou levantar sobre os impactos da conjuntura na região. Ao todo, foram cinco rodas de conversa e os resultados foram apresentados no Seminário de Direitos Humanos: Retrocessos, Avanços e Desafios. A proposta agora é constituir um fórum permanente para pensar e articular as ações em SC.

2.5.3. Seminário de Direitos Humanos: Retrocessos, Avanços e Desafios

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) sediou, no último dia 28 de novembro, o Seminário Direitos Humanos: Retrocessos, Avanços e Desafios de Santa Catarina. O evento ocorreu no auditório Antonieta de Barros e foi promovido pelo Conselho Regional de Psicologia, em parceria com o Fórum da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos Humanos, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento catarinense.

Temas como a segurança pública, educação, reinserção social de apenados, tráfico humano, extermínio de jovens negros, racismo, igualdade de gênero, imigração e o pacto federativo foram debatidos por especialistas, estudiosos e integrantes de entidades e órgãos públicos do estado. Durante o debate, os convidados consideraram as



determinações da Organização das Nações Unidas (ONU), nas quais os direitos humanos são garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos em relação à dignidade humana.

O solicitante do seminário, deputado Dirceu Dresh, que também preside a Comissão de Direitos Humanos de Santa Catarina, abriu o encontro informando que o objetivo é mostrar à sociedade que os direitos humanos servem para defender o cidadão que não tem direito à escola, alimentação, além de outras necessidades para uma vida digna. "Nossa proposta é fazer um diagnóstico de Santa Catarina, apontando os principais gargalos que impedem os avanços nos setores que incluem os direitos humanos. Precisamos garantir o direito das pessoas, presente em documentos nacionais e internacionais, porque, do documento para a prática, ainda existe uma enorme distância", afirmou.

Desde janeiro, foram registrados 156 assassinatos em Florianópolis, 60 em confronto com policiais. O Padre Vilson Groh, articulador e fundador de diversos projetos sociais na capital, fez um apelo ao governo catarinense: "A não compreensão dessas temáticas contribui para assassinatos recorrentes. Precisamos pensar e instituir uma prioridade de educação, moradia, transporte e lazer nos espaços periféricos da cidade. Acredito que, somente desta forma, teremos um Estado democrático". A especialista em segurança pública e advogada da Rede Nacional de Advogados e Advogados Populares, Daniela Felix, alertou para a violação de documentos na perícia de crimes. "A sociedade tem aceitado as mortes em confronto e não há investigação por parte das outras polícias. A Polícia Militar tem um protagonismo necessário, mas outros órgãos estão se omitindo e sendo precarizados pelo flagrante".

Leila Pivatto, presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), apresentou um projeto, reconhecido pela ONU, que existe há 45 anos em Minas Gerais. Leila informou, ainda, que a primeira APAC de Santa Catarina deve ser implantada em março de 2018, em Florianópolis, inicialmente atendendo mulheres. “A APAC é um local humanizado, que utiliza um método com respeito ao preso e a todos da família, com índices de recuperação de 80% a 90% dos condenados”, reforçou.

A vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Cinthya Maria Pinto da Luz, agradeceu pela iniciativa do evento e reforçou de quem é a responsabilidade pela segurança pública. “Não podemos esquecer que a segurança é uma responsabilidade do Estado, e privatizar não é fazer gestão. É preciso mais articulação da sociedade, das lideranças e de entidades para que essa luta possa começar a dar resultados”, afirmou. Durante o evento, foram mapeadas instituições que possam auxiliar na continuidade do debate por meio da realização de rodas de conversas em outras regiões do estado. O representante do DIEESE/SC, Mauricio Mulinari, durante embasamento histórico do tema afirmou que “a garantia da seguridade social não é uma política pública, é uma conquista histórica de classes trabalhadoras e operárias em luta”.

Vanda Pinedo, do Movimento Negro Unificado (MNU), afirmou que vivemos em uma época trágica para o pobre e o negro. “Atualmente, vemos o extermínio da juventude pobre e negra, de mulheres negras, quilombolas e indígenas. Estas minorias não têm o atendimento devido pela justiça, por isso é importante denunciar”, alertou. A coordenadora do Núcleo de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Paraná, Silvia Xavier, advertiu que o tráfico humano é a terceira atividade mais lucrativa do mundo, perdendo apenas para drogas e armas. “Anualmente, 200 mil pessoas desaparecem no Brasil. Precisamos criar um núcleo de enfrentamento ao crime para entendermos como ele, visando à prevenção, principalmente em Santa Catarina”, alegou.

A perita grafotécnica que já atuou no Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura, Barbara Coloniese, apresentou uma linha do tempo contextualizando a criação de normas e departamentos nacionais para o combate à tortura no Brasil. Além disso, mostrou cases que afirmam a falta de interesse do governo catarinense em evitar tais punições. “O que fortalece a tortura em Santa Catarina é o fomento à impunidade, mas acredito que só o fato de estarmos aqui, discutindo direitos humanos, significa que já existe uma iniciativa para mudar esta realidade”, declarou.

A presidenta do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC), Jaira Rodrigues, foi mediadora da mesa que abordou o pacto federativo, que ainda não foi aderido pelo Estado. “Estamos há três anos lutando pela causa, com seminários e diálogo com o poder público, procurando mostrar a importância desse projeto. Porém, acreditamos que o pacto não será fechado hoje”. Ela estendeu o convite para as entidades presentes no Seminário para que participem dos encontros do CRP-SC, visando um debate mais profundo sobre a unificação dos direitos humanos. “Mesmo que o Comitê de Combate à Tortura esteja focado na privação de liberdade, ele se estende a toda situação de violência e tortura, tanto em presídios como fora destas instituições. Estamos abertos ao contato, que pode ser feito pelo e-mail diretoria@crpsc.org.br”, informou.

Já a coordenadora-geral de combate à tortura e violência institucional, da Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria Nacional da Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, Karolina Castro, disse acompanhar as articulações das instituições do estado acerca do tema desde 2012. Ela informou que a tortura cientificamente não é válida, e apresentou o pacto federativo. O deputado Dirceu Dresh moderou a mesa de encerramento do evento com o ex-ministro e atual secretário de estado dos Direitos Humanos Participação Social e Cidadania de Minas Gerais, Nilmário Miranda, que falou sobre conservadorismo e preconceito. O palestrante iniciou a mesa questionando a presença do conservadorismo no país.

2.5.4. CRP-12 realiza debate sobre redução da maioria penal no Oeste Catarinense

A Comissão de Direitos Humanos, conjuntamente com os Eixos da Comissão de Políticas Públicas (Psicologia e Educação e Psicologia e Justiça) do CRP-12, realizou debate sobre a redução da



maioridade penal. A ação



foi realizada nas regiões Oeste e Extremo Oeste do estado de Santa Catarina. O grande objetivo foi problematizar a temática da redução da maioria penal por meio da

exibição e debate do documentário produzido pelo CRP-12 - “Redução é a Chibata: uma reflexão sobre a redução da maioria penal no Brasil”.

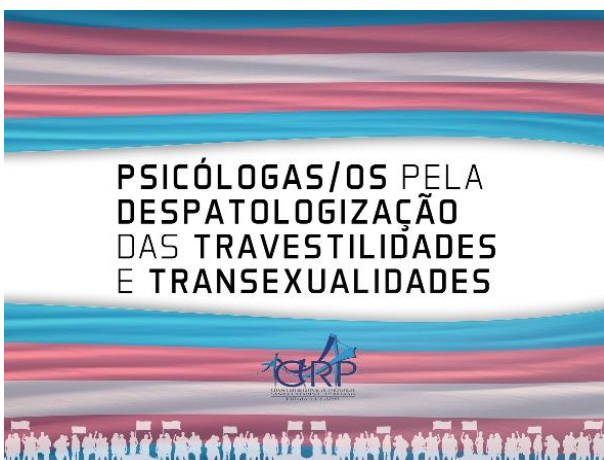
2.5.4.1. Documentário do CRP-12 é exposto no Cineclube da Fundação Cultural BADESC

Na noite de terça-feira (31/01), o Cineclube Badesc exibiu o documentário “Redução é a Chibata - uma reflexão sobre a redução da maioria penal no Brasil”. Uma produção do CRP-12 que visa fazer a crítica à redução da maioria penal, problematizando o que está velado, o que está nas



entrelinhas desse projeto de criminalização da juventude, das diferenças e da desigualdade social. O mesmo documentário tem circulado o Estado e o Brasil, com apresentação nas subseções do CRP-12, no I Semana Municipal da Juventude de Laguna, no I Simpósio Nacional de Psicologia e Compromisso Social, entre outros.

2.5.5. Visibilidade trans: provocações necessárias à psicologia



O CRP-12 vem apoiando a luta de pessoas transsexuais por visibilidade e direitos e posiciona-se a favor da afirmação e (re)construção de seu campo técnico e científico em prol do reconhecimento da dignidade humana. O Código de Ética do profissional de Psicologia em seu primeiro princípio fundamental diz: “O psicólogo baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da

integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Nesse sentido, o CRP-12 busca por meio de ações esclarecer e engajar a categoria dos (as) psicólogos (as) na atuação pelos direitos humanos e pela despatologização das identidades trans no atendimento à saúde.

As primeiras ações transcorreram neste dia 31/01, na Sede do CRP-12, com a realização de duas oficinas que abordaram a Visibilidade Trans - por meio da problematização de uma ética despatologizante no fazer profissional da psicologia. As oficinas foram organizadas pelo Grupo de Trabalho Gênero e Sexualidade, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12. Os ministrantes da atividade foram Daniel Kerry, doutor em psicologia; Marília dos Santos Amaral, doutoranda em psicologia; Ematuir Teles de Sousa, Conselheiro do CRP-12 e mestrando em psicologia; e Kelly Vieira Meira, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Florianópolis.

A primeira oficina, “Implicações ético-políticas da psicologia frente às questões trans”, teve como objetivo principal abordar os contextos históricos e políticos que possibilitaram a produção do discurso biomédico/psiquiátrico que patologiza as identidades travestis e



transexuais. Daniel e Kelly apresentaram a construção histórica e cultural e destacaram a importância da luta pela despatologização das travestilidades e transexualidades, visto que, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V, ainda consta como disforia de gênero. Além de tratar sobre a questão dos estereótipos construídos, a discussão sobre gênero também versou sobre as vulnerabilidades às quais as pessoas trans vivem, sendo estas, pessoais, sociais e institucionais.

A oficina da tarde tratou sobre “A produção de documentos psicológicos para pessoas trans” e teve como objetivo principal explicar para a categoria de psicólogas(os) presentes como é

possível produzir um documento de acordo com as regras legais e que ao mesmo tempo seja esclarecedor a respeito do que tem sido estudado no campo da psicologia sobre as questões de gênero e sexualidade. Esta mesma atividade foi realizada em outras regiões de Santa Catarina. No dia 19 de abril em Criciúma, 25 de Maio em Joinville e 02 de junho me Chapecó.

2.5.6. II Seminário Despatologização das Travestilidades e Transexualidades

Com o intuito de debater sobre o compromisso da psicologia diante dos processos de patologização das travestilidades e transexualidades e as possíveis práticas de resistência em tempos de retrocesso, o Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região (CRP-12) promoveu o II



Seminário despatologização das travestilidades e transexualidades. A atividade foi realizada no dia 27 de junho, das 19h às 22h, no Auditório do Conselho Regional de Contabilidade, em Florianópolis, e estiveram presentes cerca de 80 pessoas.

O evento contou com a participação de Hailey Kaas (Ativista Transfeminista); Christian Mariano (Homem trans ativista); e Tatiana Lionço (Dr^a em Psicologia da Universidade de Brasília), como palestrantes. Já como representantes do CRP-12, estiveram presentes Jaira da Silva Rodrigues, Conselheira Presidenta; e Ematuir Teles de Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e membro do GT Gênero e Sexualidades.

As(os) palestrantes trouxeram importantes reflexões acerca do tema, em especial, nestes tempos de constantes perdas de direitos que vivemos atualmente no Brasil. Quanto à despatologização, segundo Jaira, para se ter acesso a um direito, não deveria ser necessário ter um “diagnóstico”. Ademais, pensar na despatologização é trazer o mínimo de dignidade para as pessoas trans. As possibilidades de acesso às políticas públicas, bem como, as garantias de direitos devem ser destinadas a todas e todos, sem distinção.

Em especial sobre o momento histórico que estamos vivendo no Brasil, as(os) palestrantes avaliam que há um desmonte de direitos, principalmente do Sistema Único de Saúde (SUS), além de um golpe da hegemonia biomédica. Importante salientar que o ataque ao SUS e à Resolução 01/1999 - que estabelece normas de atuação para psicólogas (os) em relação à orientação sexual - têm como principais interlocutores profissionais psicólogos e fundamentalistas religiosos, o que torna a situação ainda mais caótica.

Assim, a discussão da psicologia em torno da lógica da despatologização e em defesa do SUS, e o fortalecimento da luta pela saúde pública deve não apenas reafirmar a Resolução 01/99, mas sim, lutar pela criação de uma Resolução que trate especificadamente da despatologização, finaliza Tatiana.

2.5.7. Reuniões ampliadas para preparação de evento estadual sobre os direitos da população indígena

O principal objetivo das reuniões ampliadas foi apresentar a intenção do CRP-12 em promover um evento estadual para a discussão dos direitos dos povos indígenas. A realização do evento vem sendo discutida desde o primeiro semestre de 2016 e já foram realizadas rodas de conversas, visitas às aldeias e reuniões ampliadas envolvendo diferentes entidades. A intenção é conhecer a realidade da população indígena e construir um evento com a participação efetiva dos indígenas. Para garantir a efetividade da ação, o Conselho entende ser indispensável a participação dos povos indígenas para que possamos contemplar a realidade no estado de Santa Catarina. Neste sentido, os representantes indígenas trouxeram em seus relatos exemplos da violação de direitos, tais como: o direito de ir e vir e de ocupar espaços públicos; a falta de reconhecimento da cidadania; a discriminação dos profissionais indígenas perante a sociedade; a distorção da mídia em relação aos fatos; e também destacaram que o modelo atual de escola desrespeita a cultura indígena.

Em reunião realizada no dia 09 de fevereiro, na Sede do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região e na Subsede Oeste (Chapecó), contou com a presença de Conselheiras(os) que integram a Comissão de Direitos Humanos



do CRP-12, além de representantes das etnias Kaingang, Laklãnõ Xokleng e Guarani; do Conselho Nacional de Saúde; da Comissão dos Caciques Guaranis de Santa Catarina; da Comissão Guarani *Nhemonguetá*; da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO; do Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPIN; da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas; da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI; e da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Outra reunião ocorreu no dia 25 de maio, na Sede do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (CRP-12). Participaram a conselheira e colaboradora do CRP-12, lideranças indígenas



representantes das etnias Kaingang e Laklãnõ Xokleng, representante do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPIN e da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

2.5.7.1. CRP-12 participa da plenária ordinária do CEPIN

A primeira Plenária Ordinária do CEPIIn/2017 aconteceu no dia 17 de Março de 2017 na T.I Tavaí, localizada no município de Canelinha/SC. Estiveram presentes lideranças indígenas dos povos Guarani, Kaingang e Xokleng;



representantes das Secretarias de Estado da Educação, Saúde e Desenvolvimento Econômico e Sustentável; representantes da Funai, do Conselho Regional de Psicologia, da UFSC, da banda de rock Insurgentes. Esteve também presente o Doutor em linguística Nambla. Na ocasião, a Conselheira Roberta Forchesatto representou a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) e discutiu junto às pessoas indígenas sobre a organização do evento estadual sobre a psicologia e os direitos dos povos indígenas.

2.5.7.2. Manifesto em defesa da luta do povo Laklãnõ/Xokleng contra os impactos da Barragem Norte

O CRP-12 manifestou publicamente apoio à luta do povo Laklãnõ/Xokleng pela garantia dos seus direitos. A comunidade que encontra-se ocupando a Barragem Norte, no município de José Boiteux reivindicam que o Poder Público cumpra com os acordos para, minimamente reparar os danos causados pela construção da barragem no território indígena.



Além disso, repudiamos as reportagens vinculadas na mídia relacionada à população indígena que desconhecem e negligência o percurso histórico da construção da Barragem Norte e os impactos causados na comunidade indígena Laklãnõ/Xokleng. A forma que algumas matérias foram

conduzidas colocam a população do Vale do Itajaí contra os indígenas, disseminando uma visão distorcida dos fatos, produtora de marginalização, discriminação e invisibilidade da população indígena no Vale do Itajaí.

2.5.7.3. Workshop sobre Desafios da Educação Indígena na ALESC

No dia 27 de abril, Ematuir Teles de Sousa, representante do GT Interinstitucional Povos Indígenas e da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, participa do Workshop sobre



Desafios da Educação Indígena. O evento está sendo promovido pelo Ministério Público Federal em alusão ao “Abril Indígena” e acontecendo na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A programação prevê debates sobre a criação do cargo específico para professor indígena, sobre o projeto político pedagógico e materiais didáticos específicos para a população indígena.

2.5.8. Ações voltadas ao combate a LGBTFobia e em defesa da Resolução CFP 001/1999

2.5.8.1. Debate dia 17 de maio: “Cura ou não cura? Os reflexos da patologização da homossexualidade e das identidades trans”

Alusivo ao dia de luta Contra a LGBTFobia, ocorreu no dia 17 de maio a mesa de debates *cura ou não cura? os reflexos da patologização da homossexualidade e das identidades trans*. O evento promovido pela Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina contou com a participação do CRP-12, que na ocasião problematizou as ameaças para Resolução CFP 001/1999 e as (im)permanências da patologização das homossexualidades: desafios da psicologia brasileira”. O debate foi moderado pelo

Psicólogo Ematuir Teles de Sousa - Presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12 e membro do CMDLGBT.

2.5.8.2. Audiência Pública sobre o Dia Internacional Contra a LGBTFobia e em Defesa da Resolução CFP nº 001/99

No dia 17 de maio, no Plenarinho da Alesc, ocorreu a Audiência Pública sobre o Dia Internacional Contra a LGBTfobia. A audiência foi realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Alesc, atendendo à solicitação do Sr. Deputado Dirceu Dresch, e em parceria com o GT Gênero e Sexualidades da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12 (CDH).



Neste dia, que não deve ser visto como um dia de comemoração e, sim, de continuidade da luta pela defesa dos direitos da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), um dos objetivos foi trazer à tona a questão do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 539/2016. O referido PDC tem a pretensão de sustar a Resolução do CFP 001/99, a qual estabelece que psicólogas(os) devem propor reflexões de superação de preconceitos e discriminação que afetam a vida das pessoas que vivenciam sexualidades não-heterossexuais.

A partir da audiência foram aprovados encaminhamentos, como a criação de um grupo de trabalho vinculado à Comissão de Direitos Humanos da Alesc para que possa subsidiar o legislativo na formulação de políticas para LGBTs. Foi proposto, ainda, que os deputados presentes na audiência promovam o desarquivamento do Projeto de Lei 315/2013, que cria o Conselho Estadual dos Direitos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (CELGBT). Sobre a Resolução 001/99, foi encaminhada uma proposta de moção de apoio à resolução e o arquivamento do PDC 539/2016.

2.5.8.3. CRP-SC participa da 3ª Semana de Combate às Fobias de Gênero na Saúde

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) participou da 3ª Semana de Combate às Fobias de Gênero na Saúde, realizada nos dias 21 a 23 de novembro de 2017, no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O evento instituído por movimentos coletivos buscou construir uma comunicação ampla entre os segmentos da saúde e as esferas do poder público e privado.

O encontro iniciou com a apresentação de curtas sobre Gênero e Diversidade sexual produzidos por acadêmicos da área da saúde da Universidade. O psicólogo e pesquisador nas temáticas de gênero e sexualidades, Daniel Kerry, que também leciona no Curso de Psicologia da UNISUL, representou o CRP-SC durante o encontro. Kerry, que compõe o GT de Gênero e Sexualidade do CRP-SC, fez sua apresentação falando sobre as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho do Conselho. E durante sua apresentação, fez uma análise de conjuntura sobre os ataques à Resolução 01/99.

2.5.8.4. Debate Online: quais os impactos da ameaça a Resolução 001/99

Na noite de quinta-feira, 28 de setembro, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina realizou o primeiro debate online que teve como tema a decisão judicial liminar referente à Resolução CFP Nº 001/99. No evento foi abordada a polêmica em torno da questão se psicólogas(os) podem ou não atender pessoas em conflito com sua orientação sexual. O debate durou em torno de 1h30, e reuniu quatro especialistas e mais de 200 participantes, que enviaram suas perguntas pela internet.

O debate contou com a participação do psicólogo, conselheiro e coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12, Ematuir Teles de Sousa que comentou a decisão liminar acerca da resolução que tem o pressuposto de normatizar a atuação de profissionais da psicologia em relação às questões da orientação sexual. Também participaram a advogada e presidenta da comissão de diversidade sexual da OAB/SC, Margareth da Silva Hernandes, contextualizou a questão na esfera judicial e comentou a decisão do juiz Cláudio de Carvalho; com o pesquisador nas temáticas de gênero e sexualidades, Daniel Kerry, que também é psicólogo e professor do Curso de Psicologia da UNISUL, ressaltou a importância destes debates públicos e políticos para esclarecer dúvidas sobre a decisão liminar. A Militante dos Direitos LGBT e Presidenta do Conselho Municipal de Direitos de

LGBT de Florianópolis, Guilhermina Cunha Ayres, também participou e reforçou a importância do discurso da mídia nesta questão.

2.5.8.5. Aula Pública sobre a Resolução nº 001/99

No dia 27/09 o Conselheiro Ematuir e os professores Marília dos Santos Amaral e Daniel Kerry (Psicólogas(os) colaboradoras(es) do GT Gênero e Sexualidades do CRP-12) participaram da Aula Pública sobre a Resolução CFP nº 01/99 - "Cura Gay" por que somos contra?, que ocorreu no centro da cidade de Florianópolis. O momento foi oportuno para debater sobre as ameaças da resolução 01/99, bem como seu papel fundante na garantia de direitos.



2.5.8.6. CRP-SC participa de manifestação a favor da Resolução CFP 001/99 em Florianópolis

A manifestação contra a liminar que possibilita práticas de (re)orientação sexual reuniu mais de 200 pessoas na noite da sexta-feira, 22 de setembro, por volta das 19h, no Largo da Alfândega,



em Florianópolis. Representantes do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) marcaram presença no protesto e distribuíram o folder da campanha: 'Preconceito disfarçado de liberdade de expressão ainda é preconceito. Não existe liberdade que viole direitos.'

2.5.8.7. CRP-12 debate sobre Saúde mental LGBT", na IX Jornada Acadêmica de Psicologia da UNESC

No dia 30 de setembro, o CRP-12 participou da IX jornada acadêmica de psicologia UNESC, na cidade de Criciúma. Na ocasião, o conselheiro Ematuir de Sousa, coordenador do GT Gênero e Sexualidades, fez destaques sobre a campanha "Preconceito disfarçado de liberdade de expressão ainda é preconceito. Não existe liberdade que viole direitos!". A referida campanha orienta a categoria de psicólogas(os) no que se refere aos atendimentos a pessoas em conflito com sua orientação sexual e identidade de gênero, baseando-se na Resolução CFP 001/1999 - que estabelece normas de atuação para psicólogas(os) em relação à Orientação Sexual.

2.5.9. CRP-12 participa de ação junto ao Ministério Público Federal e Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura para inspecionar comunidades terapêuticas

Comunidades terapêuticas nas cinco regiões do Brasil foram alvo de uma inspeção nacional realizada nesta semana pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – do Ministério Público Federal – e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

A ação conjunta é inédita e mobilizou cerca de 100 profissionais, em vistorias que aconteceram simultaneamente em mais de 30 comunidades terapêuticas nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

As equipes eram compostas por membros do Ministério Público Federal, peritos de prevenção e combate à tortura, psicólogos dos Conselhos Regionais de Psicologia e outros profissionais da saúde e do sistema de justiça – como os Conselhos de Medicina, de Serviço Social e de Enfermagem, além de Defensorias Públicas e da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados no Brasil.

Nos dois dias de inspeção, as equipes recolheram documentos, entrevistaram diretores, equipes técnicas e usuários. O objetivo foi identificar as condições de privação de liberdade e se o

atendimento respeita os marcos legais que tratam dos direitos a serem considerados na oferta de cuidado a essa população. Os resultados da inspeção que ocorreu no segundo semestre de 2017 está sendo juntados para compor um relatório nacional que será divulgado em 2018.

2.5.10. Audiência Pública debate sobre Pessoas em Situação de Rua

No dia 10 de outubro, o CRP-12 participou de Audiência Pública Sobre População em Situação de Rua: Direitos e Violações. A audiência proposta pela Defensoria Pública teve como objetivo debater as condições da população em situação de rua em SC, suas demandas, violações de direitos e políticas públicas voltadas a este grupo social vulnerável. A Psicóloga Nanci Cecilia de Oliveira Veras



participou da audiência representando o CRP-12. Para ela, além dos discursos, é necessário que se promova o investimento e a efetivação da política pública da Assistência Social como uma rede intersetorial capaz de garantir as cidadãs e os cidadãos seus direitos, tornando-os seres visíveis para o Estado e proporcionando a ocupação de espaços sociais, de saúde, educação, lazer, entre outros.

Entre as reivindicações da audiência pública, destaca-se a necessidade dos órgãos públicos cumprirem com o Decreto Nº 7.053/ 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Garantia de acesso à saúde gratuita, conforme previsto no Decreto, implantação do restaurante popular, implementação do CAPS III na Grande Florianópolis, e o empenho das Secretarias Municipal e Estadual para o funcionamento efetivo do Centro POP.

2.6. COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.6.1. Eixo Saúde

CRP 12 tem participado da discussão e construção do campo Saúde, por meio do Eixo Saúde da Comissão de Políticas Públicas. E em um resgate histórico do último ano pode ter como destaque algumas ações realizadas pelo CRP 12.

2.6.1.1. GT Interinstitucional sobre Saúde Suplementar

Conforme expresso na constituição, a saúde é direito de todos e dever do Estado. A partir desse reconhecimento expresso da saúde como um direito, o Estado brasileiro organizou o Sistema Único de Saúde – SUS, voltado a organizar as ações e serviços públicos de saúde no país. Ao mesmo tempo, a iniciativa privada também pode participar do setor da saúde, desde que em observância às normas jurídicas vigentes no país. Um dos campos mais abrangentes dessa participação é o da Saúde Suplementar, setor responsável pela organização de planos privados de saúde.

Considerando os questionamentos e demandas das(os) profissionais psicólogas(os) que atendem pessoas provenientes dos planos de saúde, constituímos no âmbito do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região, um Grupo de Trabalho Interinstitucional Sobre Saúde Suplementar (GTSS), conjuntamente com o Fórum das Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC) e Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina (SINPSI/SC).

O GT, juntamente com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) vem pesquisando e ouvindo os profissionais, representantes de Pessoas Jurídicas, usuários para mapear as principais demandas relacionadas ao trabalho da psicologia na Saúde Suplementar. Em 2015 foi realizado uma pesquisa com psicólogas (os) que atuam em Saúde Suplementar a fim de obter dados sobre a relação entre operadoras dos planos, profissionais da psicologia e beneficiário. Os resultados dessa pesquisa possibilitaram criar bases para realização dos grupos focais com os profissionais objetivando debater sobre a prática profissional e discutir sobre a atuação neste campo, bem como elucidar questões de ordem ética e técnica do exercício profissional.

Entre as questões relatadas pela categoria destacam-se as dificuldades quanto à exigência de constituição de uma Pessoa Jurídica para o estabelecimento de contrato; limite de profissionais conveniados junto à Operadora; da falta de autonomia em relação ao agendamento das consultas; limite de número de sessões liberadas; excesso de burocracias; dificuldade para lidar com as faltas das (os) beneficiárias (os); demora no tempo de retorno financeiro; e baixos valores pagos pelos procedimentos realizados. Os resultados da pesquisa foram apresentados durante o evento “Saúde Suplementar: Desafios para atuação das(os) Psicólogas(os)”, em setembro de 2015 e você pode acessar o evento na íntegra através do link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=_COQUI208pM.

Esta pesquisa também possibilitou a abertura do diálogo entre o GTSS e a Agência Nacional de Saúde – ANS. Em ofício a instituição reguladora dos planos, informamos os resultados da pesquisa e pedimos esclarecimentos sobre as demandas oriundas da categoria. Em resposta, a ANS orientou sobre as atribuições e as especificidades contratuais entre operadoras e prestadores dos serviços. Disponibilizamos o ofício na íntegra para conhecimento e realizamos abaixo os principais destaques apontados pela agência:

Contratos entre operadoras e prestadores:

As Operadoras devem atender a Resolução Normativa – RN nº 363, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as regras para celebração de contratos escritos firmados entre as operadoras de planos de assistência à saúde e os prestadores de serviços de atenção à saúde. De acordo com a RN nº 363, os contratos escritos devem conter cláusulas que determinem os valores dos serviços contratados, os critérios, a forma e a periodicidade do reajuste, bem como os prazos e procedimentos para faturamento e pagamento dos serviços prestados. A ANS, como órgão regulador, não estabelece preços e valores dos serviços e procedimentos, devendo estes serem negociados e estabelecidos de comum acordo entre as partes signatárias do contrato, contando, quando necessário, com a participação do Sindicato da categoria.

Ainda de acordo com a RN nº 363, é vedado qualquer tipo de exigência contratual que infrinja o Código de Ética ou que caracterize conflito com as disposições legais das profissões regulamentadas na área da saúde, a exemplo da psicologia.

A prestação de serviço sem formalização de contratos escritos ou contratos com ausência de cláusulas obrigatórias ou cláusulas com disposições contrárias à lei ou sua regulamentação, constituem infração à legislação de saúde suplementar vigente e, a ANS, no tocante aos contratos firmados entre operados e prestadores aplicará penalidades em caso de desconformidades, mediante fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas pela RN nº 363, disciplinadora desta relação contratual.

Rol de procedimentos em psicologia, cobertura mínima e diretrizes de utilização:

A Resolução Normativa – RN nº 387 de 2015, em vigor desde 02 de janeiro de 2016, atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura mínima obrigatória da atenção à saúde nos planos privados de assistência à saúde. Destaca-se que não procede a informação de que a atuação do psicólogo está restrita a 12 consultas/sessões anuais. O referido Rol prevê os seguintes procedimentos e diretrizes:

Consulta/Sessão com Psicólogo - Cobertura mínima obrigatória de 12 consultas/sessões, por ano de contrato, quando preenchido pelo menos um dos seguintes critérios:

Pacientes candidatos a cirurgia de esterilização feminina e que se enquadram nos critérios estabelecidos na Diretriz de Utilização do procedimento: Cirurgia de Esterilização Feminina (Laqueadura Tubária / Laqueadura Tubária Laparoscópica);

Pacientes candidatos a cirurgia de esterilização masculina e que se enquadram nos critérios estabelecidos na Diretriz de Utilização do procedimento: Cirurgia de Esterilização Masculina (Vasectomia);

Pacientes candidatos a gastroplastia e que se enquadram nos critérios estabelecidos na Diretriz de Utilização do procedimento: Gastroplastia (Cirurgia Bariátrica) por videolaparoscopia ou por via laparotômica;

Pacientes candidatos a cirurgia de implante coclear e que se enquadram nos critérios estabelecidos na Diretriz de Utilização do procedimento: Implante Coclear;

Pacientes ostomizados e estomizados e que se enquadram nos critérios estabelecidos no Protocolo de Utilização do procedimento: Fornecimento de Equipamentos Coletores e Adjuvantes para Colostomia, Ileostomia e Urostomia, Sonda Vesical de Demora e Coletor de Urina.

Consulta/Sessão com Psicólogo e/ou Terapeuta Ocupacional - Cobertura mínima obrigatória de 40 consultas/sessões, por ano de contrato, quando preenchido pelo menos um dos seguintes critérios:

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes (CID F20 a F29);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos globais do desenvolvimento (CID F84);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos da alimentação (CID F50);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos do humor (CID F31, F33).

Sessão de Psicoterapia - Cobertura mínima obrigatória de 18 sessões, por ano de contrato, quando preenchido pelo menos um dos seguintes critérios:

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o "stress" e transtornos somatoformes (CID F40 a F48);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos (CID F51 a F59);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos do comportamento e emocionais da infância e adolescência (CID F90 a F98);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos do desenvolvimento psicológico (CID F80, F81, F83, F88, F89);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos do humor (CID F30 a F39);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas (CID F10 a F19);

Pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos específicos de personalidade. (CID F60 a F69).

É importante ter clareza de que o Rol estabelece a cobertura mínima que as operadoras deverão ofertar, ou seja, não estabelece que sejam cobertos até o número definido de consultas/sessões, mas que sejam cobertos, no mínimo, o número estabelecido. Neste sentido, não há qualquer impedimento para que as operadoras, juntamente com seus prestadores credenciados e considerando as necessidades específicas dos beneficiários estabeleçam cobertura maior do que a definida por lei.

De acordo com a ANS, as diretrizes de utilização no Rol leva em consideração estudos com evidências científicas atuais de segurança, de eficácia, de efetividade, de acurácia e de custo-efetividade das intervenções. Em regra, indicam as características e as condições de saúde, nas quais os ganhos e os resultados clínicos são mais relevantes para os pacientes, segundo a melhor literatura científica e os conceitos de avaliação de tecnologias em saúde. A ANS, para definição das diretrizes, considerou os principais guidelines internacionais que se utilizam da Medicina Baseada em Evidências.

Necessidade de encaminhamento pelo profissional da medicina:

Para fins de cobertura pelas operadoras, o Art. 5º § 1º da RN nº 387/2015 estabelece que os procedimentos listados nesta Resolução Normativa e nos seus Anexos serão de cobertura obrigatória quando solicitados pelo médico assistente, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei nº 9.656, de 1998, com exceção dos procedimentos odontológicos e dos vinculados aos de natureza odontológica. Portanto, a operadora pode exigir o encaminhamento médico, pois o mesmo tem previsão legal. Tal situação somente será passível de alteração através da Lei pelo poder Legislativo (Congresso Nacional).

Pagamento das faltas às consultas agendadas:



SEDE – Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros,
Florianópolis, CEP 88080-300 – (48) 3244-4826 –
crp12@crpsc.org.br|

SUBSEDE SUL – Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed.
João Benedet, Centro, Criciúma, CEP 88801-010 – (48)
2102-7091 – sul@crpsc.org.br|

SUBSEDE NORTE – Rua Blumenau, 64, Sala 1306, Ed.
Adville Business, America, Joinville, CEP 89204-248 –
(47) 3202-7421 – norte@crpsc.org.br|

SUBSEDE OESTE – Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Ed.
Lázio, Centro, Chapecó, CEP 89802-130 – (49) 3304-
0388 – oeste@crpsc.org.br|

Tal situação não é permitida, haja visto que o inciso IV do Art. 2º da CONSU nº 08/1998, veda o estabelecimento de mecanismos de regulação diferenciados, por usuário, faixas etárias, graus de parentesco ou outras estratificações dentro de um mesmo plano. Ademais. O inciso VII do mesmo Art. 2º, também veda o estabelecimento de coparticipação ou franquias que caracterize financiamento integral do procedimento por parte do usuário, ou fator restritor severo ao acesso aos serviços.

Além dessas ações, outras iniciativas foram protagonizadas pelo GTSS, a exemplo da campanha para atualização e ampliação do Rol Procedimentos para garantir acesso dos beneficiários a tratamentos e acompanhamentos que hoje não são previstos, como: psicoterapias (casal, grupo, infanto-juvenil, familiar; acompanhamento terapêutico; atendimento domiciliar; atendimento hospitalar; avaliação clínica psicológica; avaliação neuropsicológica; avaliação psicopedagógica; avaliação psicológica para cirurgia bariátrica, para adoção, para esterilização masculina e feminina, avaliação psicométrica, entre outras. Também realizamos ampla divulgação do fator de qualidade (FQ) da ANS. O FQ é o modelo de remuneração de serviços utilizado para reajustar contratos entre operadoras e prestadores, quando há previsão de livre negociação entre as partes e quando não há acordo nos primeiros 90 dias do ano.

Em 2017, em conjunto com o CREPOP um levantamento com as operadoras dos planos de saúde sobre o rol de procedimentos praticados em psicologia, valores e as demandas solicitadas e não oferecidas pelos planos. O levantamento consistiu em pesquisa online e pesquisa presencial junto a administradora dos planos. Todas estas informações estão sendo sistematizadas para produção de um caderno temático em saúde suplementar para ser disponibilizado para às(os) psicólogas(os).

Compreendemos que os serviços psicológicos mostram-se essenciais para que se ofereça um cuidado integral a saúde do usuário, notadamente em linhas de cuidado voltadas à saúde mental ou à redução de fatores de risco à saúde, ou ainda a uma melhor compreensão da subjetividade que incentive ações de cuidado do indivíduo com a própria saúde. Partindo deste pressuposto, o GT Interinstitucional sobre Saúde Suplementar mantém-se à disposição para quaisquer dúvidas relacionadas a atuação da psicologia neste campo.

2.6.1.2.O movimento Recovery: reinserção social baseada em relatos e experiências dos próprios usuários

O CRP-12 e Curso de Psicologia da Faculdade CESUSC realizaram o I Colóquio Internacional de Recovery e Cidadania, promovido no dia 18, das 8h às 18h. Entre profissionais psicólogas(os), estudantes de psicologia e outras áreas interessadas, o evento reuniu cerca de cem pessoas e contou com convidados nacionais e internacionais. A atividade contou com o apoio do Instituto Arco Iris e Pameijer.

O movimento internacional Recovery é uma forma de abordagem no campo da saúde mental. O Recovery está baseado na desinstitucionalização, trazendo a possibilidade de reinserção social dos indivíduos com transtornos mentais. O objetivo principal da técnica é fazer com que estas pessoas possam ter uma vida digna, com seus direitos reconhecidos enquanto cidadãos e longe dos “arcaicos” hospitais psiquiátricos. O mais importante deste movimento é que o usuário conta não apenas com o apoio da equipe de profissionais psicólogas(os) e psiquiatras, mas especialmente com seus pares, ou seja, aqueles que já passaram por experiências semelhantes e contribuem de forma singular para a recuperação do grupo como um todo.

Em Santa Catarina o grupo de estudos do Recovery está promovendo o WRAP desde 2016, a partir do apoio da Pameijer e também da organização Copeland Center dos Estados Unidos, que atualmente administra a inserção do WRAP no mundo inteiro. A terceira turma desse projeto piloto está acontecendo até junho de 2017 - com a parceria entre o CESUSC e o Instituto Arco Iris - e já estão sendo planejadas ações para formação do próximo grupo de 2017, em Florianópolis.

2.6.1.3.Audiência Pública sobre a luta antimanicomial e a necessidade de uma reforma psiquiátrica

Em 2017 o Brasil alcança 30 anos de luta por uma sociedade livre de manicômios. Este movimento foi – e ainda é – protagonizado por familiares, usuários, profissionais e militantes da saúde mental. O ápice da luta se deu com a promulgação da Lei nº 10.216 de 2001, que trata sobre a proteção e o direito da pessoa portadora de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. A lei impulsiona a luta pela reforma psiquiátrica no Brasil e tem como princípio a

construção de uma rede substitutiva à hospitalização como sendo o principal recurso de atenção ao sofrimento psíquico severo e persistente; além de atribuir ao Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento e pela efetivação das políticas e ações de tratamento. Frente ao exposto, a Comissão de Legislação



Participativa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em conjunto com a Frente Parlamentar Catarinense pela Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial e o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) realizaram hoje, 29 de maio, no Plenarinho da Alesc, Audiência Pública “Luta Antimanicomial: A Reforma Psiquiátrica ainda é necessária!”. Iniciativa do deputado Cezar Valduga, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa, a audiência contou com a presença de representantes de entidades, movimentos sociais, gestores públicos, psicólogos(os), profissionais da área da saúde, estudantes e usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Como encaminhamentos desta audiência podem ser citados: o fortalecimento das parcerias com universidades, movimentos sociais e parlamentares junto à Frente Pela Reforma Psiquiátrica e, principalmente, a produção de um Relatório a partir desta audiência. Este documento será propositivo à abertura imediata do CAPs 3 em Florianópolis; à exigência de que o Conselho Estadual de Saúde (CES) tome providências cabíveis no que se refere ao processo de desinstitucionalização do atendimento psiquiátrico em Santa Catarina; à destinação de recursos à RAPS; à fiscalização, via Frente Parlamentar Catarinense pela Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial e Defensoria Pública, quanto ao fechamento das instituições psiquiátricas; à articulação da V Conferência Estadual de Saúde Mental. O relatório será publicizado nas mídias do CRP-12 em um link que possibilitará a alimentação com assuntos relacionados ao tema.

2.6.1.4.3º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental

Entre os dias 27 a 30 de junho a equipe técnica e parte das(os) atuais conselheiras(os) do CRP-12 participaram do 3º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis.



Tendo como tema “Democracia, saúde mental e violações de direitos: consequências humanas”, a atividade, organizada pela Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME foi qualificadora para a equipe, com o intuito de contribuir, em especial, nas atribuições de orientação à categoria posteriormente.

A conferência principal contou com a Presidenta do CRP-12, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, na Mesa de Abertura, além de outras entidades unidas pelo interesse de lutar contra a intolerância e as injustiças de uma sociedade desigual e preconceituosa. O objetivo central do evento foi problematizar as violações de direitos humanos e a política de saúde mental que acontece nos diversos cenários do Brasil. Com esta reflexão a conferencista Márcia Tiburi iniciou sua fala destacando que o diálogo não é uma coisa que acontece por conta de uma conversação, ele acontece única e exclusivamente quando conseguimos “escutar”. Assim, a prática ética da escuta deve ser levada adiante, em especial, nestes tempos difíceis que estamos vivendo no País.

2.6.1.4.1. Roda de Conversa com Psicólogas(os) e CRP-12

De 27 a 30/06, a equipe técnica do CRP-12 também participando do 3º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental que ocorrerá no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, em Florianópolis. Além de ser uma importante atividade de qualificação para a equipe, no dia 29/06, quinta-feira, das 15h15 às 17h30, haverá uma Roda de Conversa na qual as técnicas estarão contribuindo, em conjunto com os demais representantes do CRP-12, participantes do evento. Convidamos a todas(os) as(os) psicólogas(os) para participarem do evento e, em especial, desta atividade.

Também estiveram presentes como representantes do CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues; Alexandre Aleixo; Marcos Henrique Antunes; Ematuir Teles de Sousa; e Pâmela Silva dos Santos, promoveram, em parceria com a ABRASME, uma Roda de Conversa. As pautas versaram sobre “A psicologia no campo de atuação na rede de atenção psicossocial”, além de serem tratados assuntos como o foco da Comissão de Orientação e Fiscalização na gestão atual deste Conselho, a qual prevê um olhar mais para a orientação do que para a fiscalização em si, e a ideia de manter um diálogo mais próximo com a categoria.

Segundo a equipe técnica do CRP-12, pensar em como manter a qualidade técnica do trabalho diante do desmonte que está acontecendo no Brasil, entre eles a ausência de CAPs, CAPSi, CAPS3 ou da implementação da rede de saúde mental em seu conjunto são grandes desafios neste momento. A rearticulação dos Fóruns Estaduais com a participação mais efetiva dos trabalhadores e dos usuários é relevante para se pensar em estratégias de enfrentamento aos retrocessos.

O CRP-12 vem lançando ofícios e notas técnicas com a finalidade de esclarecer a importância das políticas públicas para a categoria e a sociedade em geral. Então qual seria o papel da(o) psicóloga(o) frente às políticas públicas? Em princípio, pensar em uma formação política que dialogue com os usuários e apresente a eles seus direitos.

2.6.1.4.2. *Exibição do Documentário “Redução é a Chibata: uma reflexão sobre a redução da maioria penal no Brasil”*

No último dia do evento, o CRP-12 organizou a exibição do documentário “Redução é a Chibata”, produzido pela Boa Nova Filmes, com direção de Luiz F. F. Machado. O filme faz uma crítica à redução da maioria penal no Brasil, esclarecendo alguns pontos a respeito do que está nas entrelinhas desse projeto de criminalização da juventude, das diferenças e da desigualdade social. A redução da idade penal para 16 anos é um projeto que está em pauta no Congresso Nacional e na sociedade brasileira.

Após a apresentação do vídeo, os participantes puderam dialogar sobre “por que reduzir a maioria penal não é a solução”. A atividade contou a presença da técnica do CREPOP Apoliana Regina Groff; e das(os) Conselheiras(os) do CRP-12 Pâmela Silva dos Santos, Alexandre Aleixo, e do diretor do filme, Luiz Machado. O debate é amplo e a ideia do CRP-12 é disseminá-lo em diversas

oportunidades, como já tem realizado, justamente para fazer com que sejam realizadas reflexões acerca do tema.

2.6.1.5. Suicídio na adolescência e juventude é debatido em Mesa Redonda realizada pelo CRP-

12

O CRP-12, atento à demanda da temática acerca do suicídio e à multiplicidade de fatores que a envolvem, realizou no dia 17 de julho, no Auditório do Conselho Regional de Contabilidade a Mesa Redonda "Suicídio e violências nas adolescências e juventudes". A atividade contou com a participação presencial de aproximadamente 80 pessoas; e mais de 650 acompanharam a transmissão on-



line. O sucesso do evento demonstra a relevância do tema junto à categoria.

Anita Bacellar, Ana Paula Araújo de Freitas e Nasser Haidar Barbosa debateram acerca do tema contemplando diferentes perspectivas, com o intuito de melhor instrumentalizar a atuação profissional frente às demandas que envolvem o suicídio e as violências contra adolescentes e jovens.

2.6.1.6. Audiência Pública debate sobre os impactos da depressão e cobra investimento em políticas públicas para seu enfrentamento

Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) realizou audiência pública para debater sobre as causas e consequências da depressão e estratégias para seu enfrentamento. Atualmente, esta causa tem atingido milhões de pessoas, em especial na região sul brasileira. De acordo com a psicóloga e conferencista Anita Bacellar, "os estados da região sul têm os maiores índices registrados de adoecimento por depressão. Acrescenta ainda que nosso Estado detêm a segunda maior incidência".

Marcelo Fialho, médico psiquiatra que atua na rede municipal de Florianópolis, cobrou mais recursos para as políticas públicas. Ressaltou os impactos que o desinvestimento nas políticas públicas, a exemplo da PEC 55, aprovada pelo Congresso Nacional que congela por 20 anos investimentos na saúde pública acima da inflação. A população continuará a aumentar, assim como os índices de pessoas que adoecem. Reduzir os investimentos trará uma série de complicações para as pessoas que necessitam de tratamento.

O CRP-12 participou da audiência e questionou sobre a importância de pensar o fenômeno da depressão articulado as estruturas sociais e históricas que se articulam nestes sujeitos que sofrem. Não trata-se de negar a singularidade do sujeito que sofre, mas sim, colocar ênfase nos processos históricos que produzem sofrimento e desigualdade social e que se acentuam em determinados períodos históricos. É necessário destacar que vivemos num sistema capitalista global, numa ideologia do consumo que nos manipula para corresponder aos padrões preconizados pela sociedade como ideais.

Também foi problematizado se é possível falar sobre depressão sem falar sobre a patologização da vida? Por patologização da vida compreende-se a apropriação das ciências biológicas das condutas desviantes a uma norma hegemônica, tornando-as doenças que precisam ser tratadas e curadas. Logo, a crença de que comportamentos e sentimentos têm causas e origens físicas se proliferam. Valores sociais, culturais, políticos, passam a ser legitimados através do debate científico, principalmente biomédico, reduzindo a complexidade do vir a ser humano num mero corpo biológico, destituído de atividade humana.

Visando problematizar essa questão, a Comissão de Saúde e o GT Clínicas do CRP-12 provoca a pensar esse fenômeno para além de um diagnóstico que reflete apenas questões de ordem orgânica/física, mas sim que dizem respeito as relações constituídas no cenário cultural e social. Neste cenário, duas questões são centrais no bojo dessa reflexão: A primeira diz respeito a quem interessa patologizar o sofrimento psíquico? Será que são estas pessoas consumidoras em potencial de medicamentos, expandindo o escopo de usuários da indústria do adoecimento e da indústria farmacêutica? A segunda questão é como enfrentamos esses processos que transformam maneiras de ser em doenças? Como promover práticas que caminham na contracorrente da patologização da vida e da disciplinarização dos corpos, discutindo no território ações possíveis frente aos conflitos e tencionamentos produzidos nesse mesmo espaço geográfico?

2.6.1.7. Encontro de Saúde Mental e Resistência Antimanicomial

O Encontro de Saúde Mental e Resistência Antimanicomial foi uma ação desenvolvida pelo Coletivo de Produção Integrada de Resistência Antimanicomial (PIRA),



com apoio do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. A atividade ocorreu entre os dias 08 a 10 de novembro, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. O evento foi considerado uma atividade preparatória para o Encontro de Bauru, alusivo aos 30 anos da luta antimanicomial. Os debates, tiveram a participação de diversas lideranças do movimento social, profissionais da área, estudantes, professores e pesquisadores do campo da atenção psicossocial. Teve ainda a presença do ex-deputado Paulo Delgado, autor da lei da reforma psiquiátrica (10.216).

Durante o evento, o Eixo saúde do CRP-12 debateu sobre os fazeres da Psicologia na saúde. Buscou criar um diálogo entre a sociedade, profissionais da área da saúde e, principalmente, psicólogas(os). A presidenta do CRP-SC, Jaira Rodrigues, reforçou que o momento pede união e resistência da categoria, principalmente daqueles que estão à frente das políticas públicas do Brasil. “Vivemos um momento em que é importante se posicionar em luta para que conquistas históricas não cheguem ao retrocesso”, declarou.

A doutora em Psicologia e professora universitária, Ana Lopes, contextualizou a história da saúde no Brasil, principalmente as constantes lutas da saúde mental. “Antigamente era muito difícil ter acesso ao direito da saúde, e hoje, eles estão tentando nos tirar isso. A perspectiva é que o parto manicomial



volte a se instalar no Brasil. A atenção básica em saúde tem sofrido ataques graves, e isto não é apenas um desmonte no SUS ou saúde pública, mas também na saúde suplementar”, advertiu. O usuário e professor de educação física, Valdevino Nascimento, também participou do debate e reforçou a importância da militância neste momento. As pessoas precisam entender que quanto mais perto da cidadania estamos, ficamos mais longe da loucura. Temos que nos reunir, nos organizar e conhecer a política, porque lá existem pessoas eleitas por muitos, mas representando poucos”, observou.

Profissionais de outras áreas da saúde, como enfermagem e farmácia, e de outros estados, como Rio Grande do Sul, estiveram presentes e contribuíram para o debate trazendo suas realidades locais. No CRP-SC, temos o Eixo Saúde, que discute a saúde como um todo, principalmente ‘qual o lugar da saúde mental na atenção integral básica’. É de extrema relevância este diálogo com outros serviços e demais profissionais da saúde, até para conseguirmos chegar a uma visão do lugar do usuário e pensarmos estratégias de luta pelo que se construiu até hoje. Não vemos a Psicologia como centro deste processo, mas sim como parte.

2.6.1.8. Delegação catarinense participa do Encontro de Bauru: 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios

Mais de 1,8 mil pessoas - entre usuários da saúde mental, profissionais, professoras(es) e estudantes - participaram do “Encontro de Bauru: 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios”. A delegação catarinense contou com uma caravana diversificada de representantes de associações de usuários, instituições e militantes da saúde mental. A conselheira Jaira Rodrigues, presidenta do CRP-12, participou da caravana e avalia que o encontro foi muito potente para articulação de uma rede de resistência aos ataques que a saúde mental vem sofrendo. Para ela, o movimento por uma saúde pública de qualidade teve muitas contribuições da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, e este movimento continua vivo pensando e lutando por uma sociedade com mais condições para todas e todos.



O encontro faz alusão à data de 18 de maio de 1987, na qual trabalhadores da saúde mental, reunidos em Bauru, escreveram o manifesto que marca o início da luta antimanicomial no Brasil e representa um marco no combate ao estigma e à exclusão de pessoas em sofrimento psíquico grave. Com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”, o congresso discutiu as formas de cuidado com os que apresentam sofrimento mental grave e representou um marco histórico do Movimento da Luta Antimanicomial, inaugurando nova trajetória da Reforma Psiquiátrica brasileira. Este encontro reuniu novamente todos os movimentos da luta antimanicomial por uma nova sociedade, em um novo Brasil, para os próximos 30 anos.

A abertura contou com representantes da Articulação Nacional do Encontro de Bauru e de movimentos da luta antimanicomial, como o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA) e a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila). Os representantes da articulação nacional do encontro fizeram um histórico e mostraram os desafios da luta antimanicomial. Para eles, não basta racionalizar os serviços, é preciso discutir como combater a opressão e a discriminação nas instituições e como lutar pelos direitos de cidadania e por melhores condições de vida dos doentes mentais. Destacaram, ainda, que é necessário inventar novos diálogos e uma nova política pública de saúde mental.

Após a abertura do primeiro dia do Encontro de Bauru, a programação prosseguiu à tarde com 14 rodas de conversa para debater sobre a conjuntura e traçar estratégias de resistências aos desmontes da política pública de saúde, em especial, da saúde mental. Foram realizadas diversas atividades culturais, além da apresentação da Escola de Samba Viradouro, que terá a loucura como

tema do samba enredo de 2018. O dia foi encerrado com uma marcha até a Praça Rui Barbosa e um ato público.

O segundo dia do evento deu continuidade às rodas de conversa e, no período da tarde, foi realizada a plenária final para a apresentação das propostas e redação da Carta de Bauru/2017. A programação do evento foi marcada por atividades culturais e homenagens póstumas a militantes da luta antimanicomial que ajudaram a redigir a Carta de Bauru, há 30 anos.

2.6.2 Núcleo Estadual de Psicologia na Assistência Social – NEPAS

Instituído no IX Plenário, o Núcleo Estadual De Psicologia Na Assistência Social – Nepas tem por objetivo promover ações voltadas para a psicologia na assistência social, no estado de Santa Catarina. Entre as ações desenvolvidas, seguem os destaques abaixo:

2.6.2.1. CRP-12 e FECAM reafirmam termo de cooperação

Em reunião realizada no último dia 01 de fevereiro, CRP-12 e a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM) reafirmam termo de cooperação, para promoção de atividades direcionadas às(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas de Assistência Social, Saúde e Educação em nosso estado. A conselheira Thaís Wachholz, coordenadora do Eixo de Assistência Social, salientou a importância de ações conjuntas para fins de orientação e acolhimento das demandas da categoria.



2.6.2.2. Conselheiras(os) do CRP-12 participam do XV Congresso Catarinense de Municípios, em Joinville

No dia 16 de março o CRP-12 se fez presente no XV Congresso Catarinense de Municípios e na 2ª Oficina Estadual para Novos Gestores Municipais, com a participação das(os) Conselheiras(os) Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Marcos Henrique Antunes, Thais Wachholz e Joseane de Oliveira Luz. Promovido pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM e pelas Associações Regionais de Municípios, o Congresso é um espaço para os gestores públicos discutirem conjuntamente os caminhos que levem à excelência na Gestão Pública.



Paralelamente ao Congresso ocorreu a 2ª

Oficina Estadual para Novos Gestores Municipais, com o objetivo de oportunizar conhecimento para a qualificação das atribuições designadas aos gestores públicos. Foram 11 oficinas em diferentes políticas públicas: nas áreas de administração e finanças; educação; contratos, licitações e obras públicas; contabilidade pública e controle interno; consórcios públicos; gestão de convênios; habitação; assistência social; agricultura; saúde; saúde; turismo e cultura; e defesa civil e meio ambiente.

2.6.2.3. CRP-12 compõe Fórum das(os) Trabalhadoras(es) do SUAS

Compondo a Comissão de Políticas Públicas do CRP-12, a assistência social possui um histórico de atuação em espaços de representação, e controle social. Entre esses espaços, temos participado ativamente do Fórum Nacional e o Fórum Estadual das(os) Trabalhadoras(es) do SUAS (FETSUAS e FNTSUAS).

Participar e contribuir com estes importantes espaços de representação



propicia fomentar a articular o coletivo dos/as trabalhadores/as nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle gestão estadual e nacional do SUAS na defesa dos direitos fundamentais e sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 e na luta pela efetivação dos princípios democráticos.

2.6.2.4. Reuniões Executiva e Nacional e Seminário do FNTSUAS em Fortaleza

O CRP-12, Representante Titular do FETSUAS/SC na Coordenação Executiva e Nacional do FNTSUAS. Representou o Estado na luta das(os) trabalhadoras(es) do SUAS presente nas **Reuniões Executiva e Nacional** e no **V Seminário do Fórum Nacional de Trabalhadoras(es) do Sistema Único de Assistência Social**, nos dias 01, 02 e 03 de junho.



O V Seminário do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, com o tema **“Nenhum direito a menos: impactos do desmonte da seguridade social e a construção coletiva da resistência”** ocorreu nos dias 1 e 2 de junho, na Universidade Estadual do Ceará - Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Campus do Itaperi, Fortaleza - CE.

A pauta da Reunião Executiva abordou sobre a organização do Seminário, a Reunião da Coordenação Nacional e a aprovação da memória da última reunião. Já a pauta da reunião da Coordenação Nacional, no dia 03 de junho, tratou sobre a avaliação do seminário, além da organização e mobilização dos Fóruns Estaduais dos Trabalhadores (FETs) e Fóruns Municipais dos Trabalhadores (FMTs), dentre outros assuntos.

2.6.2.5. Reunião Descentralizada da Coordenação Nacional do FNTSUAS

Em novembro, O Conselheiro do IX plenário do CRP-SC e representante do FETSUAS/SC na Coordenação Executiva e Nacional do FNTSUAS, Paulo Roberto Wovst Leite,

acompanhado da Colaboradora Nanci Cecília Veras, do NEPAS CRP-SC, e Conselheira do CEAS, estiveram presentes nos debates da Análise de Conjuntura e Seus Impactos no SUAS na reunião descentralizada da coordenação nacional do FNTSUAS. Na reunião foi apresentado o panorama dos FETSUAS na resistência pela defesa da política de Assistência Social, nos trabalhos de comissões internas. Foram produzidos materiais e direcionados alguns encaminhamentos aos FETs estaduais na Comissão de Mobilização e Articulação. Os trabalhos aconteceram na cidade de São Paulo nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2017.

2.6.2.6. Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS de Santa Catarina – FETSUAS/SC

O CRP-12 compõe juntamente com demais instituições da política de assistência social o Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS de Santa Catarina – FETSUAS/SC. Bimestralmente, acontecem as plenárias ordinárias descentralizadas do Fórum. Durante 2017, a pauta principal da reunião foi a apreciação e o debate a respeito dos Eixos da XI Conferência de Assistência Social, que ocorreu em três etapas, a iniciar-se em junho na esfera municipal, outubro na esfera estadual e a nível nacional de 5 a 8 de dezembro de 2017, em Brasília.



Cada município presente na reunião expõe sua realidade quanto à estrutura, equipamentos e número de pessoas trabalhando atualmente no SUAS. É possível notar que os problemas são muito parecidos, pois falta estrutura e principalmente, profissionais para atenderem a crescente demanda da



população. Entretanto, é importante destacar que as realidades precisam ser avaliadas de acordo com cada região, pois apesar de as avaliações serem um tanto parecidas, cada uma tem suas especificidades.

Quanto aos Fóruns, os representantes tem por objetivo aumentar o número de participantes, mas que a tarefa não é fácil, pois, muitas vezes, os próprios gestores dificultam a participação dos trabalhadores. Outro ponto destacado foi o fato de que, em muitos locais, existem equipamentos e estruturas disponíveis, mas não há mão de obra nem uma preocupação na concepção dos serviços.

2.6.2.7.IV Encontro do FORTSUAS em Porto Alegre

O Conselho Regional de Santa Catarina (CRP-12) participou do IV Encontro do FORTSUAS/SUL realizado no dia 23 de setembro no Auditório do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/07), em Porto Alegre, que reuniu o núcleo de Articulação dos FETs Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, criado na IV Plenária Nacional do FNTSUAS de 2016. Na ocasião, o conselheiro e membro do Núcleo Estadual de Assistência Social do CRP-12, e titular na representação da executiva do FETSUAS/SC, Paulo Roberto Wovst Leite, esteve presente no debate que versou sobre o enfrentamento ao desmonte da Assistência Social. Segundo Paulo Roberto, a troca de experiências possibilitou aos presentes, além da visibilidade das realidades locais, conhecer as estratégias que vêm sendo adotadas pelos fóruns estaduais e criar pauta comum.

2.6.2.8. Representantes do CRP-SC participam da XI Conferência Estadual de Assistência Social

Representantes do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) participaram da XI Conferência Estadual de Assistência Social, realizada em Florianópolis, com o tema "Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS". O evento realizado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



(SST) por meio do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), aconteceu nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2017 no Oceania Park Hotel.

Dentre os 750 participantes presentes estavam a conselheira Joseane de Oliveira Luz e os colaboradores do Núcleo Estadual de Psicologia na Assistência Social (Nepas), Paloma Borba Eduardo Antunes e Nanci Veras, que participaram ativamente da programação e também da eleição dos delegados para a Conferência Nacional.



O evento, que teve a duração de dois dias, tem o propósito de avaliar a política no estado de Santa Catarina e definir prioridades, reconhecendo a responsabilidade de cada ente federado para a XI Conferência Nacional de Assistência Social, que será realizada de 05 a 08 de dezembro em Brasília.

2.6.2.9. Núcleo de Assistência Social do CRP-SC participa da XI Conferência Nacional

Conselheiras(os) e colaboradoras(es) do Núcleo de Política da Assistência Social do CRP-12 (NEPAS) estiveram presentes na XI Conferência Nacional de Assistência Social, que aconteceu em Brasília de 05 a 08 de dezembro de 2017. Paralelamente à Conferência aconteceu o Encontro da Frente em Defesa do SUAS e da Seguridade Social que debateu importantes temas relacionados à Psicologia.



A representante do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina no Conselho Estadual de Assistência Social de Assistência Social (CEAS), Nanci Veras; o emissário catarinense do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS (FETSUAS), Paulo Roberto W. Leite; e Eduardo Antunes - que foi eleito delegado na Conferência Estadual como representante dos trabalhadores - estiveram na conferência. Paloma Borba e Joseane Luz, também participaram, representando os municípios de Rio do Sul e Lages, respectivamente.

2.6.2.10. Audiência Pública Debate Importância do Orçamento da Assistência Social

A importância dos recursos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi tema de uma audiência pública na manhã desta terça-feira (28) na Assembleia Legislativa. Com intensa participação de trabalhadores, gestores, movimentos sociais e militantes em defesa do SUAS.



Entre os assuntos mais debatidos, a proposta do Governo Federal que resulta no corte orçamentário, a nível nacional, de 98% para o SUAS em 2018. Esta redução orçamentária irá impactar diretamente no fechamento de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS e CREAS),

serviços estes que atendem famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, bem como em todos os Serviços, Programas e Projetos da Política de Assistência Social.

Isto se agrava ainda mais, pois a Assistência Social não tem um orçamento fixo para prestar melhor atendimento à população, o que faz com que mesmo sendo um direito assegurado e uma Política de Estado, o orçamento fique à mercê dos interesses do governo. Para mudar este cenário, o Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (FEPAS), em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa do Suas, confeccionaram um abaixo assinado solicitando o mínimo de 1% da receita líquida do estado para o SUAS. De acordo com o documento, tal vinculação orçamentária é uma demanda da sociedade civil e dos profissionais gestores da área, tendo como objetivo a consolidação de políticas públicas e planejamento para melhores resultados. Importante ressaltar que existem iniciativas que vão no mesmo sentido em nível nacional.

O CRP-12, por meio do Núcleo Estadual de Assistência Social (NEPAS), participou da Audiência Pública ocupando suas representações no FEPAS e no Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS (FETSUAS/SC), promovendo o debate sobre o panorama e o desmantelamento do SUAS a partir das políticas do atual governo. Para os membros do NEPAS, a precarização dos serviços afetará diretamente as pessoas mais vulneráveis socialmente, indo na contramão dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal. Frente a isso, se faz de fundamental importância fomentar coletivos de resistência em defesa da Política Pública de Assistência Social, sendo esta posição referendada pelo Plenário do CRP-12.

2.6.2.11. Reunião Ampliada Itinerante - A psicologia no SUAS

Em maio de 2017, o IX Plenário do CRP 12, considerando a necessidade de ampliar as ações no campo da Assistência Social instituiu o Núcleo Estadual de Psicologia na Assistência Social – NEPAS. Com o caráter de Comissão Especial é responsável pela articulação política entre a Psicologia e a atuação no campo da Assistência Social, através do Conselho Regional de Psicologia, no âmbito de Santa Catarina.

Entre as ações planejadas para este ano, destaca-se a organização das reuniões ampliadas com a categoria e outras instituições para articulação e desenvolvimento da atuação da Psicologia na



Assistência Social. Esta ação tem por objetivos: Estabelecer um diálogo continuado com a categoria em diferentes regiões do Estado, promovendo a aproximação com o Núcleo de Política da Assistência Social do CRP-12; Levantar demandas para

futuras ações do NEPAS, trazendo sugestões de medidas e ações a serem tomadas no campo da Assistência Social em favor da Psicologia e de seus profissionais; Possibilitar uma escuta profissional e conhecer as diferentes práticas desenvolvidas pelas (os) psicólogas (os) na área da Assistência Social; Potencializar o reconhecimento social da Psicologia no âmbito das políticas públicas de assistência social e servir de fomentador da garantia dos direitos à proteção social.

Ao todo, foram realizadas 10 reuniões ampliadas no segundo semestre de 2017, em todas as regiões do Estado, as quais mobilizaram mais de 300 psicólogas/os participantes:

CIDADE	DATA	HORA	LOCAL
Grande Florianópolis	16/08/17	14h -17 h	SEDE
Criciúma	17/08/17	14h -17 h	Subsede Sul do CRP-12
Rio do Sul	30/08/17	14h -17 h	AMAVI
Blumenau	31/08/17	14h -17 h	AMMVI
São Miguel do Oeste	20/09/17	14h -17 h	AMEOSC
Chapecó	21/09/17	14h -17 h	Subsede Oeste
Joinville	10/10/17	14h -17 h	Subsede Norte
Itajaí	11/10/17	14h -17 h	AMFRI
Lages	22/11/17	14h -17 h	AMURES
Videira	23/11/17	14h -17 h	AMARP

Entre os diversos temas abordados, os participantes das reuniões trouxeram para a discussão assuntos como a carga horária de 30 horas para os profissionais de psicologia e o piso salarial. Citaram ainda a falta de referências e materiais com foco nas práticas de atuação da(o) Psicóloga(o) na Assistência



Social, assim como o desmonte das políticas públicas que estão ocorrendo no país. A falta de alinhamento nos sistemas utilizados no SUAS, o transborde da justiça e a falta de direcionamento filosófico e político dos profissionais acerca do SUAS, também foram debatidas. Outras questões sobre o sigilo no trabalho em rede, a diferença entre o trabalho da(o) Psicóloga(o) e da(o) Assistente Social também foram pontuadas. Os assuntos abordados serão debatidos no âmbito do NEPAS e servirá de subsídio para as ações do CRP-12 junto aos trabalhadores que atuam nesta política.

2.6.3. Educação

O Eixo Educação da Comissão de Políticas Públicas (CPP) do CRP-12 tem como objetivo construir espaços coletivos de discussões entre psicólogos (os) e outros profissionais que atuam na educação, consolidando um lugar de referência técnica, científica e metodológica na atenção e compreensão crítica da Psicologia Escolar e Educacional no diálogo com a escola.

A comissão de políticas públicas, eixo educação, compreende a relevância dessa discussão, na medida em que se observa a inserção da psicologia em diversas formas no cenário educacional como, por exemplo, em disciplinas específicas, em temas trabalhados em disciplinas atravessadas pela discussão do processo de constituição do sujeito, aprendizagem e desenvolvimento, relações entre professores e estudantes, funcionamentos escolares, dificuldades no processo de escolarização, entre outros.

Nessa direção, conforme acena o documento produzido no ano da Psicologia na Educação de 2008, há uma necessidade premente de enfatizar a importância da Psicologia – enquanto ciência e profissão – e sua contribuição no que se refere a consolidação da luta pelo direito a uma educação pública, de qualidade e socialmente referendada para todos e todas, ancorada nos princípios dos

direitos humanos, no respeito a diversidade e com compromisso social e político. Entende-se que a atuação das (os) psicólogas (os) nesses espaços poderá contribuir para que a escola seja, efetivamente, um espaço democrático de produção e acesso ao saber, sobretudo, a população que tem reiteradamente, aviltada o direito de permanecer e continuar os estudos em contextos formais de ensino.

2.6.3.1.III Encontro Catarinense de Ensino e Psicologia: Formação e Democracia: Críticas, Desafios e Possibilidades.

Nos dias 26 e 27 de maio de 2017, ocorreu o III Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia, com o temário “Formação e Democracia: críticas, desafios e possibilidades”, promovido pelo Núcleo de Santa Catarina da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia ABEP-SC, em parceria com a ABRAPSO-SC, o CESUSC e o CRP/12. O evento teve como objetivo problematizar as políticas que afetam, direta ou indiretamente, a formação em psicologia no Brasil e a prática das/os psicólogas/os brasileiras/os.

Nos últimos anos presenciamos muitos questionamentos e dúvidas quanto ao processo democrático no Brasil. No campo da educação, por exemplo, temos vistos muitos enunciados polêmicos: a reforma do ensino médio, a ideia de uma “escola sem partido”, as discussões de gênero no ensino (e sua proibição), o debate sobre as relações étnico-raciais, e assim por diante. Estas questões têm comprometido o campo democrático, os direitos sociais e a prática pedagógica. O GT Ensino de Psicologia e GT Grupo de Trabalho Gênero e Sexualidades do IX Plenário do Conselho Regional de Psicologia participou deste espaço de diálogo e problematizou os enunciados presentes nos últimos tempos no campo educacional, como, por exemplo, o programa “Escola sem Partido”, a reforma do ensino médio, a proibição da discussão de gênero no ensino, a importância de debater as relações étnico-raciais no campo da educação, políticas públicas e democracia, e, que afetam, direta ou indiretamente, a formação em Psicologia e a prática dos/as psicólogos/as. Avaliamos que foi de relevância para a Psicologia Brasileira e Catarinense o diálogo sobre essas questões polêmicas que afligem e ameaçam de forma importante o Estado Democrático de Direito e reafirmarmos os ideais humanos de que temos padecido.

2.6.3.2. Seminário Catarinense de psicologia apresenta estudos sobre deficiência

A data nacional de luta da pessoa com deficiência, comemorada em 21 de setembro, contou com a realização do primeiro Seminário catarinense de psicologia e estudos sobre deficiência nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em



Florianópolis. Mais de 200 pessoas participaram do evento no local, e cerca de 400 puderam acompanhar as discussões acerca do tema através da transmissão ao vivo feita no Canal do CRP-SC no Youtube.

Para a professora e idealizadora do evento, Marivete Gesser, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, ao longo destes 25 anos, têm buscado contribuir com a formação de profissionais na área da psicologia, com base em uma perspectiva pautada na democracia, participação social e garantia dos direitos humanos. O tema central deste encontro é a contribuição do modelo social da deficiência para a promoção de práticas psicossociais voltadas à garantia de direitos”, reforçou.

Na ocasião, o Conselho Regional de Psicologia (CRP-SC) presenteou o professor Adriano Henrique Nuernberg com uma placa pela criação do Núcleo de Estudos de Deficiência (NED) na UFSC e reconheceu sua contribuição para os estudos da área. O evento foi organizado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-SC) em parceria com o Núcleo de Estudo sobre Deficiência (NED) e do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2.6.4.1. Psicologia Na Relação Com a Justiça

2.6.4.1. III Encontro do Núcleo de Pesquisas de Psicologia Jurídica conta com participação do CRP-SC

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) participou do III Encontro do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica: Fortalecendo Interloquações entre a Psicologia Social e o Direito, organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ), da



Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O evento aconteceu no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) durante os dias 16 e 17 de novembro, debatendo questões da Psicologia Jurídica articuladas especialmente com a Psicologia Social.

Dentre os temas debatidos nas mesas redondas realizadas no encontro estavam: discussões como Psicologia e Tribunal de Justiça; Psicologia na polícia; violências de gênero; aspectos éticos; teóricos e políticos; relações da justiça com a assistência social. A conselheira Juliana Lima Medeiros representou o CRP-SC na mesa redonda que abordou os aspectos éticos relacionados à Psicologia Jurídica. Trouxe para o debate questões normativas do exercício da profissão e a história do Sistema Conselhos, que foi criado em 20 de dezembro de 1971, através da Lei nº 5.766. “Não dá para dividir a Psicologia Jurídica da Psicologia geral, afinal, a Psicologia Jurídica é apenas uma área da Psicologia, como a Psicologia do Esporte, Ambiental e de Assistência.

A atividade também contou com outros participantes, como Maíra Marchi Gomes, que é mestre em Psicologia e atua na Polícia Civil do município de São José, na Grande Florianópolis a qual destacou a dificuldade enfrentada pela categoria no âmbito da Justiça e a psicologia, Claudia Natividade, que é conselheira do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), problematizou sobre a prática da Psicologia Jurídica e como produz direitos e relações de poder no âmbito da justiça.

2.6.4.2. CRP-SC contribui com debate sobre a atuação das(os) psicólogas(os) na interface com a Justiça

No dia 23 de outubro, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC), representado pelas(os) Conselheiras(os) Junior César Goulart e Gabriela Rabello, participaram do Seminário “A



atuação das(os) psicólogas(os) na interface com a Justiça”, que aconteceu na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, na cidade de Criciúma-SC. A atividade teve como objetivo promover reflexões críticas sobre o lugar que a Psicologia ocupa frente às demandas sociojurídicas.

O evento foi organizado pela psicóloga Daiani Barboza, professora da disciplina de Psicologia Aplicada ao Direito (Curso de Direito/UNESC) e contou com o apoio da coordenação desse curso. Junior e Gabriela explanaram a respeito da atuação, da contribuição e dos desafios da Psicologia em interface com o sistema de justiça, dando ênfase a questões relacionadas à redução da maioria penal e sobre o sistema prisional. Tal espaço de diálogo é fundamental para a construção da práxis psicossocial e sociojurídica, com compromisso social e ético-político com a cidadania e os direitos humanos. Estiveram presentes acadêmicos e professores da área jurídica e da psicologia.

2.6.4.3. CRP-SC participa do Simpósio Sul-Brasileiro de Psicologia Jurídica

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) participou do IV Simpósio Sul-Brasileiro de Psicologia Jurídica, realizado nos dias 21 a 23 de setembro de 2017, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O evento teve como tema central: A Violência e Vitimização, sob o enfoque da Psicologia



Jurídica. A conselheira Juliana Medeiros representou a categoria catarinense durante o debate realizado na mesa das comissões de orientação e fiscalização dos Conselhos Regionais da Psicologia na prática Jurídica, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

2.6.4.4. Movimento contra a terceirização de Psicólogas e Assistentes Sociais no Judiciário.

Está tramitando na Assembleia Legislativa de Santa Catarina projeto de lei PLC 14.2/2016 que entre outras providência implicará diretamente na atividade das Psicólogas e Assistentes Sociais no Judiciário. O CRP-12 vem acompanhando esta pauta desde 2016 na luta pela supressão da alínea que prevê a terceirização. Entre as diversas reuniões realizadas com parlamentares e membros do judiciário, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) também esteve presente na audiência pública realizada no dia 30 de agosto na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que debateu a terceirização de atividades de psicólogos (os) e assistentes sociais do Tribunal de Justiça, por meio do PLC 14.2/2016. O debate demonstrou as fragilidades da decisão e a alta complexidade do trabalho realizado pela equipe multidisciplinar em procedimentos judiciais contínuos, como os casos de adoção, além de ter sido importante para fortalecer argumentos contra a alínea “b” do projeto, apontada como inconstitucional pelos relatores, pois vai contra o artigo 37 da Constituição Federal.

Em Santa Catarina, 80% das comarcas não possuem uma equipe multidisciplinar, formada por psicóloga (o) e assistente social, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atualmente 202 profissionais atuam à frente do Tribunal de Justiça do Estado, sendo que, destes, apenas 22 são psicólogas(os). A terceirização é parte do processo de enfraquecimento que está em curso no Brasil e precariza cada vez mais o serviço público.

A precarização incide sobre o bom andamento das rotinas da Justiça e na celeridade e efetividade dos atendimentos, além de fragilizar o atendimento à população. A terceirização vai na contramão do desenvolvimento, pois, precisamos de servidores que tenham um trabalho contínuo e uma relação mais próxima desta situação, para que efetivamente o resultado seja de qualidade. As equipes multidisciplinares é que dão acesso à uma justiça digna.

É necessário ter transparência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em relação as suas informações, assim como a contratação imediata dos profissionais já aprovados em concurso público. Cada vez mais a justiça tem reconhecido que, para conseguir lidar com as situações que ocorrem, precisa-se de olhares que complementem e apoiem suas decisões. E é com estes olhares que se tem constituído a necessidade de psicólogas e assistentes sociais para que de fato aconteça a justiça.

Importantes pautas e encaminhamentos foram resultado do encontro, como por exemplo, o envio de uma carta ao Tribunal de Justiça, assinada por todas as entidades que apoiam esta luta. A audiência contou com a presença de representantes do Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública do Estado, conselhos regionais, associações e sindicatos da categoria. Para 2018, a proposta é manter o diálogo com os parlamentares e promover ações estratégicas voltadas para o judiciário visando ampliação de trabalhadoras psicólogas no Judiciário catarinense.

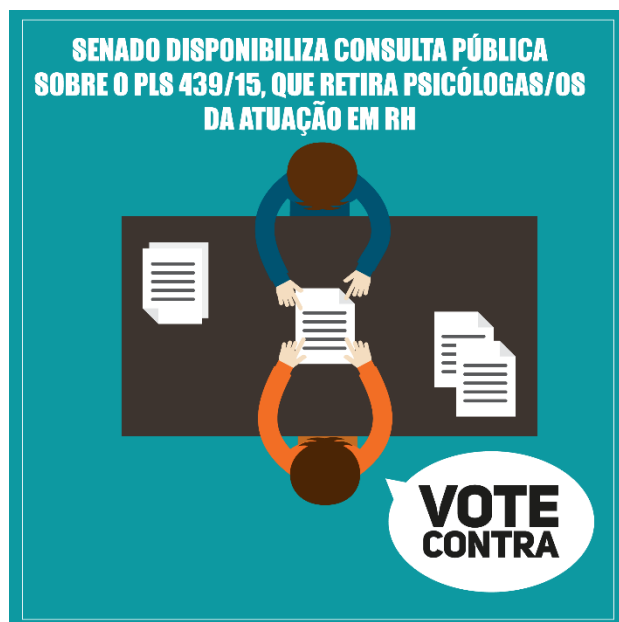
2.6.5. Psicologia Organizacional e do Trabalho – POT

2.6.5.1. Mobilização contra o PLS 439/15, projeto que visa retirar psicólogas/os da atuação em RH

Em virtude da tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 439/2015, a categoria profissional da(o) psicóloga(o) foi surpreendida ao deparar-se com o conteúdo que trata-se de uma tentativa de exclusividade de atuação dos administradores em diversas atividades consideradas pelo Projeto de Lei como privativas destes profissionais. Frente a isso, o CRP-12 vem promovendo ações para que a categoria possa se manifestar contrária a este projeto.

O trabalho em RH também é campo de atuação da psicóloga e do psicólogo. As atividades chamadas de administrativas nas organizações são atualmente realizadas por profissionais de diversas formações acadêmicas que construíram seu saber com base nas suas formações e também na sua prática profissional e que contribuíram para as atividades que são consagradas nas práticas de mercado.

Além disso, cabe ressaltar que a área de Recursos Humanos é multiprofissional e pode ser ocupada por profissionais de diversas formações, como estabelecido pela própria Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que requer formação superior em qualquer ramo do conhecimento



para atuação em RH. E é justamente essa interdisciplinaridade e a troca de experiências e saberes entre os profissionais que enriquece esse campo de atuação, permite o desenvolvimento do mesmo e a oferta de um serviço de qualidade à sociedade.

As(os) psicólogas(os), nesse espaço, possuem o domínio de técnicas e conhecimento sobre comportamento e atuam diretamente no desenvolvimento do potencial humano dentro das organizações. Na condução dos processos seletivos, aplicando testes psicológicos, entrevistas, entre outras técnicas, têm conhecimentos e habilidades para avaliar o potencial dos candidatos e seu perfil para ocupar determinado cargo. Além disso, as(os) psicólogas(os) tem se aprimorado para acompanhar os avanços que a área de Recursos Humanos tem tido nos últimos anos. As empresas têm buscado profissionais que possam fazer a gestão de pessoas, mas que também possuam conhecimento sobre a análise dos fenômenos sociais e das relações humanas. Com isso, os psicólogos vêm ocupando esses espaços e ganhando reconhecimento através de um trabalho cada vez mais estratégico e diferenciado.

2.7. Ações Conjuntas

2.7.1. CRP-12 realiza rodas de conversas itinerantes com psicólogas(os) das regiões oeste e extremo oeste

O CRP-12 ouvindo você



psicólogas(os) por meio de rodas de conversas articuladas entre eixos e comissões. Na ocasião se priorizou um momento de escuta sobre as demandas regionais das(os) psicólogas(os).

O projeto "CRP-12 Ouvindo Você: Roda de Conversa Itinerante" foi realizada pelos Eixos Psicologia e Educação, Psicologia e Justiça em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos do CRP-12, nas regiões Oeste e Extremo Oeste do estado de Santa Catarina. O objetivo da ação foi ampliar e aprimorar o diálogo com



2.7.2. *Diálogos entre CRP-12 e psicólogas(os) do Extremo Oeste Catarinense*



O Conselho Regional de Santa Catarina - CRP 12, cumprindo com suas funções precípua de orientar, disciplinar e fiscalizar a profissão, atendeu às solicitações feitas pelas/os psicólogas/os do Extremo Oeste catarinense, promovendo encontros para contribuir com o diálogo na construção da Psicologia enquanto ciência e profissão. Foram realizadas reuniões nas cidades de Cunha Porã (dia 23/03/2017), Maravilha e

São Miguel do Oeste (24/03/2017), para acolhida, esclarecimentos e orientação, de forma ética e cuidadosa, de diversos temas e situações, como: a criação de uma Associação na região (hoje existe uma articulação em um grupo no whatsapp que tem 179 psicólogas/os do Extremo Oeste catarinense); a articulação com as pautas e demandas da região (relação com a Política de Participação e Colaboração do CRP-12); as demandas relacionadas ao trabalho nas políticas públicas; os desafios éticos da atuação da/o psicóloga/o e sua relação com a sociedade; entre outros.

Com essa ação a gestão do IX Plenário do CRP-12 busca reafirmar a construção coletiva com a categoria, estando próximos para colaborar com os seus espaços e contextos de trabalho. Consideramos importante o desenvolvimento de estratégias para a orientação e qualificação dos serviços prestados à população, o enfrentamento das situações em que a profissão esteja sendo aviltada, e o cuidado com as solicitações e realidades dos profissionais em Santa Catarina.



2.8. CRP-SC apoia e participa do Encontro Catarinense de Psicologia do Esporte e do Exercício

Durante os dias 16 e 17 de novembro de 2017 aconteceu na Faculdade CESUSC, em Florianópolis, o III Encontro Catarinense de Psicologia do Esporte e do Exercício (Ecapee). O evento apoiado pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) e também pelo



Avaí Futebol Clube, apresentou estudos e práticas sobre o desenvolvimento da Psicologia esportiva catarinense.

O Conselheiro Fabrício Antônio Raupp, membro do Grupo de Trabalho do CRP-12 sobre Psicologia do Esporte, participou do evento e ressaltou os avanços na área desde 2012, quando foi realizado o primeiro evento, o qual já está na sua terceira edição. O evento contou com a participação da Sociedade Catarinense do Esporte e do Exercício (Socape), do curso de Psicologia do CESUSC e do Laboratório Fator Humano, da UFSC.

2.9. Mostra Regional de Práticas em Psicologia

Uma das maiores ações de 2017 foi a Mostra Regional de Práticas em Psicologia. Esta ação em conjunto possibilitou que mais de 1.100 pessoas se inscrevessem nas quatro mostras regionais realizadas nas cidades de Florianópolis, Joinville, Criciúma e Chapecó. Destes, aproximadamente 900 psicólogos(os) e estudantes registraram presença no evento para compartilhar e potencializar redes e trocas de experiências com objetivo de evidenciar a diversidade da Psicologia em suas áreas de atuação e intervenção desenvolvidas ao longo desses 55 anos de regulamentação.

Outro número expressivo foi a quantidade e a diversidade de trabalhos apresentados. Ao todo, nas quatro Mostras recebemos mais de 200 apresentações que relataram atuações nas diversas Políticas Públicas, como Saúde, Educação, Assistência Social, Sistema Prisional, nos Sistemas de Garantias de Direitos, como da criança e adolescente, idoso, mulheres, população de rua, população LGBT, sob o viés da Ética e dos Direitos Humanos. Trabalhos sobre práticas clínicas e institucionais em empresas públicas ou particulares, nas perspectivas clínica, de Avaliação Psicológica, Recursos Humanos, Esportes, etc. Recebemos trabalhos voltados à pesquisa em psicologia, e também, ações desenvolvidas por psicólogos e psicólogas que abordam práticas inovadoras nos diferentes campos e que sinalizam os desafios futuros para a Psicologia.

A ação alusiva ao dia da(o) psicóloga(o) também teve a cerimônia de posse das Comissões Gestoras das Subsedes Sul, Norte e Oeste. Este importante marco está baseado na continuidade de um projeto de diálogo com a categoria e sociedade, promovendo a descentralização do CRP, estendendo às demais regiões do Estado. As Subsedes possibilitaram a ampliação dos serviços de secretaria e de orientação à categoria e ao público em geral relacionados ao exercício profissional. Agora, com a posse das comissões gestoras se ampliará ainda mais o alcance de nossas ações e a possibilidade de que, nessas regiões, a categoria se articule e tenha estes espaços como facilitadores de seu trabalho, sua representação e seu exercício profissional.

A Mostra de Práticas foi construída a muitas mãos. Por isso, registramos um especial agradecimento a todos os envolvidos que, para além de comemorarem conjuntamente o dia da(o) Psicóloga(o), dedicaram dias de organização e trabalho para concretizar esta ação. Graças ao empenho de muitas pessoas e instituições envolvidas, dentre elas, as Universidades, as instituições da Psicologia Catarinense que compõem o FEPSIC, os funcionários do CRP-12, os monitores presentes que prestaram o serviço de apoio, Psicólogas(os) que atuam na políticas públicas, nas organizações, na clínica entre tantos outros, os quais estendemos nosso sincero agradecimento.

2.9.1. Mostra de práticas em psicologia reúne mais de 300 pessoas em Joinville



O dia nacional da psicóloga (o) foi comemorado de forma antecipada em Joinville, com a mostra regional de práticas em psicologia realizada no sábado (26) no ACE – Faculdade Guilherme Guimbara. O evento contou com mais de 300 participantes, e teve a apresentação de trabalhos e projetos, discussões sobre temas variados da área e a palestra do doutor em psicologia social, Odair Furtado. Durante o encontro foi

realizada a solenidade de posse da comissão gestora da subseção norte do conselho regional de psicologia de Santa Catarina (CRP-12), sendo composta por Alexandre Aleixo, Mariana Jimenez, Paloma Borba e Tatiane Cristine da Silva.

Durante a tarde aconteceu o lançamento do livro *Psicologia e Polícia, diálogos possíveis*, escrito por Aline Pozzolo Batista e Juliana Lima Medeiros. Simultaneamente, diversas rodas de conversas



foram realizadas com a proposta de promover um debate e a troca de experiências entre um público de estudantes, profissionais da área e membros do Conselho de Psicologia. Participaram do evento psicólogos dos municípios de Joinville, Rio do Sul, Guaramirim, Jaraguá do Sul e Blumenau, sendo profissionais das mais diversas áreas de atuação, como saúde, educação, clínica e assistência social.



2.9.2. Evento alusivo ao Dia da(o) Psicóloga(o) reúne mais de 200 pessoas em Florianópolis



Em Florianópolis mais de 200 pessoas estiveram presentes para assistir a conferência de abertura, que debateu sobre a temática “Políticas sobre drogas e atenção psicossocial”. As(os) conferencistas convidadas(os) para debater sobre o tema foram Denis

Roberto da Silva Petuco; doutor em ciências sociais; Daniela Ribeiro Schneider, doutora em psicologia; e Ana Maria Pereira Lopes, também doutora em psicologia.

A Mostra de Florianópolis contou, ainda, com a apresentação de pôsteres, exposição de vídeos e rodas de conversas com temas propostos pelos participantes. O CRP-SC organizou Roda de Conversa sobre "Elaboração de Documentos Psicológicos, revisão da Resolução CFP nº 007/2003". Nesta Roda foi possível esclarecer dúvidas dos participantes a respeito não apenas da elaboração de documentos, como também sobre as atividades de Orientação e Fiscalização do Conselho. As sugestões advindas desta atividade – que aconteceram também nas Mostras das demais regiões – serão apresentadas na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), em dezembro de 2017.



2.9.3. Mostra Regional de Psicologia aproxima CRP-SC da categoria no Sul do Estado

A região Sul de Santa Catarina também comemorou o dia da(o) psicóloga(o) com a Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizada no sábado, 26 de agosto na Subsele Sul do

Conselho Regional de Psicologia, em Criciúma. O evento contou com apresentações artísticas e reuniu cerca de cem pessoas, tendo a exposição de trabalhos e projetos, a cerimônia de posse da Comissão Gestora Sul e a abordagem ao tema Subjetividades no contexto da saúde, apresentada pela doutora em psicologia, Lumena Furtado.



No início da cerimônia foram empossados os membros da Comissão Gestora da Subseção Sul, composta por Junior Cesar Goulart, Lorena Paratella e Maribel Sebastião, que agora têm o desafio de articular e acolher as demandas regionais. “Como Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina buscamos estar mais próximos das(os) psicólogas(os), além de participativos no processo coletivo da psicologia. Este evento está sendo muito positivo, pois, é um momento importante para a valorização da profissão na região, afinal, as subseções são uma conquista que possibilitam descentralizar os trabalhos, aproximando os participantes e ampliando as discussões”, reforçou Goulart.

Após as solenidades, Lumena Furtado falou aos convidados sobre a integralidade da política na construção do cuidado no contexto da saúde pública e enriqueceu o debate com o público. O evento ainda contou com o lançamento de livros ligados à área da psicologia e a exposição de trabalhos, pôsteres, fotos e vídeos. As rodas de conversa com temas atuais e da área foram realizadas com a proposta de promover o debate e a troca de experiências entre um público de estudantes, profissionais da área e membros do CRP-SC.

2.9.4. Arte, cultura e debate sobre a profissão marcam a Mostra Regional de Psicologia em Chapecó

Apresentações artísticas e culturais e muito debate sobre a psicologia marcaram a comemoração ao dia da(o) psicóloga(o) em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, durante a Mostra Regional de Práticas em Psicologia. O evento realizado no dia 28 de agosto no Centro de Eventos da cidade reuniu cerca de 300 pessoas e teve a apresentação de trabalhos e projetos, a cerimônia de posse da Comissão Gestora da Subsele Oeste do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina e a palestra do membro da diretoria do Conselho Federal e doutor em psicologia, Pedro Paulo Bicalho.



Durante a Mostra aconteceram apresentações artísticas locais como a “Anita Garibaldi: heroína de dois mundos” realizada pela APAE de Pinhalzinho; e o Grupo Teatral Psicologia Unoesc, com encenação da música Trem Bala. O grupo de dança de idosos do SEASC e os artesãos da ASUCAPS também roubaram a cena na Mostra, que teve ainda a exposição de pôsteres, produtos, fotos e vídeos de profissionais e estudantes da área.

Durante as rodas de conversa houve a participação de um público variado entre eles estudantes de psicologia, profissionais das mais diversas áreas de atuação, como saúde, educação, clínica e assistência social. Participaram da atividade psicólogos dos municípios do Oeste, Meio-Oeste e Extremo-Oeste de Santa Catarina



2.10. 25 ANOS DO CRP-12

A ano de 2017 coincide com os 25 anos de criação do CRP-12. Para comemorar esta data, foi planejado um conjunto de ações e atividades em todo o Estado Catarinense para marcar essa data importante para todas(os) as(os) Psicólogas(os). Além da Mostra de Práticas citada acima, também ocorreu:

2.10.1 Concurso para seleção do Selo Comemorativo dos 25 anos do CRP-12

Para celebrar os 25 anos do CRP-12, propomos desenvolver uma identidade visual que possa ser usada em todos os documentos e espaços nos quais estamos presentes. Partindo de uma



perspectiva de democratizar a comunicação e possibilitar que as(os) psicólogas(os) possam fazer parte desse processo de escolha realizamos um concurso para selecionar a logo representativa dessa importante data. No total, o CRP-12 recebeu 17 propostas de selos. Destas, a Comissão Julgadora selecionou três (3), as quais foram disponibilizadas no site do CRP-12, em forma de enquete, entre 31 de outubro a 12 de novembro, com votação aberta ao público. Cerca de mil pessoas votaram e a proposta vencedora recebeu 48% dos votos. O vencedor: Felipe Clark Teodoroski com a imagem abaixo:

2.10.2. Pesquisa historiográfica sobre os 25 anos do CRP-12 e Vídeo Institucional 25 anos do CRP-12

Além do selo comemorativo, o CRP-12 realizou uma pesquisa historiográfica sobre a constituição e consolidação do CRP-12 em SC, articulado com a história da psicologia de SC. Como iniciou, como se expandiu, quais as áreas de atuação, quais as características da psicologia no Estado e como ela contribuiu para o desenvolvimento regional nesses 25 anos. A exemplo dos primeiros campos de atuação da Psicologia nas políticas públicas, no Detran e na Saúde. A pesquisa contemplou o máximo de informações e contou com a participação e relatos de pessoas e instituições de referência em SC, a exemplo da Sociedade de Psicologia de Criciúma, Curso de Psicologia da UFSC, Ex-presidentes do CRP-12, Profissionais de referência para a psicologia catarinense.

A partir destes relatos, foi produzido um vídeo institucional apresentando a história do CRP-12 a partir das diferentes falas dos atores e protagonistas da história da psicologia catarinense. O vídeo foi composto de depoimentos de profissionais psicólogos(os), de instituições e pessoas que utilizam-se dos serviços da psicologia nas suas mais diversas áreas de atuação. O vídeo completo você acessa em nossa plataforma no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=gP4H1nJ9Xc8>.

3 AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DE GARANTIA DE DIREITOS

O último Eixo compreende as relações da Psicologia com o Estado e com a sociedade, em que a ampliação e qualificação do exercício profissional se articula com questões para além das políticas institucionais e relações entre a categoria. Refere-se ao delineamento de um Projeto Político que busque o enfrentamento das urgências sociais, respostas para as constantes violações de direitos humanos, questionamentos ao sistema poder-dominância-privilégios, e que, contribua para uma sociedade mais democrática e com igualdade, a partir do reconhecimento do direito a todos, da promoção de novas subjetividades e de possibilidades de singularização.

3.1. Notas

3.1.2. *Nota do CRP-12 sobre as medidas governamentais que precarizam as condições de trabalho da/o Psicóloga/o*

O CRP-12 participou de reunião do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis para debater sobre o Pacote de Medidas apresentado pelo Prefeito Gean Loureiro no dia 11 de janeiro de 2017 à Câmara Municipal. Essas medidas impostas pelo governo interferem na vida da população de



Florianópolis e dos trabalhadores de forma drástica e sem a devida consulta e discussão popular. Propostas supostamente “salvacionistas” que golpeiam diretamente os trabalhadores e toda a sociedade que se beneficia das políticas públicas.

Mesmo cientes dos limites contingenciais do orçamento público, atacar os direitos dos trabalhadores para a precarização dos serviços ofertados e ao desincentivo do exercício profissional

representa o descompromisso governamental com as políticas públicas de qualidade e gestão humanizada do trabalho - conforme pactuado na Lei Orgânica do SUS e na 9ª Conferência Municipal de Saúde.

Durante décadas, a psicologia vem trilhando um caminho de defesa de questões importantes para uma sociedade melhor. Estas conquistas neste pequeno interstício da democracia brasileira estão sob ameaças. O Conselheiro do CRP-12, Alexandre Aleixo, e a Conselheira Elisa Ferreira participaram da reunião do Conselho Municipal de Saúde e enfatizam que "ocorre em Florianópolis, a precarização dos direitos trabalhistas e a precarização das políticas públicas e isso não representa uma ação isolada, elas estão em consonância com um cenário maior de ataques aos direitos e à democracia, tanto no contexto federal quanto em outros municípios catarinenses". Nesse sentido, CRP-12 manifesta seu apoio aos profissionais na luta pelos seus direitos e se posicionou contrário às ações que colocam em risco as políticas públicas, como privatização e terceirização de serviços públicos, contra a precarização das condições de trabalho e a retirada de direitos já conquistados.

3.1.2. Nota do CRP-12 em Defesa das Políticas Públicas e do Estado Democrático de Direito

Partindo de um projeto de gestão das Entidades da Psicologia que pensam e defendem os processos democráticos e o compromisso social, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina vem a público manifestar defesa intransigente às políticas públicas e à luta contra os processos que geram desigualdade e injustiça social. Têm chegado ao CRP-12, demandas da categoria, exemplo do pacote de 40 medidas proposto pelo prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro. Propostas que são extremamente autoritárias e antidemocráticas, uma vez que, o debate público não é garantido. Propostas supostamente "salvacionistas" que golpeiam diretamente os trabalhadores e toda a sociedade que se beneficia das políticas públicas.

O que está inculcado por trás dessas ações autoritárias é um projeto de fragilização das Políticas Públicas, conseqüentemente, a precarização dos serviços prestados para abrir portas à iniciativa privada. Se tocado adiante, transformará os direitos do cidadão, principalmente aqueles

garantidos pelas políticas públicas, em mercadorias a serem comercializadas nas mãos das grandes empresas. Quem pode compra, quem não pode, agoniza.

Durante décadas, a psicologia trilhou um caminho de defesa de questões importantes para uma sociedade melhor. Estas conquistas, neste pequeno interstício da democracia brasileira, estão sob ameaças. O que hoje ocorre em Florianópolis, com a precarização dos direitos trabalhistas e a precarização das políticas públicas não representa uma ação isolada, elas estão em consonância com um cenário maior de ataques aos direitos e à democracia, tanto no contexto federal quanto em outros municípios catarinenses.

Abordar a conjuntura social, política e econômica nos ajuda a pensar em como este cenário contribui para a produção de sofrimento e exclusão, sua repercussão nas relações humanas, o rompimento dos laços sociais e subjetivos, na destruição de projetos de vida. Temas que são centrais para a Psicologia na atualidade e desafio constante à prática da/o psicóloga/o.

Nesse sentido, o CRP-12 é contra ações que colocam em risco as políticas públicas, como privatização e terceirização de serviços públicos, contra a precarização das condições de trabalho e a retirada de direitos já conquistados.

3.1.3. Nota técnica - Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e alerta para o risco de possível infração ética no contexto de Editais (Nº 01/2016 e Nº 02/2016) da Prefeitura Municipal de Lages.

O CRP- 12ª Região orienta sobre a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e alerta para o risco de possível infração ética no contexto de Editais (Nº 01/2016 e Nº 02/2016) da Prefeitura Municipal de Lages.

O Conselho Federal de Psicologia atualizou a regulamentação sobre esta temática em 2016 (Resolução CFP Nº 02/2016) e com

base nas legislações brasileiras, nos avanços da profissão e nas diretrizes éticas da profissão



estabeleceu parâmetros importantes para atuação de psicólogos/os em concursos públicos e processos seletivos (de natureza pública e privada).

Destes parâmetros, a seguir, serão destacados alguns aspectos principais, todavia, considera-se que os profissionais deverão realizar leitura atenta e minuciosa de todas as resoluções atinentes a essa questão.

Ø Conceito técnico e específico da Avaliação Psicológica neste contexto focado na identificação de aspectos psicológicos do/a candidato/a compatíveis com o desempenho das atividades e profissiografia do cargo;

Ø Aprimoramento técnico para escolha de instrumentos, apuração dos resultados e elaboração de documentos;

Ø Deve constar claramente no Edital: o objetivo, os construtos/dimensões psicológicas a serem avaliadas e os procedimentos para interposição de recursos;

Ø Participação unicamente de psicólogos/as habilitados/as, ou seja, inscritos/as e ativos/as junto ao CRP da jurisdição do certame, tanto para assumir a execução desta etapa como para participar da elaboração do Edital;

Ø Publicação dos resultados por relação nominal de candidatos aprovados e direito a entrevista devolutiva aos/às candidatos/as reprovados/as;

Ø Etapa recursal prevendo assessoria técnica e Banca Revisora;

Ø Definição de que os casos de perícia psicológica serão feitos com base nos documentos técnicos resultantes do recurso do candidato.

Alertamos que a avaliação psicológica como parte de concursos públicos é restrita para os cargos com esta previsão em Lei.

Os Editais N° 01 e 02/2016 da Prefeitura Municipal de Lages estabelecem que as/os candidatas/os aprovadas(os) devem entregar obrigatoriamente, junto a outros documentos, uma “Avaliação Psicológica Psicossocial”. No entanto, tais Editais não informam sobre a previsão legal para a avaliação psicológica das/os candidatas/os, a finalidade deste procedimento e a sua relação com as atividades das vagas disponíveis.

Nesse sentido, o CRP-12 considera que não são ofertadas as condições mínimas estabelecidas pela Resolução CFP N° 02/2016 e que, portanto, os documentos emitidos com o intuito de cumprir aos seus requisitos não são validos tecnicamente, uma vez que denotam imprecisão e

pouca fundamentação teórica. Dessa forma, questiona-se a finalidade de tais documentos, os quais podem, inclusive, ocasionar prejuízos à população demandante da avaliação, na medida em que as informações contidas nos mesmos podem ser usadas inadequadamente gerando constrangimentos e exposição a essas pessoas.

Com o intuito de possibilitar que a categoria seja orientada e a população esclarecida este Conselho encaminhou Ofício à Prefeitura Municipal, informando seu posicionamento, e correspondência eletrônica aos profissionais da região.

Recomenda-se que a categoria acesse as normativas da profissão e somente assumam responsabilidades quando houver capacitação técnica, ética e pessoal para tanto. Para tanto, orientar-se a leitura do Código de Ética Profissional do Psicólogo, bem como das Resoluções CFP Nº 007/2003 e 02/2016 (disponíveis no site do CRP-12). Ademais, a equipe técnica do CRP encontra-se à disposição para prestar outras informações e/ou esclarecimentos.

3.1.4. Nota De Posicionamento Sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) Nº 539/2016

O Conselho Regional de Psicologia 12ª Região – CRP-12, no uso de suas atribuições de orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicóloga/o, vem a público **posicionar-se contrário** ao Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 539/2016, cuja pretensão é sustar a resolução CFP 001/1999 que “estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da orientação sexual”.

A Resolução CFP 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabelece normas de atuação para psicólogas/os no que refere a questões relacionadas à sexualidade. De acordo com o documento, profissionais da psicologia devem contribuir para reflexões que proponham a superação de preconceitos e processos discriminatórios, estigmatizantes e excludentes que afetam pessoas que vivenciam sexualidades não-heterossexuais. Além disso, determina-se que psicólogas/os não devem exercer ações que favoreçam a patologização, nem colaborar com eventos e serviços que proponham



supostos tratamentos de cura das homossexualidades. Vale lembrar que desde a década de 1970, com a retirada do termo *homossexualismo* do Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana, as homossexualidades deixaram de ser consideradas patologias. Além disso, importantes instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como princípios internacionais de Direitos Humanos, como os Princípios de Yogyakarta, também reiteram que as homossexualidades não devem ser compreendidas dentro do escopo da patologia.

Ressalta-se também que a Resolução CFP 001/1999 *não proíbe* que psicólogos/as atendam pessoas que estejam em sofrimento psíquico por conta da orientação sexual que experienciam. A psicologia vem compreendendo, ao longo dos anos, que as orientações sexuais não-heterossexuais não devem ser tratadas como um problema em si. Nesse sentido, o principal fator determinante de sofrimento seria o próprio sistema heteronormativo que estrutura nossa sociedade. O que está posto na referida resolução, portanto, é que as práticas de atenção a essas pessoas não sejam balizadas por perspectivas que patologizem orientações sexuais diversas.

É inegável que a Psicologia como ciência e profissão vem se estabelecendo como importante referência para a desnaturalização de discursos normativos e patologizantes sobre orientação sexual e identidades de gênero, bem como para o enfrentamento de situações de violências. Desse modo, a resolução CFP 001/1999 tem sido referenciada nacional e internacionalmente como um importante dispositivo na luta contra a discriminação e preconceito dirigidos a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). A psicologia pode contribuir, portanto, com a garantia dos direitos humanos fundamentais e da saúde integral das pessoas LGBT.

Compreendemos que iniciativas como o PDC nº 539/2016 diz respeito a um sintoma social que alude ao recrudescimento de um projeto de sociedade excludente que vem dominando o cenário político brasileiro há décadas. Estas posições, respaldadas em sua maioria por discursos morais discriminatórios e por posicionamentos religiosos fundamentalistas, têm sido observadas nas esferas do legislativo, apesar de o Estado brasileiro ser oficialmente laico, ou seja, é vedado à União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios balizarem suas ações tendo como referência princípios e/ou doutrinas religiosas, bem como manter relações de dependências e alianças, conforme inciso I do Art. 19 da Constituição Federal de 1988. É notório que tais posições contrariam princípios constitucionais, como a cidadania e dignidade da pessoa humana, e deslegitimam e ignoram a vasta

produção científica sobre gênero e sexualidade que vem sendo acumulada no Brasil e no mundo em diversas áreas do conhecimento.

Diante do exposto, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) reafirma o compromisso que possui com os Direitos Humanos e informa que continuará zelando pela fiel observância dos princípios éticos e técnicos da profissão.

3.1.5. Nota de posicionamento contrário ao Programa Criança Feliz

O Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região (CRP-12) vem a público expressar à sociedade em geral posicionamento contrário ao Programa Criança Feliz e consequentemente à sua instância dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Programa Primeira Infância, instituído pelo Decreto 8.869/2016.

Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), o Programa Criança Feliz "surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a seus pequenos ferramentas para promover seu desenvolvimento integral. Por meio de visitas domiciliares às famílias participantes do Programa Bolsa Família, as equipes do Programa Criança Feliz farão o acompanhamento e darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento infantil. Os visitantes serão capacitados em diversas áreas de conhecimento, como saúde, educação, serviço social, direitos humanos, cultura etc. A troca com as famílias será rica e constante. Assim, novos campeões serão criados e a luta pelo desenvolvimento social será vencida”.

De acordo com o Núcleo de Assistência Social do CRP-12, a exposição acima, a regulamentação e as normas do programa são ainda incipientes. O que se observa é uma repetição dos objetivos do SUAS postos de uma forma que fragilizará o que deveria estar em prática com os programas já existentes. O programa, o qual abre possibilidade de adesão dos municípios não reflete uma resposta à altura das necessidades da população brasileira.

Outro ponto a destacar é a figura dos visitantes (cuidadores). O perfil desses trabalhadores é de alta dificuldade, exige-se uma polivalência de conhecimento sobre as variadas áreas como saúde, educação, direitos humanos, cultura etc. Caso não qualificados adequadamente, existe uma grande probabilidade de um exercício de mera fiscalização e julgamento junto às famílias

que serão atendidas. Ações apenas registradas em papéis que não terão implicação real na transformação das condições de vida da população atendida. Como os documentos dos programas referendam, tentará fazer com que as crianças atendidas se adaptem melhor às condições impostas, aumentando sua resiliência às situações adversas advindas da pobreza sem propor ações que subvertam o modelo social para um efetivo exercício dos direitos.

O Decreto 8.869/2016, que institui o programa Criança Feliz, não explicita os recursos humanos que desenvolverão o Programa, se limitando apenas às expressões “profissionais capacitados”. Nesse sentido, manifestamos preocupações, pois psicólogas(os) que integram as equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) poderão ser diretamente afetadas(os) ao serem chamadas(os) para ser os Responsáveis Técnicos do Programa Primeira Infância no SUAS. Nessas circunstâncias a(o) profissional deverá manter-se respaldada(o) nos princípios éticos e técnicos da categoria, não sendo conivente nem praticar atos que caracterizem negligência, discriminação, opressão ou quaisquer tipos de violação de direito, à luz do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o).

O Programa Criança Feliz não determina a fonte dos recursos financeiros para a sua implantação e forma de cofinanciamento com os demais entes públicos. Já vivenciamos um retrocesso com a recente aprovação da PEC 55, que propõe o congelamento, por vinte anos, dos gastos na área social no orçamento público federal e o controle dos gastos por parte dos estados e municípios. Além dos pontos problemáticos apontados acima sobre o funcionamento do projeto, a adesão acarretará diversos ônus aos municípios que aderirem, a exemplo: contratação de equipe específica para executar o programa, despesas de logística e infraestrutura, entre outras.

Por fim, vale destacar que o CRAS já oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), serviço que consiste no trabalho social com as famílias com a finalidade de fortalecimento da função protetiva das famílias. Para que crianças cresçam e se desenvolvam integralmente o Estado deve garantir condições igualitárias de acesso à educação, à saúde, segurança e autonomia para o pleno exercício de direitos. Não é de forma invasiva com a suposta tentativa de “ensinar” seus cuidadores como se deve cuidar. Desta forma, o CRP-12 manifesta-se contrário à adesão dos municípios ao Programa Criança Feliz e ao Programa Primeira Infância no SUAS, pois não caracterizam garantia de exercício de direitos nem de transformação das bases sociais que violam constantemente a dignidade das crianças do nosso país.

3.1.6. Nota de Esclarecimento Sobre o PLC 14.2/2016

O Conselho Regional de Psicologia (CRP-12), o Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina (SinPsi-SC), a Associação de Psicólogos do Poder Judiciário (APSI – PJ/SC) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS – 12ª Região) vem, por meio desta, manifestar o seu posicionamento sobre o PLC 014.2/2016, que dispõe sobre o Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ.

Enquanto entidades representativas das categorias de Psicologia e Serviço Social compreendemos que a aprovação da proposta original do referido PLC abre caminhos para o financiamento e a operacionalização da terceirização destas atividades dentro do Poder Judiciário, podendo intensificar a precarização das relações de trabalho e interferindo diretamente na qualidade do atendimento prestado nas áreas da infância e juventude, família, idoso, pessoa com deficiência, violência doméstica e mediação familiar, posição esta amplamente divulgada em ambas as categorias.

Desde o início de sua tramitação este grupo de entidades buscou o diálogo com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), com diversos Deputados Estaduais, em especial com os membros da Comissão de Constituição e Justiça da ALESC, com a Defensoria Pública e Associação de Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina e com a interlocução da Deputada Luciana Carminatti.

As entidades apresentaram elementos suficientes para o arquivamento do Projeto, por entender e defender a importância do trabalho realizado por profissionais efetivos (concurados e não terceirizados) bem como a necessária presença destes profissionais em todas as Comarcas do Estado trabalhando em equipes multiprofissionais tal como previsto no ECA (o que implica na ampliação das vagas, e recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (vide Provimento 36/2014), como forma de garantir o direito à população ao acesso à justiça por meio de serviços prestados com qualidade e ética. Para saber mais acesse o documento das 36 Razões contra o PLC 014.2/2016.

Frente ao complexo cenário que se apresenta (institucional, financeiro e político), entidades representativas dos Servidores do TJ/SC (Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores de Santa Catarina – SINDOJUS/SC, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina – SINJUSC, Associação Catarinense dos Oficiais da Infância e Juventude ACOIJ e a Associação dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário – ACASPJ) realizaram novas articulações e

apresentaram uma proposta de Emenda Aditiva ao PLC e solicitam apoio às entidades que já vinham dialogando com os deputados e o próprio Tribunal de Justiça, no sentido de sua aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça como alternativa à aprovação do PLC 014.2/2016 em sua forma original.

Considerando as propostas de emendas ao PLC:

1) Com relação à Emenda Supressiva da alínea “b” do Art. 2º, CONCORDAMOS de forma irrestrita com esta supressão, que trata da remuneração de psicólogos e assistentes sociais para atuarem mediante convênio, credenciamento ou designação judicial. Com isso, refutamos a possibilidade de terceirização destas atividades e reiteramos que a oferta de atendimento à população deve ser realizada por profissionais efetivos e vinculados ao Poder Judiciário (mediante concurso público).

2) Quanto à Emenda Aditiva no Art. 2º, item (ou inciso) IX e X, sobre a remuneração dos servidores para atuarem em regime voluntário (portanto não obrigatório) de **cooperação** e o custeio dos atos indenizáveis dos Oficiais de Justiça, Oficiais de Justiça Avaliadores, Oficiais da Infância e Juventude e Comissários da Infância e Juventude, compreendemos e não nos opomos as lutas históricas das categorias que estão expressas acima.

Especificamente no que se refere a atuação do psicólogo no judiciário, frente ao reduzido número de profissionais (atualmente a Justiça de 1º. Grau conta com apenas 22 psicólogos concursados atuando em 18 das 111 Comarcas do Estado, o que representa uma cobertura de 16%) no presente momento não há condições dos referidos profissionais atuarem no esquema de cooperação. Os psicólogos forenses estão lotados nas maiores Comarcas do Estado (entrância Especial e Final) e recebem uma demanda expressiva de trabalho, não podendo assumir a demanda de mais uma comarca sem prejuízo à sua comarca de lotação. Nesse sentido, no tocando a categoria dos psicólogos, não há como se falar que “já há servidores no quadro do Judiciário que podem atuar em mais de uma comarca, a fim de atenuar a carência momentânea de servidores.”, conforme consta na justificativa da referida emenda.

3) Com relação a proposta de texto para o Artigo 2º, Alínea “c”- demonstramos nossa preocupação com as implicações presentes, uma vez que esta permite interpretações dúbias que possam favorecer a terceirização dos serviços prestados à população.

Neste caso, as entidades propõem a seguinte redação para a alínea “c”: *honorários periciais designados judicialmente em benefício dos abrangidos pela assistência judiciária gratuita ou justiça gratuita, exceto as atividades de psicólogos e assistentes sociais que sejam atribuições de servidores que compõem o quadro da justiça de primeiro grau*”.

Reafirmamos para toda categoria de Psicólogos e Assistentes Sociais, que as entidades representativas que assinam este manifesto, permanecem na luta contra a terceirização dos serviços, pela defesa do concurso público e na potencialização do trabalho da Psicologia e do Serviço Social para a garantia do acesso à justiça aos cidadãos.

Florianópolis, 04 de março de 2017.

Subscrevem esta Nota:

Conselho Regional de Psicologia (CRP-12)

Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina (SinPsi-SC)

Associação de Psicólogos do Poder Judiciário (APSI – PJ/SC)

Conselho Regional de Serviço Social (CRESS – 12ª Região)

3.1.7. CRP-12 em defesa dos direitos das(os) trabalhadoras(es) na Greve Geral de 28/04

Pautando-se em um projeto de gestão que defende os processos democráticos, o compromisso social da profissão, as políticas públicas e que se posiciona contra os processos que geram desigualdades e injustiça social, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região vem a público manifestar apoio à Greve Geral, convocada por diversas categorias, sindicatos e movimentos sociais, para o dia 28 de abril de 2017.

Vivenciamos um cenário em que reformas e leis estão sendo colocadas em votação na câmara e no senado, sem o diálogo amplo e democrático com a sociedade. São exemplos disso: a aprovação da Emenda Constitucional 55 (PEC 55) que congelará por 20 anos os investimentos em serviços públicos de saúde, educação e assistência social, espaços privilegiados para atuação da psicologia. A aprovação da Lei da Terceirização que possibilita agora a terceirização sem limites, flexibilizando as relações de trabalho, fragilizando o vínculo trabalhista das atividades fins, criando um ambiente de instabilidade e precarização profissional com a possibilidade de contratos

temporários. Compreendemos que haverá um significativo comprometimento do funcionamento e acesso da população aos serviços que a Psicologia tem oferecido à sociedade. Fato estes que nos colocam a refletir sobre quais as implicações para o acesso da população às políticas públicas, consultórios, organizações, instituições e áreas emergentes da psicologia? Como afetará a abertura de novos concursos públicos e quais os impactos nas relações de trabalho nos espaços de atuação da(o) psicóloga(o)?

Duas reformas importantes também estão em curso: a Reforma Trabalhista que prevê o aumento da jornada de trabalho, coloca fim na contribuição sindical, altera as regras dos acordos coletivos de trabalho e cria novas formas de contratação. Como estas novas relações no mundo do trabalho afetarão a atuação da psicologia e o direito de todos e todas a uma vida digna? E a Reforma da Previdência Social? Esta visa elevar drasticamente a idade mínima da aposentadoria, bem como o tempo de contribuição, o que acarretará, associada a outras reformas, um retrocesso na possibilidade de ampliação dos direitos duramente conquistados na Constituição de 88. O que está em jogo é uma mudança no modelo de sociedade, portanto, precisamos ter clareza de que sociedade queremos construir e quais direitos são inegociáveis.

Neste contexto, somam-se às lutas da Greve Geral outras pautas: a garantia de um estado democrático de direito; o enfrentamento das opressões perpetuadas historicamente pelo Estado e acentuadas com os projetos propostos na câmara e no senado; contra a transformação dos direitos constitucionais, a exemplo da seguridade social, em mercadorias a serem oferecidas no mercado de livre negociação da iniciativa privada; contra toda e qualquer forma de exploração que promova o medo e a desintegração social e impeça a luta por melhores condições de existência.

A greve é um direito constitucional, é uma ferramenta de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores, de todas as profissões e setores, pela garantia dos direitos sociais e políticos já conquistados e por melhores condições de trabalho e de vida. Entendemos que a situação exige uma sensibilização por parte de toda a categoria profissional de psicólogos(os), pois este projeto que se apresenta para o país está na contramão dos direitos humanos e da luta por uma sociedade mais justa e igualitária. À medida que restringem e/ou retiram os direitos da classe trabalhadora e enfraquecem os serviços públicos, estas reformas irão aumentar as desigualdades sociais, produzindo processos ainda maiores de exclusão e sofrimento. Neste contexto, o CRP-12 apoia as lutas empreendidas na Greve Geral do dia 28 de abril, pois esta mobilização diz respeito a todas e todos!

3.1.8. Sistema Conselhos de Psicologia defende eleições diretas para presidência da República

A conjuntura política e social brasileira aponta para o risco de enorme retrocesso na democracia e requer urgência no aprofundamento no debate a respeito das instituições e dos rumos do país.

Nos últimos anos, a sociedade percebe, atordoada, um incrível aumento da violência nas ruas e, de forma absurda, de crimes praticados pelo aparato de segurança do Estado, o qual deveria atuar na preservação da vida, na proteção dos direitos humanos fundamentais, na prevenção da violência e na promoção do exercício da cidadania e das liberdades públicas.

A violência física, muitas vezes focada em um único grupo social – justamente aquele historicamente aliado de direitos e de cidadania –, é reforçada pela violência simbólica reverberada na internet, pelas chamadas mídias digitais, mas também cada vez mais presente em conversas do dia a dia, nos ambientes familiares, de trabalho e lazer. Observamos a emergência de uma espécie de reação de intolerância crescente, em que as diferenças e o outro são sempre desqualificados.

Esses fatores desembocam na recente ruptura democrática da ordem institucional, em violenta quebra de direitos sociais, trabalhistas e em criminalização dos movimentos sociais. Vivemos retrocessos absurdos e o cenário de instabilidade política e social se agravou de forma impensável nos últimos dias.

O momento, então, exige da sociedade e da categoria de psicólogas e psicólogos posicionamento crítico em relação à conjuntura política e econômica do país. Exige pensar sobre os desdobramentos de fundação de nossa sociedade. Ela deve ser alicerçada nos princípios da solidariedade fundamentados na garantia de direitos e não na lógica de mercado e da perda de direitos, que assegurara somente os ganhos do capital.

A falta de discussão dessa pauta e a omissão do debate pela grande mídia resultam em ruptura da coesão social, aumento das desigualdades e de práticas violentas por parte do Estado em relação à população que ousa se rebelar contra os ataques antidemocráticos e a perda de direitos sociais conquistados em décadas de luta.

Dois projetos se confrontam: um que apresenta uma saída sem o povo, por meio de eleições indiretas, que pode nos levar em direção ao arbítrio e ao perigoso precipício de autoritarismo;

e outro que traz uma saída visando aprofundar a democracia e a participação social, rumo à justiça social e à equidade.

Diante dessa conjuntura, os representantes dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, reunidos na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia (Apaf), de 20 e 21 de maio de 2017, em Brasília/DF, vem a público defender uma saída que inclua o povo brasileiro: a realização de eleições gerais diretas já.

Brasília, 21 de maio de 2017.

Sistema Conselhos de Psicologia

3.1.9. Nota de posicionamento contrário às mudanças na política nacional de saúde mental propostas pelo ministério da saúde

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região vem a público manifestar-se contrário à proposta de mudança da “Política Nacional de Saúde Mental” pautada para a reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nesta quinta-feira (14). As alterações que ela propõe na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) pretendem injetar recursos em hospitais psiquiátricos, em comunidades terapêuticas, e no atendimento ambulatorial, privilegiando uma lógica manicomial em detrimento do modelo de atendimento hoje existente, pautado em uma rede e no atendimento multiprofissional.

Entendemos que a proposta do Ministério da Saúde contém pontos que desfiguram a política de saúde mental e afrontam as diretrizes da política de desinstitucionalização psiquiátrica, prevista na Lei 10.216/2001, além de violar as determinações legais no que se refere à atenção e cuidado de pessoas com transtorno mental estabelecidas na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão.

Historicamente, o modelo asilar é marcado pelos interesses econômicos da indústria de produção de doenças e da indústria farmacêutica. O Ministério da Saúde, com este redirecionamento da política passará a investir na manutenção de instituições excludentes e altamente lucrativas decorrentes da agudização de situações crônicas de sofrimento psíquico. Este modelo de atendimento que segrega do convívio social irá gerar mais sofrimento e violações de direitos, tortura e maus-tratos

como já presenciado em outros momentos históricos. Frente a isso, manifestamos contrários à proposta que redireciona recursos da RAPS aos hospitais psiquiátricos.

Nessa mesma direção, manifestamos contrários a inclusão das comunidades terapêuticas na RAPS, bem como destinação de financiamento público. Estas instituições são baseadas no modelo asilar, que atuam a partir do isolamento de usuários de drogas e a abstinência forçada. Recorrentemente são objetos de denúncia do Ministério Público e de Conselhos Profissionais e de Direitos Humanos, as Comunidades Terapêuticas submetem seus internos a trabalho escravo sob a insígnia de laborterapia, maus tratos e punição, contenção e salas de isolamento, alimentação insalubre, não acesso aos meios de comunicação, violação de correspondências, afirmando um cunho altamente moral e religioso.

Além destes pontos, outros se mostram como graves ataques que descaracterizam o modelo de atenção psicossocial. Entre eles, destacamos a retirada de recursos dos Residenciais Terapêuticos, serviços essenciais para desinstitucionalização e o fim da permanência do valor da Autorização De Internação Hospitalares (AIHs) nos municípios referentes das internações de moradores psiquiátricos após sua saída dos hospitais. Consequentemente, desestimulará os municípios a promoverem a retirada de moradores de hospitais. O Estado de Santa Catarina, por exemplo, até hoje tem dificuldades em promover a desinstitucionalização. Um dos fatores relacionados é a não existência de CAPS III na região da Grande Florianópolis e o baixo número de residenciais terapêuticos e centros de convivência em nosso território.

É contraditório pensar que o corte de recursos e a precarização dos atuais serviços de atendimento a pessoa em sofrimento psíquico levará uma melhora da política de atenção psicossocial brasileira. Em nota, a Associação Brasileira de Psiquiatria faz críticas de forma irresponsável à política de atenção psicossocial, pois responsabiliza o atual modelo pelo aumento dos índices de suicídio, da lotação das emergências e de pessoas em situação de rua. É evidente que este posicionamento não leva em consideração o cenário econômico, social e político brasileiro que tem gerado desigualdades e sofrimento em sua população. Além disso, se já temos um sistema que é subfinanciado, retirar recursos para destinar a outros serviços que historicamente tem se mostrado violadores de direitos, mostra mais uma vez os interesses mercadológicos em torno do adoecimento e do sofrimento psíquico crônico.

Vale ressaltar que em 2013 e 2014 foi realizado um mapeamento da situação da RAPS pela Coordenação de Saúde Mental de SC e ficou constatado um grande déficit relacionado aos serviços que visam a desinstitucionalização. O número de CAPS ainda não é correspondente ao que prevê a legislação. Serviços como Residenciais Terapêuticos, Unidades de Acolhimento e Centros de Convivência, por exemplo, não têm sido implantados. Esta e uma série de outras necessidades são apontadas conforme Parecer Técnico N° 08/2014 do Ministério da Saúde a respeito do Plano de Ação da RAPS do Estado de Santa Catarina.

Informações foram apreciadas na Plenária Ordinária de 17 de fevereiro de 2018. Na oportunidade, as/os conselheiras/os realizarão considerações e na sequência aprovarão o Relatório de Gestão por unanimidade.

FABRICIO ANTÔNIO RAUPP
Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região
Conselheiro Presidente

JAIRA TEREZINHA DA SILVA RODRIGUES
Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região
Conselheira Tesoureira

RUDINEI LUIZ BELTRAME
Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região
Assessor da Diretoria e de Políticas para a Profissão

